



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Thaís Ferreira Bigate

**Surdocegueira na perspectiva da Análise de Discurso: a mudança
na materialidade linguística da Libras visual-espacial para a Libras
tátil**

Rio de Janeiro

2024

Thaís Ferreira Bigate

Surdocegueira na perspectiva da Análise de Discurso: a mudança na materialidade linguística da Libras visual-espacial para a Libras tátil



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dra. Angela Corrêa Ferreira Baalbaki

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

B592 Bigate, Thaís Ferreira.
Surdocegueira na perspectiva da análise de discurso: a mudança (parcial) na materialidade linguística da Libras visual-espacial para a Libras tátil / Thaís Ferreira Bigate. – 2024.
184 f.: il.

Orientadora: Angela Corrêa Ferreira Baalbaki.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Surdos-cegos - Teses. 2. Análise do discurso - Teses. 3. Língua brasileira de sinais - Teses. I. Baalbaki, Angela Correa Ferreira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085:800.95

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata CRB7 4578

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Thaís Ferreira Bigate

Surdocegueira na perspectiva da Análise de Discurso: a mudança na materialidade linguística da Libras visual-espacial para a Libras tátil

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 04 de julho de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Angela Corrêa Ferreira Baalbaki (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof.^a Dra. Fernanda Moraes D'Oliveira
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – UERJ

Prof.^a Dra. Ceres Ferreira Carneiro
Instituto de Letras - UERJ

Prof.^a Dra. Marcia Noronha de Mello
Instituto Benjamin Constant

Prof.^a Dra. Shirley Rodrigues Maia
Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Rio de Janeiro
2024

DEDICATÓRIA

A todos que estiveram ao meu lado e contribuíram de alguma forma para que esta pesquisa fosse realizada e às pessoas com surdocegueira que merecem visibilidade e respeito.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, Angela Baalbaki, por aceitar o desafio de me orientar na temática da surdocegueira. Por preencher esse processo tão árduo com generosidade, sensibilidade, bom humor e acolhimento. Obrigada por ser um sinal positivo não apenas na minha trajetória acadêmica, mas também em minha vida. Se um dia eu ocupar a posição-sujeito orientadora, certamente será o meu principal e melhor exemplo.

Aos meus pais, Rosane e José, e ao meu irmão, Guilherme, pelo apoio e amor incondicional que me impulsionaram a chegar até aqui.

Ao meu amado Wagner, por me trazer a calma nos momentos em que eu fui invadida pelas tempestades.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, Indira e Thiago, pelo incentivo e pela ajuda com a pesquisa.

Às professoras Fernanda D'Olivo e Márcia Noronha, que compuseram a banca de qualificação e fizeram observações preciosas para o progresso desta pesquisa. Aos membros da banca examinadora, pelo interesse, pela disponibilidade e pelas (futuras) contribuições.

À UERJ, por ser uma instituição singular e acolhedora, que possibilitou que eu desenvolvesse uma pesquisa voltada para sujeitos tão invisibilizados.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a produção desta pesquisa, meu muito obrigada.

RESUMO

BIGATE, Thaís Ferreira. *Surdocegueira na perspectiva da análise de discurso: a mudança na materialidade linguística da Libras visual-espacial para a Libras tátil*. 2024. 184 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A surdocegueira é uma deficiência caracterizada pela perda concomitante da visão e da audição. Há casos em que alguns sujeitos nascem surdos e no decorrer da juventude ou da vida adulta desenvolvem a retinose pigmentar, ocasionada por uma condição genética chamada síndrome de Usher, tornando-os sujeitos surdocegos. A presente pesquisa procura compreender como sujeitos surdos usuários de Libras como primeira língua são afetados pela alteração da materialidade significativa para Libras tátil após adquirirem a surdocegueira. O estudo formula reflexões a partir de conceitos da Análise de Discurso materialista, em que os sujeitos são interpelados pela ideologia e produzem discursos no interior das formações discursivas pelas quais se identificam, em uma relação entre língua-história-inconsciente. O *corpus* da pesquisa foi desenvolvido a partir de entrevista semiestruturada com quatro mulheres com surdocegueira adquirida e, posteriormente, foi estendida a seus companheiros surdos, seus principais pares de interlocução. Após as etapas de transcrição e recorte, 33 sequências discursivas (SD) foram analisadas dando destaque para os efeitos de sentido produzidos pela falta de acesso às diversas materialidades significantes que compõem as cenas enunciativas nas quais participam esses sujeitos surdocegos. Além disso, também foram observados seus processos de identificação após a perda da visão, a relação de seus corpos com a língua, a história e a lógica capitalista e a relação com o outro a partir da experiência enquanto sujeito surdocego. O estudo aponta para a necessidade de mais pesquisas em relação à temática, considerando a ampliação da conscientização sobre as especificidades dos surdocegos, as condições para a participação nos espaços sociais, a inclusão e a visibilidade desses sujeitos.

Palavras-chave: análise de discurso; surdocegueira adquirida; Libras tátil.

ABSTRACT

BIGATE, Thaís Ferreira. *Deafblindness from the perspective of discourse analysis: the change in linguistic materiality from visual-spatial Libras to tactile Libras*. 2024. 184 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Deafblindness is a disability characterized by the concomitant loss of vision and hearing. There are cases where some subjects are born deaf, and during their youth or adulthood develop retinitis pigmentosa, caused by a genetic condition called Usher syndrome, making them deafblind. The present study seeks to understand how deaf subjects who use Libras as their first language are affected by the change from their signifying materiality; to tactile Libras after acquiring deafblindness. The research built reflections based on concepts from materialist Discourse Analysis, where subjects are challenged by ideology and produce discourses within the discursive formations through which they identify themselves in a relationship between language-history-unconscious. The study corpus derives from semi-structured interviews with four women with acquired deafblindness, and later extended to their deaf companions, their main communication partners. After the transcription and cutting stages, 33 discursive sequences, highlighting the meanings produced by the lack of access to the diverse signifying materialities that create the enunciative scenes in which these deafblind subjects participate, their identification processes after loss of vision, the relationship between their bodies and language, the history and the capitalist logic that we live in and the relationship with others based on the experience as a deafblind subject. This work draws attention to the need for more research regarding the topic, considering the expansion of awareness about the specificities of deafblind subjects; the conditions for participation in social spaces; the inclusion and visibility of these subjects.

Keywords: discourse analysis; deafblindness; tactile pounds.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Processo de individuação do sujeito.....	36
Figura 2 –	Notícia sobre conclusão da graduação de Iury Moraes.....	46
Figura 3 –	Print de entrevista de Lara Gontijo para a TV UFMG sobre sua experiência como mestranda.....	47
Figura 4 –	Notícia sobre ingresso de Iury Moraes no Mestrado em Educação.....	47
Figura 5 –	Notícia sobre conclusão da graduação de Janine Farias.....	48
Figura 6 –	Notícia sobre conclusão da graduação de Janaína Iwanagai.....	48
Figura 7 –	Notícia sobre criação da Lei que institui o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira.....	49
Figura 8 –	Sistema Braille.....	58
Figura 9 –	Braille tátil.....	59
Figura 10 –	Escrita na palma da mão.....	59
Figura 11 –	Escrita na bochecha.....	60
Figura 12 –	Fala ampliada.....	60
Figura 13 –	Tadoma.....	61
Figura 14 –	Alfabeto manual tátil.....	61
Figura 15 –	Alfabeto manual tátil em campo reduzido.....	62
Figura 16 –	Prancha de comunicação.....	62
Figura 17 –	Língua de Sinais tátil.....	63
Figura 18 –	Língua de sinais em campo reduzido.....	63
Figura 19 –	Imagem de retina afetada pela retinose pigmentar e retina sem a patologia.....	65
Figura 20 –	Simulação de perda de visão periférica ocasionada pela retinose pigmentar.....	66

Figura 21 –	Processo de individuação do sujeito surdocego interpelado pelo patológico.....	67
Figura 22 –	Sinal de amarelo em Libras.....	70
Figura 23 –	Sinal de água em Libras.....	71
Figura 24 –	Sinais de desculpa e azar em Libras.....	71
Figura 25 –	Sentença “Quero voltar para casa.” em Libras.....	72
Figura 26 –	Sentença “Meu irmão passou por mim e não me viu.” em Libras.....	73
Figura 27 –	Sinais de desculpa e prevenção em Libras.....	74
Figura 28 –	Um modelo de subconjunto para representar a relação entre ASL e ASL Tátil.....	78
Figura 29 –	Modelo e representação da Libras visual-espacial e da Libras tátil, considerando a mudança de materialidade significativa.....	78
Figura 30 –	Comunicação Social Háptica. Sinal de “feliz” em Libras.....	83
Figura 31 –	Sinal Háptico “feliz”.....	83
Figura 32 –	Processo de individuação do sujeito surdocego interpelado pelo Guia-Intérprete.....	90
Figura 33 –	Posição de Nice e companheiro durante chamada de vídeo.....	100
Figura 34 –	Orientação adequada para gravação de vídeos em Libras para pessoas que tenham campo visual reduzido.....	102
Figura 35 –	Posição adequada para o vídeo.....	102
Figura 36 –	Iluminação e vestuário adequados.....	103
Figura 37 –	Epígrafe angústia.....	107
Figura 38 –	Sinal de surdo.....	113
Figura 39 –	Sinal de surdocego usado por Margarida.....	113
Figura 40 –	Sinal de surdo com campo visual reduzido usado por Margarida.....	114
Figura 41 –	Sinal de surdocegueira usado por Anne e Shirley.....	114

Figura 42 –	Sinal de surdocegueira usado por Nice.....	115
Figura 43 –	Sociedade dos Grupos-Cultura.....	119
Figura 44 –	Epígrafe “Eu não entendo”.....	121
Figura 45 –	Epígrafe Troca de braços.....	131
Figura 46 –	Diagrama.....	133
Figura 47 –	Epígrafe “Apertavam minhas mãos”.....	139
Figura 48 –	Epígrafe Corpo Adjacente.....	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas no campo dos Estudos da Linguagem.....	50
Quadro 2 –	Causas da Surdocegueira.....	54
Quadro 3 –	Formas de comunicação individualizadas.....	56
Quadro 4 –	Tipos de Síndrome de Usher.....	64
Quadro 5 –	Recorte de sentenças negativas Língua Portuguesa/Libras/ Libras tátil	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASC	Associação Brasileira de Surdocegos
AD	Análise de Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CCE	Código de Conduta e Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas
CLG	Curso de Linguística Geral
CM	Configuração de mãos
CSH	Comunicação Social Háptica
DAPM	Dificuldade de Aprendizagem Profunda e Múltipla
DbI	Deafblind International
FD	Formação Discursiva
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
FEBRAPILS	Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais
FI	Formação Ideológica
GI	Guia-Intérprete
GEPICSH	Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão e Comunicação Social Háptica
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
IAEDB	International Association for the Education os Deaf-Blind Persons
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
L	Localização

L1	Primeira Língua
L2	Segunda Língua
M	Movimento
MPS	Múltipla Privação Sensorial
NAEPS	Núcleo de Atendimento Educacional à Pessoa com Surdocegueira
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAAS	Programa de Atendimento e Apoio ao Surdocego
SD	Sequência Discursiva
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEA	Transtorno do Espectro do Autismo
TILS	Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	ANÁLISE DE DISCURSO MATERIALISTA – CAMINHOS TEÓRICOS.....	24
2	OS SUJEITOS SURDOCEGOS.....	45
2.1	Os discursos sobre os sujeitos surdocegos na atualidade.....	45
2.2	Características da surdocegueira e a comunicação com esses sujeitos.....	51
2.3	Síndrome de Usher: a condição que afeta os sujeitos da pesquisa.....	64
2.4	A Língua Brasileira de Sinais e a Surdocegueira.....	68
2.5	Comunicação Social Háptica.....	80
2.6	O Guia-Intérprete e a legislação.....	84
3	METODOLOGIA E CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i>	92
3.1	Constituição do <i>corpus</i>.....	94
3.2	Critérios para a escolha dos nomes fictícios.....	95
3.3	O processo das entrevistas.....	96
3.3.1	<u>Anne</u>	96
3.3.2	<u>Nice</u>.....	99
3.3.3	<u>Margarida</u>.....	101
3.3.4	<u>Shirley</u>.....	104
3.3.5	<u>Sistema de notação</u>	105
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DO <i>CORPUS</i>.....	106
4.1	E agora, quem sou eu? Processos de identificação do sujeito e de grupo.....	106
4.2	O que não é visto, não é sabido: condições de produção imediatas e efeitos de sentido.....	121

4.3	O corpo que dói: corpo marcado pela língua e pela historicidade.....	131
4.4	O lugar do corpo surdocego na lógica capitalista.....	139
4.5	O corpo adjacente.....	145
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
	REFERÊNCIAS.....	158
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	170
	APÊNDICE B - Termo de Imagem.....	172
	APÊNDICE C - Roteiro Piloto de Entrevista Semiestruturada.....	173
	APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista Semiestruturado.....	175
	APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista Semiestruturada para Companheiros Surdos.....	178
	ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP.....	179
	ANEXO B – Carta de Anuência da UERJ.....	183
	ANEXO C – Carta de Anuência do IBC.....	184

INTRODUÇÃO

Ter a oportunidade de nascer em um meio linguístico diverso pode nos marcar por toda a vida, sobretudo quando envolvem laços afetivos. Nasci em uma família com três surdos que tinham formas distintas de se comunicar: um com a linguagem marcada pela mistura de sinais caseiros e Libras; outro, pela Libras; e mais uma, usuária de Libras e oralizada.

O interesse pela língua de sinais me conduziu a cursos de Libras e a trabalhar no Instituto Nacional de Educação de Surdos¹ (INES). No meio desse trajeto, surgiu em minha vida a chance de trabalhar no Instituto Benjamin Constant² (IBC) no Programa de Atendimento e Apoio ao Surdocego (PAAS), atual Núcleo de Atendimento Educacional à Pessoa com Surdocegueira (NAEPS). Neste local, há oferta de atendimentos voltados para a habilitação/reabilitação de pessoas com surdocegueira congênita e adquirida, cujo objetivo é dar subsídios para que os sujeitos tenham mais autonomia e independência em suas vidas.

Trabalhar com surdocegos foi uma surpresa no meio do caminho que fez com que eu tivesse a seguinte ilusão: “se já convivo com surdos, com surdocegos não será tão difícil”. Ledo engano. A surdocegueira é uma deficiência com um público muito heterogêneo devido ao período de aquisição, níveis variados de perdas sensoriais e formas de comunicação. Para atuar com esses sujeitos, é importante saber que você usará a língua portuguesa e a Libras em modalidades distintas, além de formas muito

¹ Em junho de 1855, o professor francês E. Huet apresentou ao Imperador D. Pedro II um relatório contendo o plano de criação de um estabelecimento para surdos no país. O Instituto de Surdos e Mudos começou a funcionar em 1º de janeiro de 1856, mas foi a partir da Lei 939, de 26 de setembro de 1857, que o Império passou a subvencionar o Instituto, sendo definida posteriormente como a data de fundação da instituição. “No mapa administrativos do ano de 1859, é apresentado como Imperial Instituto de Surdos Mudos. Com o advento da República, passou a denominação de Instituto Nacional de Surdos Mudos até 1957, quando passa a ser denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (Rocha, 2007, p. 30).

² Em dezembro de 1850, o brasileiro José Álvares de Azevedo retornou do Instituto dos Meninos Cegos de Paris com o desejo de fundar um educandário para meninos cegos no Rio de Janeiro. Com o apoio do conselheiro Couto Ferraz e do Dr. Xavier Sigaud, médico da Câmara Imperial, pode levar sua ideia ao Imperador D. Pedro II. Em 12 de setembro de 1854, D. Pedro II assina o Decreto nº 1.428, criando o Imperial Instituto de Meninos Cegos e em 17 de setembro do mesmo ano, em uma solenidade pública, o instituto é oficialmente inaugurado. Após o advento da República, teve seu nome alterado para Instituto dos Meninos Cegos, em seguida, Instituto Nacional de Cegos e, por fim, Instituto Benjamin Constant, em 1891, em homenagem ao professor e diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que contribuiu imensamente para a melhoria e a expansão da instituição (IBC, 2008).

particulares de comunicação, ou ainda que um sorriso, um movimento de cabeça, o balançar do corpo podem significar muito mais do que estamos habituados, pois pode ser a única forma expressiva de se fazer significar.

Durante os nove anos que me encontro no IBC, venho acompanhando o avanço das perdas sensoriais de alunos com surdocegueira adquirida. Alunos que chegavam à instituição alegando serem surdos com alguns “probleminhas visuais” e que não conheciam, rejeitavam ou ainda rejeitam o termo surdocegueira. Pessoas surdas que já não podiam contar plenamente com sua visão para se locomover, que em seu cotidiano esbarravam em coisas e pessoas, que já não podiam sair à noite sozinhas e, principalmente, que já buscavam um distanciamento e iluminação específicos para que pudessem ver a Libras em um campo mais reduzido ou que precisam colocar as mãos em nossas mãos para compreender os sinais. Esses alunos que têm a Libras como sua primeira língua (L1), que chegaram ao IBC percebendo-a visualmente, mesmo que com dificuldades, atualmente precisam das “mãos sobre as mãos”, necessitam percebê-la pelo tato.

Com base nessa experiência, esta pesquisa busca analisar dizeres produzidos por sujeitos surdocegos. Desta feita, cabe caracterizar a surdocegueira pela coexistência de comprometimentos auditivo e visual em um mesmo sujeito, em que os graus de perda sensorial podem se apresentar total ou parcialmente, com reflexos no processo de aquisição e/ou aprendizagem linguística. Considera-se, em uma perspectiva dos estudos sobre educação, que essa deficiência impede ou limita o acesso à informação, modifica os processos de interação social e prejudica a orientação e mobilidade³ nos espaços sociais (Cader-Nascimento, 2021).

Os primeiros registros históricos sobre a educação de sujeitos com surdocegueira são do início do século XVIII. De acordo com Camacho (2002), o dado inicial sobre a “integração” de pessoas com surdocegueira ocorreu na França, com o ingresso de Victoria Morriseau (1789-1832) em uma instituição para pessoas surdas. Contudo, o levantamento realizado por Falkoski *et al.* (2023) aponta que o primeiro surdocego de que se tem registro é David Gilbert Tate, nascido em 1794, atendido pelo Dr. Sam Hibbert, em 1819, em Edimburgo. Aproximadamente no mesmo período,

³ “significa mover-se de forma orientada, com sentido, direção e utilizando-se de várias referências como pontos cardeais, lojas comerciais, guia para consulta de mapas, informações com pessoas, leitura de informações de placas com símbolos ou escrita para chegarmos ao local desejado” (Giacomini, 2010).

houve o relato do caso de um garoto de 14 anos chamado James Mitchell, nascido em 1795. Ele foi levado a Londres para tratamento de recuperação da visão e, em 1810, retornou para a Escócia para receber educação de um professor chamado Dugald Stewart.

Nos Estados Unidos, outros sujeitos foram inscritos na história da surdocegueira como Laura Bridgman (1829-1889). De acordo com Mello (2021), Laura é reconhecida como a primeira aluna surdocega da *Perkins School for the Blind*, na época dirigida por Samuel Howe, frequentando-a de 1837 a 1850. Aos dois anos de idade, ela foi acometida por uma doença bacteriana denominada escarlatina, que resultou na perda da visão, da audição, do olfato e do paladar. Apesar de sua condição, Bridgman conseguiu adquirir linguagem e acompanhar o currículo regular da instituição.⁴

Outra aluna que frequentou a *Perkins School for the Blind* foi Hellen Keller (1880-1968). Com o auxílio da professora Anne Sullivan, Keller teve um desenvolvimento excepcional e alcançou níveis mais elevados de ensino, sendo a primeira surdocega a conquistar um bacharelado (Graduação em Filosofia pelo *Radcliffe College*). Conhecida internacionalmente, tornou-se escritora e teve importante papel como ativista pela educação de pessoas com surdocegueira, pelos direitos humanos, pelo voto das mulheres, entre outras causas (Mello, 2021).

Foi a partir da visita de Hellen Keller, ao Brasil, em 1953, que foi dado início a história da surdocegueira no país. Após esse acontecimento, a pedagoga Nice Tonhozi de Saraiva interessou-se pelo trabalho com esse público e, em 1961, concluiu o curso de Especialização em Educação de Surdocegos pela *Perkins School*, em Massachusetts, nos Estados Unidos. Ao retornar a terras brasileiras, a professora criou o Setor de Educação de Deficientes Audiovisuais na Fundação para o Livro do Cego no Brasil, no estado de São Paulo. Assim, foi fundada a primeira classe especial para surdocegos em 1962. Em 1964, foi fundado o Setor de Educação e Assistência aos Deficientes Audiovisuais com apoio do estado de São Paulo (ABEDEV). Posteriormente, em 1968, foi criada a Primeira Escola Residencial para Deficientes

⁴ Além de Laura Bridgman, segundo Falkoski *et al.* (2023), o Dr. Samuel Howe também trabalhou com outros dois surdocegos chamados Julia Bruce (nascida em 1807 e que ficou surdocega ocasionada pela doença bacteriana tifo) e Oliver Caswell, “buscando maneiras de tornar a comunicação possível para essas três pessoas.” O diretor e educador conseguiu com que Bridgman desenvolvesse “uma comunicação por meio das letras em relevo e alfabeto manual de uma mão” (Falkoski *et al.*, 2023, p. 19).

Audiovisuais (ERDAV), que se tornou a Fundação Municipal Anne Sullivan (FUMAS), localizada em São Caetano do Sul - SP (Falkoski et al., 2023).

Ainda em São Paulo, em 1983, profissionais envolvidos com a educação de pessoas com surdocegueira criaram a Associação para Deficientes da Áudio-Visão (ADEFAV) e, em 1991, a Associação Educacional para Múltipla Deficiência (AHIMSA)⁵, fundada por profissionais e por pais. Mais tarde, em 1997, as instituições mencionadas deram início à Fundação do Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial (Falkoski et al., 2023). Essas tornaram-se as principais referências no atendimento a pessoas com surdocegueira e na capacitação profissional na área.

No Rio de Janeiro, de acordo com a Portaria nº 042 de 15 de junho de 1994 (IBC), a professora Margarida Aguiar Monteiro criou o “Programa-Piloto de Atendimento a Deficientes Auditivo-Visual” (DAV) no Instituto Benjamin Constant, objetivando o atendimento aos seguintes grupos: “1º jovens e adultos portadores de surdez que estejam em processo de redução da capacidade visual; 2º crianças portadoras de deficiências auditiva e visual em que predomine esta última deficiência (IBC, 1994)⁶. Após 3 anos de atividades, houve a alteração do nome para “Programa Piloto de Atendimento e Apoio ao Surdocego” (PAS). A justificativa para a mudança foi o acréscimo da palavra “apoio”, que definia melhor a finalidade do setor de “possibilitar ao surdocego apoio e atenção permanentes ou sempre que se fizer necessário” (IBC, 1997). Além disso, ocorreu também a troca do termo “deficiente auditivo-visual” para “surdocego”, atendendo a recomendação da organização Sense Internacional⁷, uma vez que naquele momento já se compreendia a surdocegueira como uma deficiência com características específicas e não uma adição das deficiências visual e auditiva (IBC, 1997).

⁵ AHIMSA, como pode ser visto, não consiste em uma sigla, mas é um princípio adotado por algumas religiões que consiste em não cometer violência contra outros seres, termo escolhido para representar a instituição.

⁶ Apesar de constar na portaria de fundação do Programa, não há registro de que o setor tenha atendido crianças. Em entrevista concedida pela professora Margarida Monteiro, criadora do PAS, ao Projeto Memória do IBC, o programa não atendia crianças com surdocegueira, mas a docente dava orientações aos pais e os encaminhava para outras instituições de ensino que pudessem receber essa faixa etária.

⁷ Organização internacional responsável pelo atendimento de surdocegos na Inglaterra (Cambruzzi, 2013). Atualmente possui representação Latinoamérica.

Em 1997, além da alteração do nome, algumas características do PAS são esclarecidas e reforçadas, como o atendimento prioritário a jovens e adultos surdocegos pós-linguísticos (adquiriram a deficiência após a aquisição de uma língua) e o objetivo de “resgatar o surdocego do isolamento e atender suas necessidades específicas para que possa usufruir de uma vida plena”, bem como “promover a habilitação e a reintegração sócio-profissional do surdocego” (IBC, 1997). Documentos a partir do ano 2000 mostram que a palavra “piloto” já não era mais utilizada (Programa de Atendimento e Apoio ao Surdocego – PAS) e posteriormente a sigla foi alterada para PAAS.

Em 2019, o setor sofre alterações em seu regimento e torna-se o Núcleo de Atendimento Educacional à Pessoa com Surdocegueira (NAEPS), ampliando oficialmente suas atribuições no que se refere à articulação com outras instituições, orientação e capacitação na área da surdocegueira.

Em levantamentos realizados por Mello (2021), há ausência significativa de dados populacionais de pessoas com surdocegueira em todo o mundo, uma vez que um dos entraves encontra-se no fato de esses sujeitos não se reconhecerem e se declararem surdocegos. Sobre os dados:

O relatório “Perspectivas Mundiais de População 2019: Destaques”, publicado pela Divisão de População do Departamento da Organização das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais, informa que o mundo tem uma população de 7,7 bilhões de pessoas, sendo que dessas um bilhão seriam pessoas com algum tipo de deficiência (ONU, 2011). Esta pesquisa apresenta uma estimativa entre 0,2% a 2% da população mundial de pessoas com surdocegueira, ou seja, 15 milhões e 600 mil pessoas no mundo convivem com uma condição de surdocegueira severa, enquanto 156 milhões com surdocegueira apresentam resíduos visuais e auditivos funcionais. (Mello, 2021, p. 22).

Em relação ao Brasil, durante Audiência Pública Extraordinária realizada em 9 de agosto de 2017, na Câmara dos Deputados, Lara Gontijo de Castro Souza, mulher surdocega, representante, na ocasião, da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) de Minas Gerais e da Associação Brasileira de Surdocegos (ABRASC), declara que há cerca de 40 mil pessoas com surdocegueira no Brasil e que os dados não são concretos, pois há carência de diagnósticos da deficiência e as pessoas acabam declarando-se surdas ou cegas, mesmo que tenham a perda concomitante dos dois sentidos. Ademais, existem muitos surdocegos que estão isolados em suas casas por vergonha da sociedade (Brasil, Câmara dos

Deputados, Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2017, p. 4)⁸

Outro fato acerca desses sujeitos é que a surdocegueira nunca foi incluída no Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹. Outras deficiências estão presentes no recenseamento, mas nunca houve menção a surdocegueira. Já no Censo Escolar, que foi implementado em 1996, o campo referente ao quantitativo de alunos com surdocegueira matriculados na Educação Básica só foi inserido em 2005 (Falkoski et al., 2023). Nesse primeiro ano, foram contabilizados 585 alunos em todo o Brasil com surdocegueira matriculados em escolas exclusivamente especializadas ou em classes especiais de escolas regulares. No Censo Escolar de 2023, constam 693 alunos surdos matriculados na Educação Básica.¹⁰

No Censo da Educação Superior, também consta o campo referente ao número de alunos com surdocegueira. No ano de 2019, período anterior a pandemia da Covid-19, consta o quantitativo de 157 surdos matriculados. O último Censo da Educação Superior de 2022 apresenta o número de 344 alunos com surdocegueira matriculados, um aumento significativo comparado aos números apresentados no Censo da Educação Básica.

Esse breve panorama sobre a surdocegueira evidencia que a inscrição desses sujeitos na história é relativamente recente, seja por meio dos mais variados registros, seja por meio de leis. Além disso, em termos populacionais, o baixo número de pessoas nessa condição, considerando que muitos casos não são notificados, sobretudo nos recenseamentos, designa a eles uma posição à margem da sociedade,

⁸ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/apresentacoes-em-eventos/audiencias-publicas-2017/09-08-2017-surdos/apresentacao-lara-gontijo/view>. Acesso em 15 jul. 2023. Ver também: <https://www.youtube.com/watch?v=OFzKXG1P-bc>. Acesso em: 15 jul. 2023.

⁹ “A investigação do tema pessoas com deficiência esteve presente já no primeiro recenseamento brasileiro, em 1872, e após, nos anos 1890, 1900, 1920 e 1940. Em 1989, a Lei nº 7.853, de 24 de outubro, em seu artigo 17, determinou a inclusão de questões concernentes às pessoas com deficiência no Censo Demográfico de 1991 e nos anos subsequentes, de modo a garantir o conhecimento atualizado sobre este tema” (IBGE, 2010).

¹⁰ No ano de 2019, período anterior a pandemia do Covid-19, haviam 573 alunos surdos matriculados na Educação Básica; em 2020, não ocorreu o recenseamento devido à pandemia; em 2021, foram registrados 578 alunos; em 2022, foram identificados 628 alunos e em 2023, 693 alunos com surdocegueira matriculados na Educação Básica. Os dados evidenciam que ocorreu um aumento relevante no ano de 2023, comparado aos anos anteriores (IBGE, 2019; 2021; 2022; 2023)

em que suas existências são ignoradas. Provocar novas reflexões possibilita que esses sujeitos signifiquem socialmente e se ressignifiquem a partir de sentidos outros relativos aos seus direitos, às suas potencialidades e às suas conquistas.

No entendimento de que a pessoa com surdocegueira carrega em seus dizeres seu lugar social, sua história e, conseqüentemente, as ideologias que a interpelam, a pesquisa será desenvolvida segundo os princípios e procedimentos da Análise de Discurso (AD) materialista. A AD tem como foco a língua na sua relação com a exterioridade, partindo do homem e de sua história. Ela não trabalha com a língua enquanto instância isolada, mas sim enquanto parte da vida dos sujeitos, considerando a produção de sentido e a inserção em dada formação social. Segundo Orlandi (1999),

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. (Orlandi, 1999, p. 15).

A linguagem é analisada a partir do seu contato com o que é exterior a ela, estabelecendo relação com as pessoas, suas histórias e a sociedade. “Os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem” (Orlandi, 1999, p. 16). Por meio da língua, a ideologia pode tomar forma, ou melhor, materialidade. Segundo Orlandi (1999), a língua materializa o discurso e o discurso materializa a ideologia, criando a relação língua-discurso-ideologia, sendo o discurso o ponto de observação entre os dois extremos.

A AD materialista baseia-se em três domínios disciplinares: a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo. Este último, por meio do que é chamado de materialismo histórico, que compreende o homem como ser que produz história, mas que essa, ao mesmo tempo, não lhe é totalmente revelada. Dessa forma, Orlandi (1999, p. 25) afirma que a AD articula-se por meio das seguintes teorias: da sintaxe e enunciação; da ideologia; e do “discurso que é a determinação histórica dos processos de significação”. Essas teorias são permeadas pela ideia do sujeito de natureza psicanalítica, ou seja, de um sujeito que ocupa uma formação social e fala a partir dela, não sendo livre e consciente para dizer, isto é, seu dizer é constituído por outros dizeres e daquilo que pode e deve ser dito por meio de uma determinada língua.

Quando se inicia o processo de perda visual da pessoa surda, deve-se considerar que a relação com sua língua visual-espacial sofre significativas alterações. A partir dessa constatação, questiona-se: como a perda gradual da visão significa no processo de identificação dos sujeitos surdocegos? Como a alteração na materialidade linguística afeta os dizeres, a produção de sentidos e as relações desses sujeitos?

Com base nesses questionamentos, o objetivo da pesquisa é analisar o discurso sobre como as alterações da materialidade da Libras visual-espacial para Libras tátil podem (re)definir a produção discursiva das pessoas com surdocegueira adquirida, no que se refere à identificação, à produção de sentidos e à relação com seu outro interlocutor.

Como já foi apresentado anteriormente, o quadro teórico de referência foi desenvolvido com base nos princípios da Análise de Discurso em diálogo com reflexões acerca da surdocegueira, considerando os sujeitos envolvidos e o contexto em que seus discursos são produzidos. Estão sendo mobilizadas noções referentes às características da surdocegueira, às questões relacionadas às formas de comunicação usadas, bem como o que torna possível a percepção do mundo por meio dos sentidos¹¹ sensoriais remanescentes¹². Em se tratando de um estudo que tem como foco os sujeitos surdocegos adquiridos usuários da Libras como primeira língua, aspectos de composição da língua são apresentados, assim como as modalidades de comunicação empregadas pelas pessoas com surdocegueira. Tendo em vista o objetivo do estudo e o referencial teórico, a investigação ocorre por meio de *corpus* experimental, constituído de sequências discursivas produzidas em entrevistas com pessoas com surdocegueira.

No primeiro capítulo, serão abordados os caminhos teóricos sobre a Análise do Discurso com vistas a esclarecer conceitos como discurso, formação discursiva, formação imaginária, sujeito e condições de produção. Nessa perspectiva, busca-se compreender como o sujeito está inserido em um processo histórico que interfere na língua e no processo de construção de sentido, a partir de levantamento bibliográfico

¹¹ A palavra sentido, na presente tese, será utilizada tanto para se referir à noção teórica da AD (sentido), como para designar o processo fisiológico de reconhecer os estímulos do ambiente (sentidos sensoriais).

¹² Baseado nos sete sistemas sensoriais: tátil, auditivo, visual, gustativo, olfativo, proprioceptivo e vestibular.

com reflexões de Pêcheux (1997), Mazière (2007), Orlandi (1999), Lopes (1976), Ferreira (2001) e Lagazzi (2008).

O segundo capítulo contempla características da surdocegueira, suas principais formas de comunicação e o processo de mediação linguística realizada pelo profissional guia-intérprete, a partir das contribuições de Maia (2021, 2011), Lagatti (1995), Cader-Nascimento (2021), Watanabe (2017), Almeida (2019), Falkoski e Maia (2020) e Volpato (2023).

O terceiro capítulo discorre sobre a metodologia e o detalhamento de como ocorreu o processo de construção do *corpus*, especificando o plano de recrutamento dos sujeitos da pesquisa, os primeiros contatos, o critério para a escolha dos nomes fictícios, a elaboração das perguntas e o processo das entrevistas efetivamente.

O último capítulo consiste na análise do *corpus*, cujas sequências discursivas foram selecionadas e agrupadas de acordo com a recorrência de alguns elementos linguísticos no fio do discurso que podem apontar para processo de identificação do sujeito, considerando a formação imaginária e sua ilusão de identidade definida; a ausência de informações visuais que compõem as cenas enunciativas e afetam a produção de sentido; o corpo do sujeito surdocego que carrega as marcas de uma língua tátil e sua historicidade, a visão desses corpos a partir da lógica capitalista e análise de enunciados proferidos pelos sujeitos surdos casados com essas mulheres surdocegas, como seus principais pares de comunicação.

1 ANÁLISE DE DISCURSO MATERIALISTA – CAMINHOS TEÓRICOS

Neste primeiro capítulo é apresentada uma revisão bibliográfica de algumas obras consideradas basilares para os estudos em Análise de Discurso materialista. Por meio dela é possível realizar a exposição dos principais conceitos da teoria que servirão de suporte para reflexões sobre o sujeito surdocego e seus dizeres. Cabe destacar que os conceitos fundantes que são explorados ao longo desta pesquisa compõem o dispositivo teórico da Análise de Discurso. Quando esses passam a ser “trabalhados em vista da questão do analista, da natureza do material e da finalidade da análise” (Nunes, 2006, p. 17) são chamados de dispositivo analítico, ou seja, enquanto o primeiro refere-se ao quadro teórico propriamente, com seus conceitos mais originais, o segundo “individualiza o quadro teórico, sendo construído a cada análise” (Nunes, 2006, p. 17). Este capítulo tem por finalidade apresentar o dispositivo teórico da AD e, sobretudo, no capítulo de análise e discussão do *corpus* (cap. 4), ele será relacionado e mobilizado, criando assim o dispositivo analítico da pesquisa. Por fim, são destacadas algumas noções primordiais como: discurso, língua, linguagem, ideologia, inconsciente, sujeito, Outro, formação ideológica, formação discursiva, condições de produção, formação imaginária, sentido, memória discursiva, historicidade, materialidades significantes e cultura, que serão retomados e mobilizados ao longo das análises.

Como uma teoria de entremeio, a Análise de Discurso (AD) propõe reflexões sobre o sujeito, a linguagem, a história e a ideologia. Como afirma Orlandi (1999), na AD “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (p. 15). Esse movimento de prática da linguagem é materializado por meio do discurso, mas a AD não foi criada a partir desses princípios e mudanças significativas foram ocorrendo no percurso de desenvolvimento da teoria.

A expressão “análise do discurso” (AD) surgiu a partir dos trabalhos do americano Zellig Harris por volta de 1952. Em sua obra *Discourse Analysis: A Sample Text*, o linguista afirma que a análise do discurso apresenta diversos ensinamentos sobre a estrutura de um texto, bem como o papel de cada elemento dentro dessa estrutura. Enquanto a linguística descritiva aponta o papel na estrutura da frase, a nova perspectiva vai além e ensina como um discurso pode ser produzido para

satisfazer diversas especificações (Mazière, 2007). Lembrando que Harris tem como ponto de partida a concepção distribucional da gramática, em que partes de uma língua não se distribuem aleatoriamente, elas compõem um sistema em que as posições são bem determinadas de acordo com a relação que as partes estabelecem umas com as outras (Lopes, 1976). É uma forma de estruturalismo com métodos formais de análise que se baseia em segmentação e transformações. “Trata-se de substituir termos uns pelos outros em ambientes equivalentes, de reduzi-los por transformações inversas a segmentos mais simples, de constituir classes equivalentes” (Mazière, 2007, p. 38). No método de análise harrisiano, observa-se a ligação entre os enunciados e as classes de equivalência. Vê-se no exemplo, *Aline acha Felipe bonito e gosta dele, mas não aceitou seu pedido de namoro.*

Em uma proposta de redistribuição e equivalências, obtêm-se os seguintes enunciados:

Aline acha Felipe bonito.

Aline gosta de Felipe.

Felipe pediu Aline em namoro.

(Mas) Ela não quis namorar com o rapaz.

De acordo com o contexto, pode-se ver a equivalência entre os termos “não aceitar” e “não querer”. Esses elementos podem ser agrupados dentro de uma mesma classe e são equivalentes.

Ao contrário da análise linguística descritiva que se concentra em unidades menores como morfemas e frases, a abordagem harrisiana debruça-se sobre a unidade maior, o texto (Orlandi, 1999). Por ora, essa “análise do discurso” visa o contexto interno do texto, ainda sem estabelecer relação com o que é exterior a ele. Trata-se de uma análise da superfície discursiva. Harris não considerava nem a questão do sujeito, nem o sentido fora da linguística. De acordo com Brandão (2012), embora a obra de Harris desse início à análise de discurso, sua teoria ainda estava centrada na análise de unidades da língua, distante de qualquer reflexão que abrangesse a significação e os aspectos sócio-históricos de produção dos enunciados.

Na década de 1960, principalmente a partir das reflexões de Michel Pêcheux, a Análise de Discurso de linha francesa é desenvolvida como uma nova tendência de estudos, tendo como domínios basilares a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, numa relação entre língua, história e sujeito. (Orlandi, 1999) O aparato teórico dessas

três áreas trouxe grandes contribuições para a AD, seja pelos argumentos sustentados, seja pela refutação de suas teorias, dando subsídios para a criação de novos paradigmas.

O marco inaugural da Análise de Discurso de linha francesa ocorreu em 1969 com o lançamento das obras “Lexicologia e Análise do Enunciado” de Jean Dubois e “Análise Automática do Discurso” (AAD-69) de Michel Pêcheux. O primeiro com contribuições no campo da lexicologia e lexicografia¹³ e o segundo com uma nova teoria linguística de abordagem transdisciplinar com base nas ciências sociais (Mazzola, 2009). Desse modo,

Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, na psicologia social. Ele afirmava, no momento da publicação de Análise automática do discurso, que ali se encontrava seu objetivo profissional principal. Nessa tentativa, ele queria se apoiar sobre o que lhe parecia já ter estimulado uma reviravolta na problemática dominante das ciências sociais: o materialismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu “retorno a Freud”, bem como certos aspectos do grande movimento chamado, não sem ambiguidades, de estruturalismo (Henry, 1997, p. 14).

A primeira época da Análise de Discurso (AD-1) é marcada por uma posição teórica em que o processo de produção discursiva é formulada a partir de uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma e que a língua natural é uma base invariável em que se desdobram esses processos discursivos. Nesse momento, “a existência do outro está pois subordinada ao primado do mesmo” (Pêcheux, 1997, p. 313), pois ainda não há um desdobramento sobre a importância do Outro na formulação do discurso do sujeito.

Na época seguinte, AD-2, toma-se emprestado a noção de formação discursiva (FD) de Michel Foucault, em que a FD não é algo fechado e que sofre atravessamentos de outras FDs. Aqui, há a inserção da noção de pré-construído, discurso transversal e interdiscurso, em que os processos discursivos são atravessados por discursos anteriores e exteriores a ele mesmo (Pêcheux, 1997).

Na terceira época, AD-3, são introduzidos os “pontos de vista” e os “lugares enunciativos no fio do intradiscurso”, enfatizando o assujeitamento pelo que é exterior

¹³ A Lexicologia “estuda a unidade lexical em seus aspectos formais e significativos, especialmente; a Lexicografia, em que as palavras são organizadas em obras didáticas, os dicionários, que de diferentes formas registram o acervo lexical de um idioma” (Isquierdo; Alves, 2007).

ao processo discursivo e as posições que o sujeito pode ocupar nessa conjuntura. Além disso, é evidenciado o discurso do Outro, da alteridade, em que o controle do sujeito sobre si o escapa e há pontos de deriva que fogem ao autocontrole do “ego-eu” (Pêcheux, 1997).

Durante essas três épocas em que a teoria vai se desdobrando em novas noções, Pêcheux e Fuchs apresentam um quadro epistemológico geral que caracteriza a AD como um campo de estudos de entremeio, articulando três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (Pêcheux; Fuchs, 1988, p. 163-164).

Essas ainda são atravessadas e articulam-se com uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

No Brasil, a AD comparece no cenário nacional no final da década de 1970 de forma institucionalizada, propagando-se a partir do espaço acadêmico e centrada na análise de discursos políticos, o que gerou críticas negativas por parte de linguistas tradicionais (Ferreira, 2008). De acordo com Orlandi (2005), a AD se institucionalizou pelo seu ensino enquanto disciplina no curso de graduação e pós-graduação do Instituto de Estudos da Linguagem, no Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A universidade teve e tem papel fundamental na disseminação da teoria no Brasil, sobretudo na figura da professora e pesquisadora Eni Orlandi.

Retomando as principais regiões do conhecimento mobilizados e relidos na constituição da AD, sobre a Linguística, Ferdinand Saussure desenvolveu conceitos importantes sobre a língua que serviram de contraponto para a constituição da Análise de Discurso materialista. Segundo Pêcheux (1997), o “Curso de Linguística Geral” (CLG) é um marco para o desenvolvimento da ciência linguística. Antes do CLG, a língua era estudada pelo viés da Linguística comparativa e da gramática normativa.

Um dos aspectos levantados por Saussure é a noção de valor, ou seja, um elemento linguístico é definido a partir de seu funcionamento, de sua relação com os demais elementos do mesmo sistema. Um termo não deve ser analisado apenas pelo

seu conteúdo, pela significação em si mesmo, mas sim pelo valor que lhe é estabelecido em relação aos demais. É pela definição positiva e negativa que um elemento recebe a noção de valor dentro de dado sistema linguístico.

O conceito de valor também é revisto por Pêcheux, uma vez que esse não está contido apenas na definição positiva e negativa do elemento, mas seu valor semântico (seu sentido) está atrelado à formação discursiva. Assim, o valor consistiria no que o termo representa, no que ele não é em relação aos demais, na combinação com outros elementos e na posição em que é empregado. A produção de sentidos, para Pêcheux (1997), exige uma atenção específica, pois as palavras mudam (ou não) de sentido de acordo com a formação discursiva em que ocorrem, sendo assim, a situação de construção será determinante na significação dos elementos.

Em relação ao Marxismo, o filósofo Louis Althusser teve lugar central na formulação das noções da AD, trazendo toda uma discussão a respeito do conceito de ideologia para a teoria. Em suas concepções, o filósofo francês define a ideologia como uma relação imaginária das classes e dos sujeitos com suas formas de existência, em que os Aparelhos Ideológicos do Estado - AIE (igrejas, escolas etc), sejam instituições públicas, sejam privadas, garantem a reprodução das relações sociais. Parte de suas reflexões surgem das releituras de “O Capital” de Marx.

Com base no materialismo histórico de Althusser, a AD concebe o discurso¹⁴ enquanto materialização da ideologia que se desenvolve a partir da organização dos modos de produção social. Ademais, o sujeito está inserido em um processo histórico que interfere na língua e na produção de sentido. Nessa perspectiva, o sujeito é interpelado pela ideologia e está submetido às condições de produção. Esse assujeitamento o impede de decidir sobre as possibilidades enunciativas e os sentidos de seu discurso.

Além do estruturalismo e do materialismo histórico, o quadro epistemológico da AD também é constituído pela psicanálise lacaniana. Nela, o conceito de sujeito é atravessado pela divisão entre consciente e inconsciente (sujeito clivado).

[...] a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia não deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente (Pêcheux, 1988, p. 301).

¹⁴ Por sua vez, o discurso tem como base material a língua, como será explanado adiante.

Na inscrição discursiva, há o movimento entre a ideologia e o inconsciente que não podem/devem ser dissociados. É pela via do inconsciente que o sujeito relaciona os discursos daqueles que o cercam, como a família, a lei, as instituições religiosas entre outros, e esses “fios” de discurso compõem a “teia” de sua identificação a algumas redes de sentidos e não a outras, cabendo então à AD analisar essa “teia”. Assim, compreende-se que o sujeito também é uma representação dos processos de institucionalização das instâncias que o circundam e isso é materializado por meio da linguagem, tornando esta para Lacan a condição do inconsciente. Ao contrário do que se pensa, o sujeito não é totalmente consciente em relação ao que diz e o que sabe, pois em si, em seu inconsciente, reside o Outro (o discurso dos pais, dos seus líderes etc.) que o constitui (Authier-Revuz, 1990).

O sujeito clivado encontra-se dentro da dicotomia consciente e inconsciente, definindo-se por meio do discurso do Outro e de seu significante. Além disso, encontra-se constantemente dentro de sistemas de estruturas, quer seja no campo da linguagem; quer seja pela estrutura social que é composto por uma base econômica (infraestrutura) e as instâncias político-jurídicas e ideológicas (superestrutura), com base estruturalista da teoria de Althusser. O consciente e inconsciente, a estrutura linguística e social são elementos anteriores e exteriores ao sujeito que o definem e lhe constituem como tal.

Em releituras da Linguística e do materialismo histórico, ainda na primeira “época” da AD, Pêcheux (1988) afirma que os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como funcionamento desde que não os consideremos integralmente linguísticos e com a condição de que sejam definidos em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso. Mecanismo que chama de condições de produção do discurso.

É assim que a noção de “condições de produção” aparece em “Análise Automática do Discurso” de 1969, precedendo o tópico em que Pêcheux pontuou o que seriam os elementos estruturais, procurando situar o discurso e suas condições em oposição tanto a um sistema reacional estímulo/resposta quanto a um esquema informacional.

Vale revisitar como Pêcheux definiu discurso: efeito de sentidos entre os pontos A e B que designa a projeção de lugares determinados na estrutura de uma formação social. Estes lugares estão transformados no discurso como posições. Com isso, o que funciona não são os lugares em si, mas suas formações imaginárias que com

seus mecanismos de funcionamento, antecipação e relações de força são parte dos elementos estruturais das condições de produção de um discurso. De acordo com Pêcheux (1997):

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). (p. 82).

Pensar as condições de produção pressupõe pensar o movimento dos discursos na história e com ele dos sujeitos, no sentido de que todo o processo discursivo comporta uma materialidade histórica que lhe atravessa como possibilidade de efeitos de sentido sendo produzidos. Desta feita, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas.

Dando prosseguimento ao dispositivo teórico, mesmo que as noções da AD sejam imbricadas, para fins de apresentação, nesta tese, optou-se por uma retomada por tópicos dos conceitos basilares. Muito embora algumas delas já tenham sido comentadas anteriormente, seguem sistematizadas abaixo:

a) Discurso

Em “Análise Automática do Discurso” (AAD-69), como foi anteriormente comentado, Pêcheux esclarece que o discurso não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas o define como um “efeito de sentido” entre os pontos A e B (1997, p. 82). Na segunda parte da obra, o filósofo chama de discurso “uma sequência linguística limitada por dois *brancos semânticos* e que corresponde a condições de produção discursivas definidas.” (p. 108, grifo do autor). Pode-se compreender que esses “brancos semânticos” serão preenchidos pelos interlocutores A e B, que são assujeitados a uma ideologia e enunciam a partir de uma dada condição de produção, o que resultará em sequências discursivas com efeitos de sentido, o discurso.

Henry (1997) afirma que o discurso é o instrumento da prática política e que esta prática transforma as relações sociais e reformula a demanda social. Desse modo, o discurso funciona como uma ferramenta da prática política agindo sobre as relações sociais.

No campo da investigação sociológica (Henry, 1997), o discurso do sujeito sociológico é apreendido como uma representação da sua relação entre sua situação socioeconômica e sua posição ideológica na estrutura social.

Por sua vez, em Ferreira (2001), o discurso é definido como objeto teórico da Análise de Discurso, sendo produzido socialmente e materializado pela língua. Ele é uma prática social que não pode ser compreendido em si mesmo, mas a partir dos processos de sua produção.

Em síntese, conforme Brandão (1994), a linguagem possibilita que elementos linguísticos e extralinguísticos, associados às condições de produção, constituam significações. E o ponto de articulação entre esses fenômenos linguísticos e os processos ideológicos resultam no discurso.

b) Linguagem

De modo elementar, a Linguística concebe a linguagem humana como uma “capacidade que o homem tem de comunicar-se com os seus semelhantes através de signos verbais” (Lopes, 1976). Para Saussure, conhecido como pai da Linguística Moderna, a linguagem humana baseia-se na dicotomia entre língua e fala¹⁵, contudo, apesar da revolução linguística provocada pela teoria, ela mostrou-se limitada, sobretudo em relação a fala. Nessa perspectiva, a linguagem é tida como interação social, em que o Outro é indispensável na construção do significado, numa relação intrínseca entre o linguístico e o social.

Para a AD, a linguagem não é apenas um instrumento de comunicação. Ela é interação, um modo de produção social e o lugar de manifestação da ideologia, distanciando-se da ideia de algo neutro, natural e inocente. Como esclarece Brandão (1994), “a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais” (p.11). Ainda de acordo com a autora, a linguagem está diretamente ligada às condições de produção. Com esse prisma, a AD lança uma nova tendência linguística na década de 1960.

¹⁵ De forma a retomar tal dicotomia tem-se: “língua: Sistema abstrato, homogêneo composto de todas as realizações potenciais de expressão, formado por unidades que se opõem entre si, compartilhado por todos os falantes de um grupo social, é invariável, pois não pode ser alterado por nenhum falante individual. Fala: Manifestação individual, particular, heterogênea, das potencialidades do sistema; apresenta variação, mas essa variação não prejudica a intercompreensão dos falantes, uma vez que todos eles reconhecem que, por trás das substâncias variantes, existe, num nível mais abstrato, uma forma comum, geral” (Bagno, 2023, p. 491).

Segundo Orlandi (1996), na AD a linguagem é concebida “como prática: mediação, trabalho simbólico, e não instrumento de comunicação” (p. 28). Nesse prisma, a linguagem é uma ação que constitui os processos identitários dos sujeitos, em que “ao falar, ao significar, eu me significo” (p. 28). É nessa relação com a linguagem que se baseia a ideologia. Nesse entrelaçamento entre linguagem e ideologia que reside a noção da incompletude da linguagem, da falha, pois “se linguagem e ideologia fossem estruturas fechadas, acabadas, não haveria sujeito, não haveria sentido” (Orlandi, 1996, p. 28).

c) Língua

De acordo com Pêcheux (1988), a língua pode ser compreendida como a base comum de processos discursivos e é por meio dela que o discurso se materializa. É na língua que as contradições ideológicas de classes se desenvolvem e são inscritas historicamente. Ainda segundo o autor, a língua é voltada ao equívoco, o que pode ser entendido como o lugar em que há contradições, deslocamentos de sentidos, rupturas, falhas e mal-entendidos, em que pode haver comunicação e não-comunicação.

Na AD, em contraposição à Linguística saussuriana, a língua deixa de ser concebida como um sistema fechado e autônomo e passa a ser analisada como um sistema relativamente autônomo, em uma relação direta com a história e a ideologia. Nessa perspectiva, sua estrutura é “mobilizada a partir de determinações sócio-históricas interligadas às questões ideológicas nas produções discursivas” (Ferreira, 2020, p. 182).

Para Ferreira (2003; 2020), a língua depreende um sistema simbólico das formas materiais de linguagem, que significa a partir da história e da ideologia. Desse modo, na AD, a língua está sujeita ao funcionamento ideológico e a história, sendo um de seus elementos de análise, mas não o principal, uma vez que a exterioridade também faz parte desse processo de análise discursiva.

d) Ideologia

Partindo dos conceitos de ideologia que influenciaram fortemente a Análise de Discurso materialista, em Marx, ela é reconhecida como um instrumento de dominação de classe, em que a classe dominante perpetua suas ideias como se fossem de todos. Organiza-se como um sistema lógico e coerente de representações

de ideias e valores e de normas de conduta, prescrevendo o que e como devem pensar os membros da sociedade, bem como o que devem valorizar, sentir e fazer (Chauí, 1980).

Na concepção de Althusser (1971), “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em uma prática ou práticas. Esta existência é material.” (p. 89). E essas práticas são reguladas por rituais que se inscrevem por meio da existência de um aparelho ideológico. Para atingir tal objetivo, a classe dominante conta com seus Aparelhos Repressores (ARE), que são o governo, as Forças Armadas, a polícia, os tribunais, a administração, as prisões entre outros. E também com os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), que são instâncias como a religião, a escola, a família, a política, o direito, o sindicato, a cultura e a informação.

Ainda para Althusser (1971), a ideologia é o modo pela qual os seres humanos vivem a sua relação com as condições reais de existências, e essa relação é imaginária, ou seja, o homem cria formas simbólicas de representar a sua relação com a realidade concreta. Essas representações simbólicas deixam sua existência ideal e ganham materialidade por meio das práticas materiais prescritas pelos aparelhos ideológicos aos sujeitos. Sendo assim, a existência da ideologia é material, “porque as relações vividas, nela representadas, envolvem a participação individual em determinadas práticas e rituais no interior de aparelhos ideológicos concretos (Brandão, 2012, p. 25).

Henry (1988) explica que, para Pêcheux, “a ideologia é um processo que produz e mantém as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classe” (p. 24), sobretudo na divisão entre trabalhadores e não-trabalhadores. É pela ideologia que os agentes de produção do trabalho reconhecem seu lugar nas relações sociais de produção que são sempre imaginárias. Essas relações sociais de produção estão diretamente ligadas à prática política, uma vez que as ideologias se desenvolvem em contato com essas práticas.

e) Inconsciente

A noção de inconsciente é proveniente dos estudos de Freud e Lacan. Essa é uma noção que, juntamente com história e língua, compõe o tripé da teoria discursiva. O inconsciente é disposto como uma estrutura, uma trama, um tecido de linguagem, em que o psíquico atua na significação produzindo sentido em uma relação de não-controle determinado pela ordem sócio-histórica.

Nessa concepção, o sujeito é afetado por lacunas da consciência que correspondem ao ato falho, ao chiste, ao sonho, ao lapso, em que há uma ruptura no discurso consciente. “A Psicanálise afirmou teoricamente que para além da lei da consciência existe outra ordem, de natureza sociocultural, que se impõe à revelia do sujeito” (Ferreira, 2020, p. 157), e perpassa o seu discurso, impossibilitando-o de ter controle sobre o seu dizer. Por fim, Pêcheux (1988), por meio da reelaboração lacaniana, apresenta a seguinte elaboração teórica: “todo discurso é ocultação do inconsciente” (p. 175).

f) Sujeito

A noção de sujeito em Pêcheux é constituída a partir do entrelaçamento teórico do materialismo histórico, da psicanálise e da linguística, em que o mesmo é atravessado pelo inconsciente, estruturado na língua e interpelado pela ideologia, em um “processo de interpelação-assujeitamento ideológico” (Ferreira, 2020. p. 282).

Sobre isso, Henry (1997) explana que, tendo a ideologia como referência, Pêcheux introduz o conceito de sujeito como efeito ideológico elementar, que recebe esse *status* ao ser interpelado a ocupar um determinado lugar no sistema de produção. Nesse sentido, todo ser humano social é um “já-sujeito” (Henry, 1997 p. 30), uma vez que a ideologia existe por e para o sujeito e não há prática social fora de uma ideologia.

Essa compreensão parte, sobretudo, das reflexões de Althusser (1971) que afirma que:

[...] a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos *interpelação*, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí!” (p. 96, grifos do autor).

Sobre esse processo de interpelação, Orlandi (1999) afirma que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o saber” (p. 46), desse modo, não há sujeito sem ideologia. Esses elementos estão intimamente ligados e são dependentes. Também cabe destacar que é a partir da relação do sujeito com a ideologia, a história e a língua que serão produzidos os sentidos dos discursos.

A partir de Pêcheux, Ferreira (2020), afirma que no campo discursivo, a existência do sujeito refere-se a uma posição, que tem como base o seu pertencimento a uma Formação Discursiva, noção que será elucidada posteriormente. Essa posição é móvel e estrutura-se em uma dinâmica entre o inconsciente e a ideologia que é materializada pela linguagem. Em relação a essas posições, Orlandi (1999) explica que:

[...] o sujeito discursivo é pensado como “posição” entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz (M.Foucault, 1969): é a posição que deve e pode ocupar todo o indivíduo para ser sujeito do que diz (p. 49).

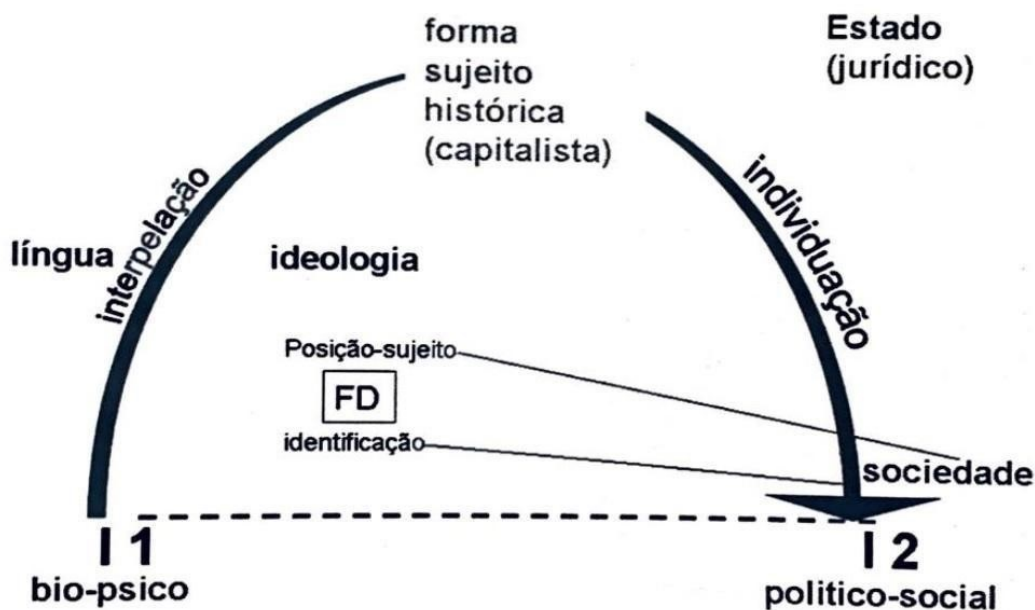
Para ilustrar o conceito, a autora emprega o exemplo da posição de “mãe”, em que sentenças semelhantes são ditas e ganham sentido dentro de uma formação discursiva em que certos dizeres são esperados dessa posição, como “Isso são horas?” para um filho que acaba de chegar. Em uma dada formação discursiva esse dizer significa que a mãe é aquela que questiona, que exige satisfações entre outras coisas, características de uma posição já determinada em uma estrutura ideológica. Assim sendo, o sujeito é interpelado a ocupar várias posições, de acordo com as condições de produção.

Se na AD o sujeito é posição, há de se pôr em causa essa própria constituição. Retomando Althusser (1971), o sujeito é desde sempre interpelado em sujeito pela ideologia e, segundo Orlandi (2012), também será determinado pelo Estado por meio de suas instituições e discursividades, em um processo que ela denomina de individuação:

Uma vez interpelado em sujeito pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e aos outros homens. Nesse passo, resta pouco visível sua constituição pelo simbólico, pela ideologia. Temos o sujeito individualizado, caracterizado pelo percurso bio-psico-social. O que fica de fora quando se pensa só o sujeito já individualizado, é justamente o simbólico, o histórico e a ideologia que torna possível a interpelação do indivíduo em sujeito. (Orlandi, 2005a, p. 107).

Para representar esse processo de individuação do sujeito pelo Estado, Orlandi propõe o seguinte esquema:

Figura 1 - Processo de individuação do sujeito



Fonte: Orlandi, 2012.

Como pode ser observado, ao longo desse processo de interpelação pela ideologia, há um efeito dessa individuação ocasionada pelo Estado, em que o sujeito é obrigado a enquadrar-se em uma existência material pautada em direito e deveres. O Estado impõe certas formas de administração desse sujeito, produzindo individuação do mesmo perante sua organização social. O Estado permite esse imaginário de uma sociedade composta por indivíduos, criando uma posição-sujeito social.

g) Outro

A teoria de Lacan (1954-1955/1997) determina que há duas formas de pensar o outro, ele explica que “há dois outros que se deve distinguir, pelo menos dois — um outro com A¹⁶ maiúsculo e um outro com a minúsculo, que é o eu. O Outro, é dele que se trata na função da fala” (p. 227).

Magalhães e Mariani (2010) articulam a concepção lacaniana ao reiterar que:

Isso implica pensar na transmissão do significante, uma transmissão que se realiza no contato-convivência com os pequenos outros, representantes do grande Outro. Para haver sujeito, para haver inconsciente, é preciso passar pelos significantes desses primeiros outros, os quais, ocupando o lugar do

¹⁶ Proveniente do francês *autre* que significa outro.

Outro, transmitem as leis do simbólico. Meus significantes, os significantes que considero como “meus” estão constituídos e afetados pelo Outro: para emergir como sujeito falamos afetados pelo Outro (nesse sentido, a alteridade está em mim). O processo de subjetivação está atravessado pela materialidade significativa do outro (Magalhães, Mariani, 2010, p. 394-395).

Isso quer dizer que há um Outro com uma função simbólica sobre o funcionamento da linguagem que está presente desde as primeiras relações do bebê com o meio social, com os outros.

Ferreira (2020) explana que o Outro, na concepção de Lacan, é o lugar dos significantes, representante da linguagem, em que se encontram o dito de todos os outros que foram importantes para a constituição do sujeito desde o seu nascimento. É a exterioridade que habita o sujeito, a alteridade no nível simbólico, sendo um lugar e não o semelhante. Já o outro é o semelhante “com o qual o sujeito se identifica, admira ou odeia” (Ferreira, 2020, p. 221).

Na AD-2, Pêcheux (1997) coloca que “a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento desta identidade, e com ela a própria noção de maquinaria discursiva estrutural... e talvez também a de formação discursiva” (p. 315), produzindo o efeito de sentido de que também há atravessamentos pela alteridade, por esse o/Outro que traz implicações para a identidade e formação discursiva pela qual o sujeito é assujeitado dentro de uma estrutura, pois como afirma Coracini (2007), “o sujeito é também alteridade, carrega em si o outro, o estranho, que o transforma e é transformado por ele” (p. 17).

h) Formação ideológica

As formações ideológicas estão relacionadas às identificações dos sujeitos a determinados conjuntos de saberes. Em outras palavras, é um composto de dizeres, rituais, práticas e representações que estabelecem posições de classes de acordo com a formação social vigente a partir das relações entre os sujeitos. Essas formações ideológicas mantêm vínculos entre si em que podem ser de hegemonia, oposição ou concordância (Ferreira, 2020, p. 121).

Independentemente do tipo de relação que se estabeleça - antagonismo, aliança ou dominação - pode-se dizer que sempre haverá posições de classe que se relacionam e se influenciam, ou seja, nenhuma formação ideológica, por mais radical que possa ser, é fechada em si mesma.

Pêcheux e Fucs (1988), afirmam que:

Falar-se-á em formação ideológica para caracterizar um elemento (determinado aspecto da luta nos aparelhos) susceptível de intervir como uma força confrontada com outras na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais”, nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. (p. 166).

E é pelos AIE que esses conjuntos complexos de atitudes e de representações serão materializados, sobretudo na forma do discurso. E essa articulação entre a ideologia e o discurso compreende a formação discursiva, como se expõe a seguir.

i) Formação discursiva

A formação discursiva (FD) é a manifestação, por meio do discurso, da formação ideológica dos sujeitos. Ela é o espaço em que os sentidos são constituídos e os posicionamentos exteriorizados, considerando as identificações do sujeito com dada formação ideológica, ou seja, as FDs são necessariamente vinculadas a uma formação ideológica. (Ferreira, 2020).

Cabe registrar que, como próprio Pêcheux (1988) expõe, a noção de formação discursiva fora, inicialmente, introduzida por Foucault, em a “Arqueologia do saber” (1969). Contudo, Pêcheux (1988) define a noção de formação discursiva como:

[...] aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada determinada pelo estado da luta de classes, determina “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc) [...]”. Isto significa colocar que as palavras, expressões, proposições etc recebem seus sentidos da formação discursiva na qual são produzidos. (Pêcheux, 1988, p.10).

Após várias redefinições teóricas operadas por Pêcheux e seu grupo, uma FD define-se em relação a outras, não podendo mais ser considerada um lugar fechado. Ela é sempre atravessada por outras FDs, seja por uma relação de aliança, seja por uma relação de confronto. Sendo assim, todo discurso é tecido por outros discursos, um verdadeiro conjunto de paráfrases, em que dizeres são retomados e reformulados. Nesse contexto, o papel da AD é analisar essas relações que se dão entre as condições de produção de sentido e suas formações discursivas.

j) Condições de produção

A “ligação entre as ‘circunstâncias’ de um discurso [...] e seu processo de produção” é denominada por Pêcheux (1988, p. 75) de condições de produção. Segundo o autor (1988), o processo de produção de um discurso consiste no “conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas (p. 74).

Para Orlandi (1999), a noção de condições de produção consiste em uma imbricação de elementos multifatoriais em que:

[...] implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica (p. 40).

De acordo com Ferreira (2020), nas condições de produção, a história e o sujeito são considerados na produção de sentidos. Desse modo, “o sentido passa a ser compreendido como um efeito, produzido pela relação entre aquilo que é interno ao sistema linguístico e o que age de fora, oriundo do espaço sócio-histórico” (p. 47).

Para Courtine (2014), as condições de produção remetem aos planos histórico, psicossociológico e linguístico, sendo justapostos e não hierárquicos entre eles. Essa configuração torna o sentido diretamente dependente das relações do sujeito com o grupo, do contexto histórico, das relações sociais e da própria situação de enunciação. Sem deixar de considerar que essas condições de produção estarão sempre atreladas às lutas de classes e à disputa ideológica.

k) Formação Imaginária

A formação imaginária consiste nas projeções que existem em qualquer formação social. Isso quer dizer que os sujeitos criam uma imagem de si e do outro em uma dada condição de produção. Como afirma Ferreira (2020), as formações imaginárias consistem em uma antecipação em que o locutor projeta uma representação imaginária do interlocutor e que (re)toma certos dizeres a partir dela, considerando as situações e as posições que ambos ocupam.

Esse entendimento surge da reflexão de Pêcheux (1997) que esclarece que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que

designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (p. 82).

Orlandi (1999) aborda essa noção dando o exemplo do padre e do professor, sujeitos esses que falam a partir de uma posição de autoridade em que suas falas têm mais valor em relação à posição ocupada pelos fiéis e pelos alunos. Essas posições significam em relação à conjuntura sócio-histórica e a memória (o saber discursivo e o já-dito). Desse modo, a autora destaca que as formações imaginárias funcionam de acordo com as relações de força, de sentido e a antecipação considerando a formação social e a história.

Nas relações de força, “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (Orlandi, 1999, p. 39). Assim, o que um professor fala significa de modo diferente ao que um aluno fala, sendo que a fala do primeiro vale (significa) mais do que a do segundo, uma vez que a sociedade é constituída por hierarquias, relações de força. Na relação de sentidos, os discursos sempre se relacionam com outros e os sentidos resultam dessas relações, desse modo, “os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (Orlandi, 1999, p. 39). E, por fim, na antecipação, o sujeito é capaz de colocar-se no lugar do interlocutor para antecipar os possíveis sentidos que as palavras irão produzir e dirigir a sua argumentação, ou seja, “segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (Orlandi, 1999, p. 39).

I) Sentido

Na AD, o processo de significação origina-se da determinação sócio-histórico-ideológica e não de aspectos puramente linguísticos, reforçando a afirmativa que o sentido não reside na palavra, mas fora dela (Ferreira, 2020). Desse modo, os sentidos são agregados considerando as formações discursivas de dada formação ideológica, mostrando que linguagem e ideologia articulam-se e afetam-se o tempo todo, ou seja, os sentidos sempre são determinados pela ideologia e é no discurso que ela se materializa.

Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux (1988) deixa em evidência que o sentido das palavras, expressões e proposições não existe em si mesmo, mas a partir das posições ideológicas. Elas “*mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido [...] em referência às formações ideológicas” (grifos do autor, p.160).

Como elucidado anteriormente, a formação discursiva é a manifestação, por meio do discurso, da formação ideológica dos sujeitos. Nesse entendimento, Pêcheux defende que “as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra” e que “palavras, expressões e proposição *literalmente diferentes* podem no interior de uma formação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’” (Pêcheux, 1988, p. 161, grifos do autor). Assim sendo, o sentido não está na palavra, mas em toda uma conjuntura exterior a ela. Mais uma vez, o sentido é empregado em referência à formação discursiva de dada formação ideológica.

Ainda sobre o sentido, esta também é constituída pela historicidade. Na perspectiva da AD, a produção de sentido está vinculada à relação entre história e linguagem, e não se restringe a uma percepção cronológica da história, mas sim a partir das relações com o poder e as práticas sociais. Para o analista de discurso, não interessa uma visão restrita de dados históricos e sim a compreensão de como os sentidos são produzidos em determinados contextos (Ferreira, 2001).

m) Memória discursiva

Considerando o que foi anteriormente exposto, é pelo inconsciente que acontecem os processos de retomada de outros discursos, descrito como memória discursiva. A memória faz parte da estruturação discursiva, estabelecendo implícitos em um processo de repetições e regularização (Pêcheux, 1999). Ou seja, na constituição de todo discurso, sentidos pré-construídos são mobilizados sendo reforçados e/ou reformulados pelos sujeitos.

De acordo com Orlandi (1999)

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (p. 31).

A memória discursiva é um dos tijolos que compõem essa grande construção que é o discurso, em que sentidos outros são retomados e novos enunciados vão sendo acrescentados, mas sempre dentro de limites impostos pelas formações ideológicas.

Como afirma Ferreira (2020), na memória discursiva, os sentidos são produzidos a partir do processo histórico e social de produção da linguagem, em que o sujeito recupera outros discursos esquecendo-se que não são seus (interdiscurso) e produz novos enunciados (intradiscurso)¹⁷. Para a AD, o importante é “compreender o modo como a materialidade significativa produz sentido na relação com a história e as condições sócio-históricas” (p. 213), partindo de um sujeito que se inscreve em certa formação discursiva.

n) Historicidade

Conforme Ferreira (2020), o termo historicidade não foi formulado por Pêcheux, mas sim por Orlandi (1999) em *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Em tal obra, a autora afirma que:

Paralelamente, é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. [...] Isso faz com que, pensando-se a relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica, como diz M. Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência própria a uma memória (Orlandi, 1999, p. 33).

Como pode ser observado, a historicidade não se relaciona a eventos cronológicos propriamente, mas como esses eventos são marcados no discurso por meio da língua. Posteriormente, Orlandi (2002) afirma que “na historicidade, no modo como a língua se inscreve na história para significar, não temos conteúdos trabalhados cronologicamente, mas processos de produção de sentidos” (p. 51). Desse modo, compreende-se que a noção mobiliza sentidos que foram relevantes no percurso da história, que foram inscritos discursivamente por meio da língua e são retomados pela memória.

Cabe lembrar que na AD, a história é um dos principais fundamentos da teoria e Orlandi observa que o trabalho dos sentidos no texto juntamente com a inserção da história na linguagem deve ser compreendido como historicidade. “É

¹⁷ De forma a tentar elucidar as duas noções, retoma-se dizeres de Orlandi (1999): “Courtine (1984) explicita essa diferença considerando a constituição – o que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas (Orlandi, 1999, p. 32-33).

como se a historicidade fosse a materialidade da história no texto ou discurso produzido” (Ferreira, 2020, p. 136).

o) Materialidades Significantes

Ao retomar a definição de Orlandi (1984, 2007a) a respeito de materialidades significantes, Lagazzi (2008) formula a noção considerando diferentes materialidades da linguagem, que servem “como componente de uma cadeia estruturante falha, cuja materialidade específica (verbal, visual, sonora, gestual...) fica exposta à produção de significações” (s/n). É objeto simbólico materialmente heterogêneo composto por várias formas de linguagem que, em sua incompletude, ganha novos sentidos no jogo discursivo considerando as condições de produção.

No intuito de trabalhar o simbólico em documentários e filmes, reafirmando a perspectiva materialista da AD, Lagazzi (2010) substitui o termo “língua” por “materialidades significantes”. Assim, ela pode analisar as produções audiovisuais a partir da mesma concepção materialista de discurso cunhada para os materiais verbais. A partir dessa noção, a autora começou a discorrer sobre a relação entre a materialidade significativa e a história, destacando a relevância de tomar o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significativa na história.

Com a formulação de materialidade significativa, Lagazzi (2010) também pôde dissertar sobre os processos de identificação dos sujeitos e seu caráter de ancoragem simbólica a partir da análise de diversas materialidades, não se restringindo apenas às práticas verbais.

Apesar de a concepção de materialidades significantes ter sido concebida para diferentes composições visuais, propondo deslinearizar essa materialidade (Lagazzi, 2010), esta pesquisa mobiliza a noção para as materialidades significantes produzidas pelos corpos surdocegos e sua língua tátil. Como afirma Azevedo (2014), “a própria corporalidade é também uma materialidade significativa, discursividade inscrita em condições de produção fronteiriças” (p.322).

Esse dispositivo analítico compreende que uma materialidade remete à outra, em um jogo de incompletude e interpretação, característico da própria linguagem que se estende a diversas materialidades que significam em um funcionamento discursivo (Lagazzi, 2008), tornando viável sua mobilização junto à noção de corpo e a modalidade tátil de uma língua.

p) Cultura

Embora a cultura não tenha feito parte, inicialmente, do escopo teórico da AD materialista, ela é alvo de um novo gesto de interpretação, uma vez que ela faz parte da realidade dos sujeitos e de sua dimensão político-histórico-social. “A cultura [...] é uma construção histórica que compreende as relações de poder e, por assim dizer, a luta de classes”, em que cada sujeito, ao mesmo tempo, se faz particular e membro de um determinado grupo, em uma realidade dinâmica e em constante movimento (Bressan, 2015).

Bressan (2015) defende que assim como há o processo de interpelação pela ideologia e pelo inconsciente, também há o processo de interpelação pela cultura, que pode ser concebido com um ritual de assujeitamento, com brechas para que surjam as singularidades, mas também para os processos de identificação. Nesse prisma, “o sujeito se constitui enquanto “eu” na relação com o outro; forma sua identidade a partir de sua inserção numa dada sociedade, nesta, reproduz, mas também produz cultura; é determinado pela cultura” (Bressan, 2015, p. 204).

Essa foi uma breve retomada do surgimento da AD e suas principais noções teóricas. Ao longo do estudo, outras serão introduzidas e articuladas à surdocegueira, sobretudo no capítulo quatro, em que há a análise do *corpus* da pesquisa. As noções da AD materialista possibilitaram que os sujeitos com surdocegueira pudessem ser compreendidos dentro de uma outra perspectiva até então pouco discutida na área da surdocegueira. Levantando questões sobre o atravessamento da perda visual em seus discursos, suas formas de identificação, o lugar de seus corpos na lógica capitalista e sua relação com o o/Outro.

2 OS SUJEITOS SURDOCEGOS

Neste capítulo são apresentadas questões que se referem ao mundo da surdocegueira. Inicialmente, buscou-se apresentar notícias dos últimos quatro anos sobre pessoas com surdocegueira, a fim de mostrar os dizeres que tem circulado sobre esses sujeitos. Em seguida, um levantamento bibliográfico evidencia a escassez de estudos sobre os sujeitos surdocegos a partir da ótica dos Estudos de Língua/Linguagem. Além disso, destina-se a esclarecer o conceito de surdocegueira, suas causas e as principais formas de comunicação utilizadas por esses sujeitos, sobretudo nos casos de surdocegueira adquirida. Cabe ressaltar que essa proposta está baseada em estudos e pesquisas desenvolvidas na área da Educação Especial¹⁸ e aqui articuladas com a Análise de Discurso. Esta parte da tese também expõe características visual-espacial da Libras e algumas adaptações realizadas após a mudança de sua materialidade para Libras tátil. Por fim, após a alteração da materialidade significativa dos sujeitos surdocegos, são apresentadas algumas considerações a respeito do guia-intérprete, que é o profissional responsável pela mediação e auxílio no ingresso desses sujeitos no mundo simbólico do outro.

2.1 Os discursos sobre os sujeitos surdocegos na atualidade

Esta pesquisa foi iniciada no ano de 2020 e, no decorrer de seu desenvolvimento, algumas notícias sobre sujeitos surdocegos foram veiculadas em plataformas como G1, Rádio Senado, R7 e *YouTube*. As notícias disponibilizadas traziam discursividades pouco comuns e até impossíveis para a formação imaginária de certa parcela da sociedade: a chegada de sujeitos surdocegos à níveis mais elevados de ensino e a criação do Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira.

¹⁸ De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394), “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996).

Esses discursos geram estranhamento naqueles que nunca tiveram contato com pessoas com surdocegueira ou nunca imaginaram que sujeitos com perda concomitante da audição e da visão acessam e compartilham o conhecimento em um espaço pautado em experiências visuais e auditivas como a universidade.

Sujeitos como Iury, Lara, Janine¹⁹ e Janaína, midiaticamente invisíveis, ganharam as páginas de portais jornalísticos e fizeram movimentar sentidos à memória discursiva: pessoas surdocegas existem, aprendem a ler e a escrever, vão à escola, chegam ao Ensino Superior, se formam, constroem conhecimento. Como pode ser observado nas notícias:

Figura 2 - Notícia sobre conclusão da graduação de Iury Moraes

Estudante de 26 anos é primeiro surdocego a se formar na UnB: 'Não pode desistir nunca'

Iury Moraes completou graduação em Língua Brasileira de Sinais, em agosto. 'Lutei muito, tem que ser forte', diz.

Por Natália Godoy, TV Globo
17/10/2020 21h35 - Atualizado há 3 anos



Estudante de 26 anos é primeiro surdocego a se formar na UnB

Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/10/17/estudante-de-26-anos-e-primeiro-surdocego-a-se-formar-na-unb-nao-pode-desistir-nunca.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2024.

¹⁹ Até o final desta pesquisa, Lara Gontijo concluiu o mestrado em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Janine Farias ingressou no Mestrado em Ensino da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

Figura 3 - Print de entrevista de Lara Gontijo para a TV UFMG sobre sua experiência como mestranda



Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u76Seil9b6Q&t=44s>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Figura 4. Notícia sobre ingresso de Iury Moraes no Mestrado em Educação

Estudante de 28 anos é primeiro surdo-cego a fazer mestrado na UnB

Iury vai desenvolver um projeto na área de Educação sobre o ensino de português como segunda língua para surdo-cegos

BALANÇO GERAL DF
28/06/2022 - 17h01



A- A+



Fonte: Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/balanco-geral-df/videos/estudante-de-28-anos-e-primeiro-surdo-cego-a-fazer-mestrado-na-unb-28062022>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Figura 5 - Notícia sobre conclusão da graduação de Janine Farias

Primeira surdocega a se formar em universidade da BA celebra conquista e quer ser professora: 'proporcionar acessibilidade'

Janine Farias se formou em pedagogia na Uneb em setembro deste ano. Durante o curso, ela usou língua de sinais tátil e braile para se comunicar com professores e colegas.

Por g1 BA
19/09/2023 08h01 - Atualizado há 6 meses



Jovem se formou em pedagogia na Uneb — Foto: Arquivo pessoal

Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/09/19/primeira-surdocega-a-se-formar-em-universidade-da-ba-celebra-conquista-e-quer-ser-professora-proporcionar-acessibilidade.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Figura 6 - Notícia sobre conclusão da graduação de Janaína Iwanagai

Surdocega se forma em pedagogia em Jaboticabal, SP, e planeja carreira na educação: 'Ensinar tudo que aprendi'

Janaína Iwanagai tem deficiência que compromete os sentidos da visão e da audição e utiliza língua de sinais tátil para se comunicar e comemora graduação. Mãe fala sobre orgulho de conquistas da filha: 'Estive com ela em todos os momentos'.

Por EPTV e g1 Ribeirão e Franca
13/01/2024 19h45 - Atualizado há 2 meses



Janaína, professora surdocega, busca inclusão para outras pessoas nas salas de aula

Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2024/01/13/surdocega-se-forma-em-pedagogia-em-jaboticabal-sp-e-planeja-carreira-na-educacao-ensinar-tudo-que-aprendi.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Observa-se nos noticiários um efeito de novidade/surpresa quando se enuncia que um surdocego ingressou ou se formou em algum curso do Ensino Superior. O

destaque em um sujeito com surdocegueira ser “o primeiro a...” (figuras 4 e 5), proporciona visibilidade àquele que, na ordem do imaginário, não teria condições de ocupar a posição de sujeito estudante universitário, sentido desencadeado pelo seu apagamento social (Baalbaki, 2022).

Talvez esses fatos não produzam sentidos para muitos, mas seguramente se tornou um fio na teia do discurso sobre sujeitos surdocegos e a educação. E, para que esse fio não se solte da teia, caia no chão e se perca, foi necessário a criação de um dia para rememorar aqueles que percebem o mundo simbólico por outras vias que não sejam a visão e a audição. A Lei nº 14.605/23 objetiva reconhecer a surdocegueira como condição única e dar visibilidade a esses sujeitos, sensibilizando setores da sociedade, estimulando ações educativas, promovendo debates e divulgando informações na tentativa de combater o preconceito e a discriminação, como podemos observar na notícia a seguir:

Figura 7 - Notícia sobre criação da Lei que institui o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira

Plenário

Senado aprova a criação do Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira

O Senado aprovou o projeto que institui o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira. O objetivo é reconhecer essa deficiência única, que compromete, total ou parcialmente, os sentidos da visão e da audição, ao mesmo tempo. A condição, também chamada de perda sensorial dupla, pode ser genética ou adquirida. A data, a ser comemorada em 12 de novembro, busca promover a inclusão social das pessoas surdocegas e combater a discriminação. O texto vai à sanção.

PL 2260/2019

Pedro Pincer

30/05/2023, 18h52 - ATUALIZADO EM 30/05/2023, 18h53

Fonte: Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/05/30/senado-aprova-a-criacao-do-dia-nacional-da-pessoa-com-surdocegueira>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Contudo, expor as conquistas de sujeitos surdocegos e criar um dia nacional para a conscientização sobre a deficiência não é o bastante para subsidiar práticas de visibilidade e inclusão. Para tanto, também é preciso refletir sobre suas maneiras de ser e estar no mundo e levar esse debate para as diversas instâncias de socialização, fazendo circular outros discursos sobre as especificidades e potencialidades desses sujeitos.

Apesar dos principais desafios da surdocegueira estarem relacionados à linguagem e a comunicação, a maior parte das pesquisas sobre a temática encontra-

se no campo da Educação. Talvez isso ocorra, uma vez que muitos questionamentos surgem a partir do ingresso desse público nas escolas. Entretanto, é muito importante a expansão das pesquisas sobre surdocegueira para outras áreas do conhecimento, dando destaque aos Estudos de Língua/Linguagem, pois a aquisição da linguagem e os seus desdobramentos são a porta de entrada para o mundo simbólico, o que consequentemente pode aumentar as chances de interação e participação social.

Em levantamento bibliográfico realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foram encontradas apenas quatro pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas em programas relacionados aos Estudos de Língua/Linguagem. Observa-se no quadro abaixo:

Quadro 1 - Pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas no campo dos Estudos da Linguagem

Banco de dados	TÍTULO	AUTOR	ANO	CURSO
CAPEs	A comunicação entre membros de uma comunidade de surdos e surdocegos de Prata-MG	ALMEIDA, Célia Aparecida Faria	2004	Mestrado em Linguística
BDTD CAPEs	A aquisição da linguagem por uma surdocega pré-linguística numa perspectiva sociocognitivo-interacionista	ALMEIDA, Célia Aparecida Faria	2008	Doutorado em Linguística
BDTD CAPEs	Ver e ouvir a surdocegueira: o emergir da comunicação	RACHED, Sueli Fernandes da Silva	2011	Mestrado em Ciências da Linguagem
BDTD	Glossário monolíngue em Língua de Sinais Brasileira: uma importante ferramenta na formação de Guias-Intérpretes Surdos	MAKHOUL, Ivonne Azevedo	2021	Mestrado em Estudos da Tradução

Cabe salientar que nenhum deles foi concebido pelo viés da Análise de Discurso materialista. Com isso, a busca foi expandida para as plataformas digitais Google Acadêmico e Scielo, a fim de encontrar artigos científicos sobre a surdocegueira a partir do aporte teórico da Análise de Discurso e o único artigo²⁰ encontrado está relacionado a esta pesquisa.

²⁰ Libras tátil e efeitos de sentidos: algumas considerações a respeito das condições de produção (2023). Disponível em: https://felin.pro.br/wp-content/uploads/2024/03/FELIN_2022_Ebook_04_VF_site.pdf#page=133.

Na busca por promover rupturas e mobilizar novos sentidos em relação à surdocegueira, a pesquisa fundamenta-se na Análise de Discurso. Essa disciplina de entremeio (Orlandi, 1999) possibilita que haja uma investigação de como os dizeres sobre surdocegos circulam socialmente, sobretudo, pela discursividade dos próprios sujeitos nessa condição.

2.2 Características da surdocegueira e a comunicação com esses sujeitos

A surdocegueira recebeu diversas denominações antes de chegar a esse termo. Ela foi nomeada de Dificuldade de Aprendizagem Profunda e Múltipla (DAPM), Múltipla Deficiência Severa, Surdo com Múltipla Deficiência, Cego com Deficiência Adicional, Múltipla Privação Sensorial (MPS), Dupla Deficiência Sensorial, Deficiência da Audiovisão e surdo-cegueira (Maia, 2021). Tais denominações já indicam como as instituições significam, historicamente, essa condição.

Para Pêcheux (2002, p. 30), esse processo de nomear e categorizar os sujeitos trata-se de “‘técnicas’ de gestão social dos indivíduos” em que se busca:

[...] marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los a guerra e de lhes fazer filhos.... Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta ele também as aparências da coerção lógica disjuntiva: é “impossível” que tal pessoa seja solteira e casada, que tenha diploma e que não o tenha, que esteja trabalhando e que esteja desempregada, que ganhe menos de tanto por mês e que ganhe mais, que seja civil e que seja militar, que tenha sido eleito para tal função e que não o tenha sido, etc... (Pêcheux, 2002, p. 30, grifos do autor).

Esses espaços discursivos logicamente estabilizados, como chama Pêcheux (2002), direcionam e regulam certas interpretações e proíbem outras de acordo com o cenário sócio-histórico em que se inscrevem. O processo de nominalização e categorização dos sujeitos reflete as estruturas sociais e, mais uma vez, determina o que deve ou não ser dito por eles e sobre eles.

No processo de identificar os sujeitos com perda concomitante da visão e da audição, Lagati (1995) marca por meio da palavra a categoria de sujeitos surdocegos,

na tentativa de retirá-los das categorias “surdo” e/ou “cego”, dando-os uma nova possibilidade de serem significados a partir de suas singularidades.

As palavras surdocegueira e surdocego eram adotadas de forma hifenizada – surdo-cegueira e surdo-cego. A alteração do termo foi sugerida por Salvatore Lagati em 1991, na Conferência da *International Association for the Education of Deaf-Blind Persons* (IAEDB) em Örebro, na Suécia. Segundo Lagati (1995):

Surdocegueira é uma condição que apresenta outras dificuldades além daquelas causadas pela cegueira e pela surdez. O termo hifenizado indica uma condição que somaria as dificuldades da surdez e da cegueira. A palavra sem hífen indicaria uma diferença, uma condição única e o impacto da perda dupla é multiplicativo e não aditivo. (Lagati, 1995, p. 306).

A intenção de Lagati ao retirar o hífen foi de produzir o efeito de sentido de uma deficiência única, o que comumente não atende as projeções imaginárias que foram criadas. Mesmo com a alteração na grafia do termo, é muito comum associarem a condição a um somatório das dificuldades referentes à surdez e à cegueira. Contudo, a combinação das perdas sensoriais demanda necessidades e atendimentos específicos. De acordo com Cader-Nascimento (2021),

O termo surdocegueira refere-se à combinação dos comprometimentos sensoriais auditivo e visual, em diferentes graus, na mesma pessoa, com implicações no processo de aquisição ou aprendizagem linguística. A presença da surdocegueira impede ou limita o acesso à informação auditiva e visual, altera os processos de interação social e modifica a orientação e mobilidade da pessoa nos espaços sociais. Interfere, ainda, nos processos de aquisição accidental, por meio da imitação e da observação, da linguagem, do desempenho e dos comportamentos valorizados socialmente, podendo haver restrição no desempenho de vários comportamentos esperados, dentre eles o linguístico, para a faixa etária (p. 25).

De acordo com os textos que versam sobre essa deficiência, a intensidade desses comprometimentos vai variar de acordo com três aspectos: o período de surgimento da surdocegueira, os tipos de perdas e o funcionamento da comunicação.

O período de aquisição da deficiência é um fator de grande importância para o processo de desenvolvimento do sujeito. Quando ocorre no nascimento ou precocemente, antes da aquisição de uma língua, seja ela oral ou sinalizada, observa-se a surdocegueira congênita. Quando uma pessoa que já adquiriu uma língua, oral ou de sinais, desenvolve a surdocegueira, esta é classificada como adquirida. Para essa mesma questão, também havia a denominação pré e pós-linguística, entretanto

era uma escolha com ênfase no desenvolvimento linguístico desses sujeitos e não em relação ao período de surgimento da deficiência. Desde 2019, a rede internacional Europeia acrescentou uma terceira classificação, que é a surdocegueira na velhice, pelo aumento de ocorrências da deficiência em pessoas idosas (Maia, 2021).

A surdocegueira adquirida não se restringe a pessoas que perderam os dois sentidos simultaneamente, como é o caso dos sujeitos desta pesquisa. Ela pode se apresentar em pessoas que nasceram com deficiência auditiva e posteriormente perderam a visão ou nasceram com deficiência visual e depois perderam a audição. Nesse caso, geralmente, o surdocego necessita desenvolver uma nova linguagem ou outra modalidade da língua que ele já faz uso para voltar a comunicar-se com seus pares.

São muitas as etiologias que podem ocasionar a surdocegueira dentro desses três períodos, por isso, em alguns casos, o diagnóstico pode ser muito demorado, acarretando a falta de atendimento específico e atrasos no desenvolvimento desses sujeitos.

Quadro 2 - Causas da Surdocegueira

PERÍODO	CONGÊNITA	ADQUIRIDA	VELHICE
Pré-natal	Toxoplasmose		
	Citomegalovírus		
	Rubéola		
	Sífilis		
	Sepse		
	Herpes		
	Varicela Zoster		
	Zika vírus		
Perinatal	Meningite		
	Falta de oxigênio		
	Acidentes		
	Fator RH		
	Icterícia		
	Prematuridade		
Pós-natal	Sarampo	Meningite	Diabetes
	Meningite	Diabetes	Acidente Vascular Cerebral (AVC)
	Catapora	Acidentes	Acidentes
	Ototóxicas	Tumor cerebral	
	Caxumba		
	Asfixia		
Anomalias congênicas	Hidrocefalia		Doenças degenerativas
	Microcefalia		
	Má formação		
Síndromes	Charge	Usher	
	Alcoolismo Fetal	Alport	
	Pierre Robin	Refsum	
	Cornelia Lange	Bardet Bibel	
	Miado do Gato	Down	
	Protheus	Turner	
	Edwards	Wofram	
	Patau		

Fonte: Elaborado por Maia, 2021.

Cores acrescentadas pela pesquisadora da tese.

Quanto a segunda classificação que se refere ao tipo de perda sensorial, Maia (2021), a partir dos estudos de Watanabe (2017), descreve as possibilidades de

combinações de perdas de forma detalhada em: surdocegueira total desde o nascimento; surdocegueira total adquirida; surdez total com baixa visão desde o nascimento; surdez total com baixa visão adquirida; cegueira total e surdez adquirida desde o nascimento; cegueira total e surdez adquirida durante a puberdade ou idade adulta; baixa visão e deficiência auditiva desde o nascimento; baixa visão e deficiência auditiva adquirida. Ainda há a terminologia surdocegueira *plus* para os casos em que a perda visual e auditiva é associada a deficiência neuromotora, intelectual e/ou Transtorno do Espectro do Autismo -TEA (Watanabe, 2017; Maia, 2021).

No que tange a comunicação, os estudos voltados para a área da Surdocegueira fazem uma divisão inicial em comunicação receptiva e comunicação expressiva. O primeiro caso consiste no processo de receber e entender uma mensagem. O segundo refere-se ao envio de uma mensagem a outra pessoa (Falkoski et al., 2023). No caso dos sujeitos desta pesquisa, as mulheres surdocegas expressam-se predominantemente por meio da Libras visual-espacial e recebem a mensagem por meio da Libras em campo reduzido (as que ainda possuem resíduo visual) e da Libras tátil. Seus companheiros têm a Libras como comunicação receptiva e expressiva, na maior parte do tempo²¹.

Há outras formas de categorizar a comunicação, como em níveis de acordo com a funcionalidade. No baixo nível, a comunicação restringe-se a aspectos básicos da vida diária como alimentação e higiene. No nível médio, o surdocego é capaz de resolver alguns problemas da vida cotidiana em uma condição de semi-independente. No alto nível, a pessoa demonstra estratégias de resolução de problemas e interesses, com vida e aprendizagem regulares (Almeida, 2019; Maia, 2021). Ao considerar tal categorização, os sujeitos desta pesquisa encontram-se no alto nível de funcionamento da comunicação

Dentro dos níveis mencionados, há formas distintas de comunicação utilizadas por esses sujeitos. Quando a surdocegueira se manifesta nos anos iniciais de vida, o desenvolvimento de um sistema de comunicação formal torna-se uma necessidade e um grande desafio. Nas circunstâncias em que não há aquisição de uma língua, esse público geralmente possui uma linguagem individualizada, sem regras formais de uso

²¹ Há ressalvas nas ocasiões em que precisam se comunicar com outros surdocegos, utilizando, assim, a Libras tátil como forma de comunicação expressiva ou nas situações em que precisam comunicar-se com pessoas que não dominam a Libras, utilizando o português escrito como forma de comunicação expressiva, por exemplo.

e baseada no contexto imediato. Em outras palavras, são formas de comunicação desenvolvidas em um ambiente particular para atender a um indivíduo específico. Watanabe (2017)²² descreve essas linguagens mais individualizadas por meio de um quadro descritivo:

Quadro 3 - Forma de comunicação individuais

FORMAS/LINGUAGENS	EXEMPLO DE REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO/SIGNIFICADO
Expressões Naturais	Choro	Pode ser expresso por meio de sons intensos ou movimentos de mexer os olhos (abrindo ou fechando) Significados: dor, recusa, birra, incômodo, não gostar, fome, buscar atenção, nosso e outros.
	Sorriso	Pode ser expresso pelo movimento de mexer e afastar os lábios, e/ou com sons que podem ser altos e com muitas vocalizações, como gargalhadas. Significados: estar feliz, reconhecer uma pessoa, gostar dela ou de uma atividade e outros.
	Movimento corporal	Movimentar membros superiores; inferiores; cabeça; Movimentar todo o corpo. Significados: excitação como resposta à estimulação ou antecipação de um acontecimento.
	Expressão corporal	Contorcer-se e resistir ao contato físico; Alterar o tônus muscular em resposta à voz ou ao contato físico; Reação a estímulos súbitos ou preparação para agir; Realizar movimento com o corpo para indicar uma ação, como movimentar-se para frente e para trás quando quer balançar, mexer mãos e pés quando está deitado para pedir mais uma brincadeira.
Pistas	Expressão facial	Faz careta como reação a sensações desagradáveis ou inesperadas.
	Cheiro	Na rotina familiar pode ser utilizado um objeto que tem um odor característico, por exemplo, pegar o sabonete para antecipar a rotina do banho e para que o surdocego possa ter informação sensorial olfativa.

²² A autora emprega a expressão “comunicação não-simbólica” esses tipos de linguagem, contudo ele não se aplica em relação ao quadro teórico da Análise de Discurso.

Gestos	Contexto	Na rotina familiar pode ser utilizado um objeto ou um movimento que antecipe uma ação da atividade a ser realizada em determinado espaço, por exemplo, fazer o movimento com o corpo para frente e para trás indicando o balanço de um parque ou playground.
	Movimento	Na realização de uma rotina ou atividade: Antecipar fazendo um movimento para indicar o que vai acontecer, por exemplo, tocar os lábios de uma criança surdocega para informar que vai comer.
	Contexto	Realizar um gesto do contexto, por exemplo, uma criança está na sala de fisioterapia, o profissional pode pegar a bola Bobath e a aproximar do corpo da criança. Ao sentir o toque da bola, a criança já se deita na bola para rolar.
	Naturais	Quando é realizado um movimento que se aproxima da ação que será feita com pessoas ou objetos, por exemplo, fazer os gestos com a mão de ir para frente e para trás quando percebe um carrinho para brincar.
	Indicativo	Quando aponta algo que deseja ter ou lugar que deseja ir.
	Convencionais	Faz adeus; Acena com a cabeça para indicar aceitação ou recusa.
Sinais	Personalizados	São sinais criados pelas pessoas com surdocegueira e seus parceiros de comunicação.
Orientação	Olha e aponta	Olha ou aponta na direção de pessoa ou objeto para procurar ou dirigir a atenção; desvia o olhar de uma pessoa para indicar desinteresse ou recusa; Olha na direção de uma pessoa, objeto ou acontecimento que apareça subitamente.
Pausa Toque, manipulação ou movimento com outra pessoa	Fica atento	Para o movimento que está realizando em antecipação de um acontecimento; Para, espera as instruções ou dá a vez ao interlocutor (meu turno, seu turno) Segura ou agarra outra pessoa para obter conforto; Pega ou dirige a mão de alguém para alguma coisa; Coloca o adulto para obter atenção; Empurra ou deixa ir embora para encerrar a interação; Move-se em conjunto ou segue o movimento de outra pessoa.

Fonte: Baseado no quadro de Watanabe (2017).

Por outro lado, há um outro grupo de linguagens que consiste em “qualquer sistema de palavras, sinais ou objetos usados para se comunicar que seja formalmente organizado e regido por regras”. Esses símbolos representam conceitos, ações, objetos e pessoas e podem ser altamente abstratos e complexos.” (Maia, 2011, p. 65). Nesse agrupamento encontram-se as formas de comunicação baseadas na Língua Portuguesa e na Libras e são apresentadas em modalidades distintas como oral, escrita, visual-espacial e tátil.²³

Com base na língua portuguesa, tem-se algumas possibilidades:

a) Braille: sistema de leitura e escrita tátil;

Figura 8 - Sistema Braille



Fonte: Disponível em: <https://www.blogdopaulus.com/2012/12/Entendendo-o-Metodo-Braille.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.

b) Braille tátil: Braille adaptado para que possa ser percebido pelo tato. Sistema em que os dedos indicador e médio representam a cela Braille e cada falange, o espaço de marcação dos pontos, viabilizando que palavras sejam escritas nos dedos dos que dominam a técnica.²⁴

²³ Aqui serão especificadas as formas mais comumente utilizadas no Brasil.

²⁴ O sistema Braille, a localização dos pontos é dada de cima para baixo, primeiramente na coluna da esquerda e posteriormente na coluna da direita e são denominados respectivamente pontos números 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Cada combinação de pontos em relevo forma, portanto, determinada letra ou sinal de pontuação (Nicolaiewsky; Correa, 2008).

Figura 9 - Braille tátil



Fonte: Arquivo pessoal, 2003.

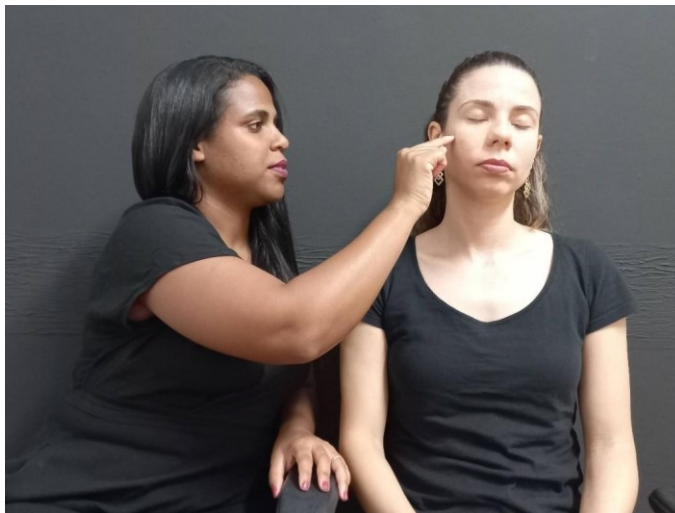
- c) Escrita em letra bastão em parte sensível do corpo: usar o dedo como lápis para escrever na palma da mão da pessoa surdocega ou em outro lugar do corpo que seja sensível, geralmente em letras bastão;

Figura 10 - Escrita na palma da mão



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Figura 11 - Escrita na bochecha



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

d) Fala ampliada: fala próxima ao melhor ouvido da pessoa com surdocegueira;

Figura 12 - Fala ampliada



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

e) Tadoma: a pessoa surdocega toca com a mão no rosto - queixo e pescoço – da pessoa que está falando, percebendo as vibrações da fala e movimentos fonoarticulatórios.

Figura 13 – Tadoma



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

- f) Alfabeto manual tátil: alfabeto manual empregado principalmente pelos usuários das línguas de sinais para soletrar palavras. Seu uso não se restringe a esse grupo de falantes. Também é muito utilizado por surdocegos que têm a Língua Portuguesa como primeira língua.

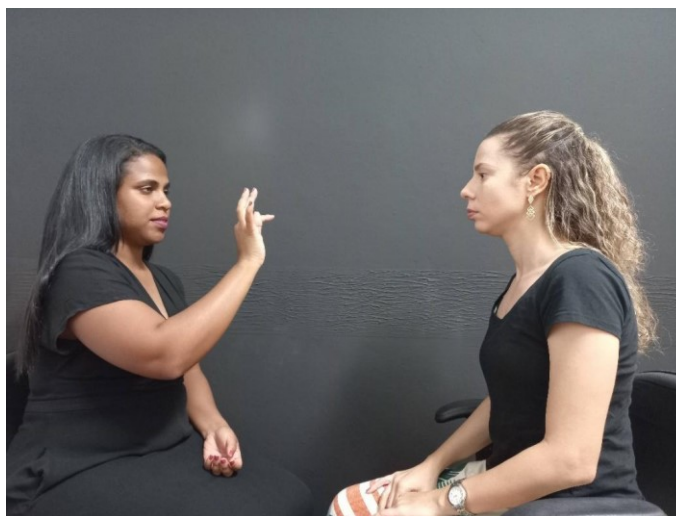
Figura 14 - Alfabeto manual tátil



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

g) Alfabeto manual em campo reduzido

Figura 15



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

h) Pranchas de comunicação: prancha com letras em relevo ou em Braille para que o dedo indicador da pessoa com surdocegueira seja conduzido até as letras para formar palavras (Bigate, 2018).

Figura 16 - Prancha de comunicação



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Com base na Libras, tem-se as seguintes possibilidades:

- a) Língua de sinais tátil - língua de sinais percebida pelo tato da pessoa com surdocegueira;

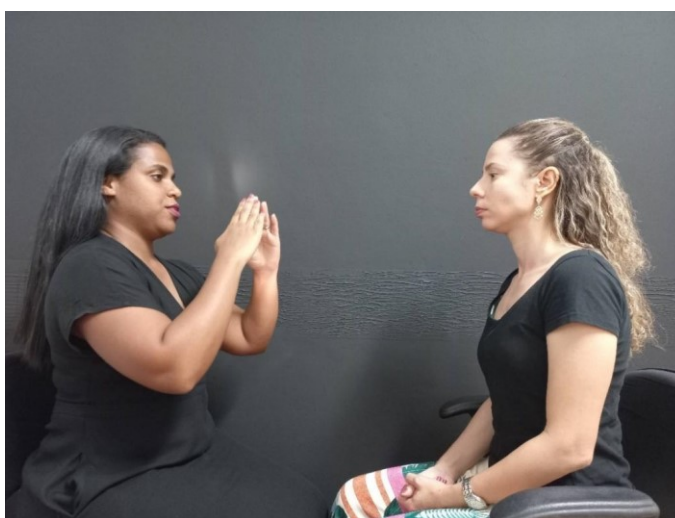
Figura 17 - Língua de Sinais tátil



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

- b) Língua de sinais em campo reduzido – língua de sinais em espaço menor e com distância variada de acordo com a condição visual da pessoa surdocega.

Figura 18 - Língua de sinais em campo reduzido



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Diante do fato de os principais canais de informação ambiental e de distância não estarem em pleno funcionamento, a linguagem e a comunicação tornam-se os

maiores desafios na surdocegueira. Essas privações sensoriais fazem com que o organismo humano busque outras formas de se organizar para apreender o mundo por meio da linguagem.

2.3 Síndrome de Usher: a condição que afeta os sujeitos da pesquisa

A síndrome de Usher é uma condição genética que inclui como sintomas a perda auditiva, a retinose pigmentar e, em alguns casos, a arreflexia vestibular²⁵. Ela é a síndrome que mais ocasiona a surdocegueira e foi descrita pela primeira vez, em 1858, por Albrecht von Graefe, e, em 1914, o oftalmologista Charles Usher descreveu um número significativo de 69 pacientes (em 40 famílias) que apresentaram perda auditiva e retinopatia (Castiglione; Moller, 2022).

A síndrome é subdividida em três subtipos clínicos (USH1, USH2 e USH3), identificados a partir de sequenciamento genético, e apresentam características um pouco distintas (Castiglione; Moller, 2022). São eles:

Quadro 4 - Tipos de Síndrome de Usher

TIPOS	USH1	USH2	USH3
Características	Surdez neurossensorial profunda congênita ²⁶ , arreflexia vestibular bilateral e início precoce de retinose pigmentar.	Surdez neurossensorial moderada a profunda congênita, mas relativamente estável, função vestibular normal e, geralmente, descoberta da retinose pigmentar no início da adolescência.	Perda auditiva neurossensorial progressiva, arreflexia vestibular progressiva e retinose pigmentar na adolescência.

Fonte: Elaborado a partir de Castiglione e Moller (2022).

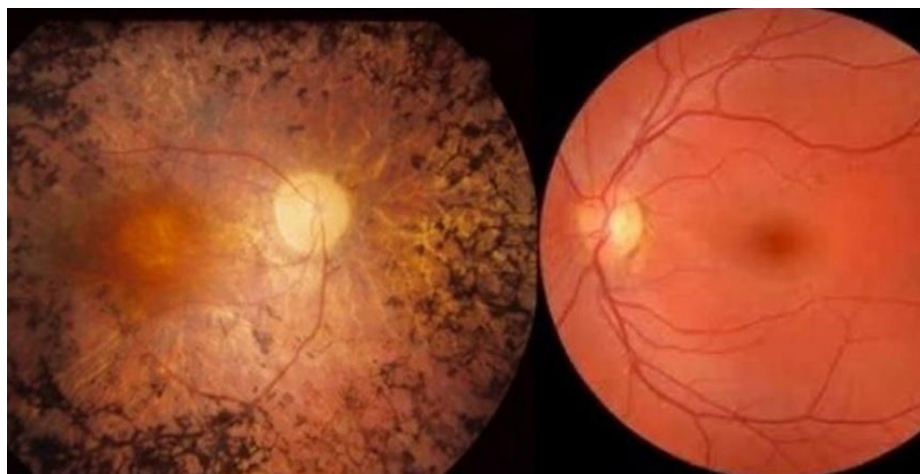
Os sujeitos da pesquisa relataram ter sido diagnosticados com a síndrome em algum momento de suas vidas, alguns realizaram exames genéticos e outros foram identificados a partir dos sintomas apresentados. Todos apresentam surdez

²⁵ Registra-se que “a perda bilateral da função vestibular ou arreflexia vestibular bilateral (AVB), definida como total ausência de resposta do sistema vestibular aos estímulos de movimento, resulta em múltiplos problemas no controle da postura e locomoção, instabilidade de marcha e dificuldade de equilíbrio” (Barros et al., 2007).

neurossensorial profunda congênita e retinose pigmentar, com o aparecimento da retinopatia entre o fim da infância e a adolescência e o agravamento na vida adulta. Sobre a retinose pigmentar, cabe informar que:

Uma pessoa afetada pela doença demonstra os primeiros sinais da enfermidade na adolescência. O problema se inicia com a morte do fotorreceptor. Há uma mutação em um determinado gene que passa para outras células da retina que, a princípio, não deveriam ser afetadas. A doença se manifesta com uma dificuldade de enxergar no escuro. Com o avanço da idade, os neurônios dos olhos vão morrendo e a perda se estabelece de forma mais intensa, com o desaparecimento da visão periférica. Na idade adulta, a doença alcança estágios mais avançados. A pessoa afetada pela retinose pigmentar pode, inclusive, perder totalmente a visão, o que gera um grande impacto em sua qualidade de vida. (Brasil, 2024).

Figura 19 - Imagem de retina afetada pela retinose pigmentar e retina sem a patologia



Fonte: Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/pesquisa-do-dia/pesquisa-apoiada-pelo-cnpq-pode-contribuir-para-avanco-no-tratamento-da-retinose-pigmentar>. Acesso em: 5 mai. 2024.

A dificuldade em enxergar no escuro e a perda de campo visual periférico foram sintomas relatados pelos sujeitos da pesquisa que geraram muitos transtornos e angústia. A cegueira noturna os impulsiona a adaptações em relação à luminosidade dos ambientes e, às vezes, ao uso da Libras tátil. A diminuição do campo visual afeta a distância durante a interação com o interlocutor e a necessidade que o mesmo diminua o espaço gramatical de sinalização, já que movimentos mais abrangentes não são percebidos pelos sujeitos surdocegos. Na figura 20, a seguir, observa-se uma simulação de perda de campo visual:

Figura 20 - Simulação de perda de visão periférica ocasionada pela retinose pigmentar



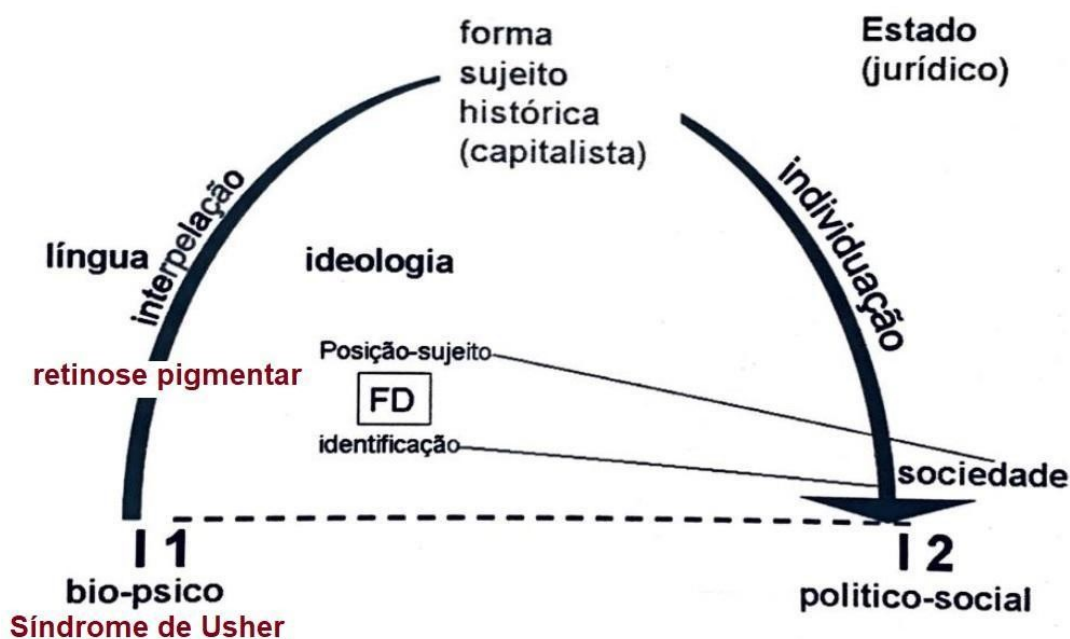
Fonte: Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150622_surdez_cegueira_ouch_mdb. Acesso em: 5 mai. 2024.

De acordo com a professora e pesquisadora Lucianne Madeira (Brasil, 2024), por se tratar de uma doença genética, hereditária, logo, sem cura, a retinose pigmentar tem difícil tratamento. Contudo, as pesquisas desenvolvidas visam retardar a doença com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do paciente²⁶.

Em uma visada discursiva, um gesto de leitura possível que pode ser considerado é que a Síndrome de Usher interpela o sujeito surdocego e interfere em seu processo de individuação pelo Estado. Com base no esquema desenvolvido por Orlandi (2005^a):

²⁶ Lucianne Frangel Madeira é professora de Neurobiologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista CNPq e está desenvolvendo uma pesquisa que pode contribuir no avanço do tratamento da retinose pigmentar. “O objetivo do estudo é o de avaliar a possibilidade de uso do sistema endocanabinóide para impedir a perda da função visual ou, ao menos, amenizar a progressão da doença” (Brasil, 2024).

Figura 21 - Processo de individuação do sujeito surdocego interpelado pelo patológico



Fonte: Baseado em Orlandi (2005^a).

Retomando o processo de individuação proposto por Orlandi (2005a), o sujeito surdocego, em sua existência bio-psico, sofre um outro tipo de interpelação a partir de uma doença genética que leva à Síndrome de Usher. Sobre os sujeitos da pesquisa, a patologia acarretou, logo no nascimento, a surdez neurossensorial, resultando em uma existência material de sujeito surdo entre-línguas, em que se identifica com a Libras, mas, por fazer parte de uma minoria linguística, também é obrigado a adentrar o simbólico por meio da Língua Portuguesa.

Como poderá ser observado nas entrevistas, no início da juventude, essas mulheres são atravessadas, de forma mais agressiva, pela retinose pigmentar, sofrendo mais uma vez a interpelação de ordem patológica, que interferiu drasticamente na forma como esses sujeitos se inscrevem na história por meio de uma língua tátil.

Nesse processo, também há uma outra forma de individuação pelo Estado enquanto pessoa com deficiência²⁷, que terá também para seu usufruto um outro conjunto de direitos de acordo com essa existência enquanto sujeito com deficiência.

²⁷ “Art. 2o Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2019).

Tanto a aplicabilidade desses direitos quanto a ausência deles afetará a forma sujeito histórico marcada pela deficiência e a sua existência político-social – que nunca é, para qualquer sujeito, fora de tensão, conflito, resistência²⁸.

2.4 A Língua Brasileira de Sinais e a Surdocegueira

A Libras é uma língua de modalidade visual-espacial, ou seja, sua forma de expressão utiliza o corpo, as mãos, a face, os espaços, para sua produção, e a visão, para sua percepção (Quadros, 2020). A comunidade surda e os Estudos Surdos vêm ao longo dos anos tentando desmistificar ideias com base no senso comum de que as línguas de sinais são universais; que surdos de todos os lugares do mundo vão conseguir compreender uns aos outros com facilidade; que sinais, gestos e mímicas tratam-se da mesma coisa; e que as línguas de sinais são simplesmente uma comunicação gestual sem regras, uma simples linguagem.

A Libras foi reconhecida no Brasil pela Lei nº 10.436²⁹, de 24 de abril de 2002. A medida legitima a língua como meio de comunicação e expressão da comunidade de pessoas surdas do país, sendo garantido pelo poder público o apoio ao uso e a sua difusão. A lei também assevera que os sistemas educacionais devem incluir o ensino da Libras nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, em nível médio e superior. Por fim, a norma também elucida que a Língua Brasileira de Sinais não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

No escopo dos estudos da Linguística Descritiva, define-se que a Libras é constituída por unidades mínimas, fonemas, que combinadas formam palavras; padrões prosódicos; palavras que se combinam para construir enunciados; enunciados que podem ser analisados do ponto de vista semântico e pragmáticos; e seus usos revelam questões de aspecto sociolinguísticos. O reconhecimento desses níveis linguísticos possibilitou que línguas de sinais, inclusive a brasileira, recebessem

²⁸ De forma a ilustrar possíveis pontos de tensão, retomamos o artigo “O discurso da legislação sobre o sujeito deficiente” de Marquezan (2009). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/gYG6t5CxfVKhLLGvMFDwjH/abstract/?lang=pt>.

²⁹ Em uma perspectiva discursiva, Baalbaki e Rodrigues (2011) analisam tal lei.

o status de língua e ganhassem espaço dentro do campo da Linguística (QUADROS, 2019).

A estrutura fonética e fonológica das línguas de sinais envolve braços, mãos, dedos, tronco e face. “A fonética das línguas de sinais vai se ocupar de todas as unidades de produção e percepção de articuladores manuais e não manuais manifestadas de forma gradiente na sua expressão física” (Quadros, 2019, p. 58).

Em uma perspectiva fonética articulatória, o aparelho responsável pela maior parte da composição da Língua Brasileira de Sinais são as mãos, configurando uma comunicação visual-espacial. Segundo Diniz (2010), os sinais são realizados por dois pontos articulatórios: o primário e o secundário. O primeiro está relacionado com as mãos, que executam o signo no corpo, geralmente responsáveis pelas informações lexicais. O segundo ponto articulatório refere-se aos movimentos da cabeça, dos ombros e do tronco do falante e as expressões faciais, fornecendo informações gramaticais e discursivas.

No tocante à constituição fonológica dos sinais, os estudos de Stokoe (1960) indicam que há três parâmetros nas línguas de sinais: a configuração de mão, que é a forma como a mão é posicionada no momento da articulação do sinal; a locação, que consiste no local em que o sinal é executado; e o movimento, que é o movimento realizado pelo enunciador no espaço, envolvendo formas e direções ao executar um sinal. Posteriormente, a esses foi acrescido o parâmetro orientação da palma, que compreende a direção em que a palma da mão é apontada ao produzir o sinal.

Ainda há as expressões não-manuais, indicadas em alguns textos como quinto parâmetro das línguas de sinais. Considerando os estudos de Wilcox e Wilcox (2005), Diniz afirma que:

[...] há as expressões faciais, as posturas corporais e outros gestos não manuais que fazem parte dos pontos articulatórios secundários pelo qual se expressam as informações gramaticais como os tipos de sentenças: afirmativas, interrogativas, negativas, relativas, condicionais. Não são somente as informações gramaticais, também são incluídas as adverbiais e as discursivas. São chamados, de modo geral, sinais não-manuais (Diniz, 2010, p. 29).

Os sinais não-manuais têm um papel muito importante na construção das sentenças da Libras. As expressões faciais gramaticais comportam informações de nível morfológico e sintático, sendo consideradas obrigatórias em contextos determinados. Em nível morfológico, estão relacionadas a grau e apresentam sentido

sobre o sinal que está sendo produzido, como no caso de adjetivos. Em nível sintático, estão presentes em alguns tipos de construção como sentenças negativas, interrogativas, afirmativas, condicionais, relativas, construções com tópico e com foco. Dentre as expressões faciais empregadas encontram-se os movimentos de cabeça, a direção do olhar, a elevação das sobrancelhas, o franzir da testa e os movimentos dos lábios (QUADROS e KARNOPP, 2004).

Quadros (2019) mostra algumas especificações na descrição dos sinais quanto aos seus componentes mínimos. Tem-se: Configuração de mãos (CM): 79 formas; localização (L): espaço neutro (a frente do sinalizante); tronco (ombro, peito, barriga, abaixo da cintura); face (cabeça, teste, bochecha, nariz, queixo, orelha, boca e olho); pescoço, braço, antebraço e mãos; e movimento (M): movimentos de trajetória (retilíneo, sinuoso, angular); movimentos circulares (circular, semicircular e helicoidal); movimentos internos dos sinais (dos dedos, das mãos). E nesse mesmo traço encontra-se a orientação (palma da mão para frente, para trás, para cima, para baixo, para o lado e em diagonal).

Exemplos de descrição:

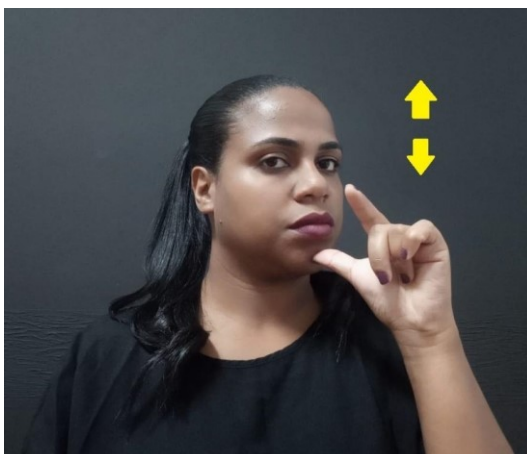
Figura 22 - Sinal de amarelo em Libras



Descrição do sinal: AMARELO – CM: 1; L: nariz; M: retilíneo de cima para baixo. Dedo indicador esticado apontado para cima localizado na frente e no centro da testa, movimentá-lo para baixo na mesma posição até a altura do nariz.

Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

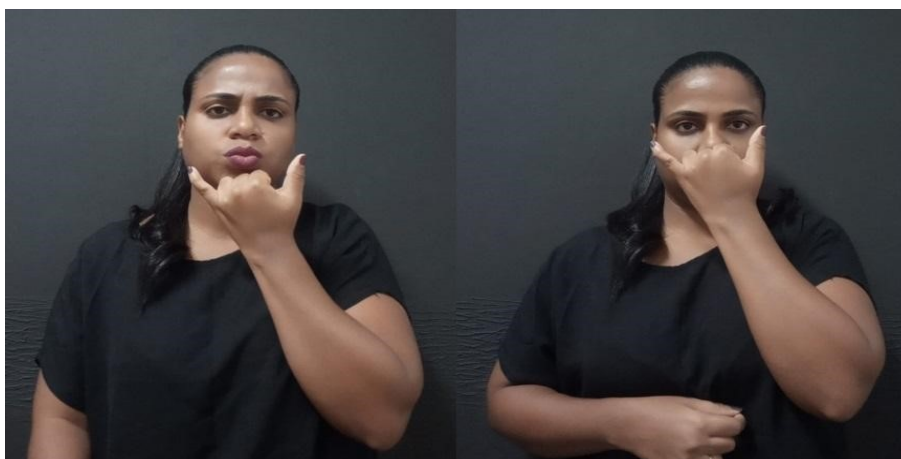
Figura 23 - Sinal de água em Libras



Descrição do sinal: ÁGUA – CM: L ou 24; L: queixo; M: articulação do dedo indicador – abrir e fechar repetidamente. Indicador e polegar esticados na frente do rosto, indicador apontado para cima e polegar na direção da boca, esticar e dobrar o indicador duas vezes.
Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Outro aspecto fonológico encontrado na Libras é a existência de pares mínimos, cujas formas fonológicas dos sinais são idênticas, menos em uma das unidades específicas, ou seja, dois sinais que diferem em seu significado apenas por um segmento. Para exemplificar, os sinais de DESCULPA e AZAR. O sinal DESCULPA é composto de CM: Y ou 64; L: queixo, M: retilíneo em direção à localização. Em AZAR, o único traço que os distingue é a localização, uma vez que o sinal tem a mesma configuração de mão e movimento, mas se diferencia na localização, sendo executado no nariz.

Figura 24 - Sinais de desculpa e azar em Libras



Descrição do sinal da esquerda: DESCULPA – CM: Y ou 64; L: queixo; M: retilíneo em direção à localização. Polegar e mínimo esticados na frente do queixo com a palma da mão para dentro.
Descrição do sinal da direita: AZAR - CM: Y ou 64; L: nariz; M: retilíneo em direção à localização. Polegar e mínimo esticados na frente do nariz com a palma da mão para dentro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

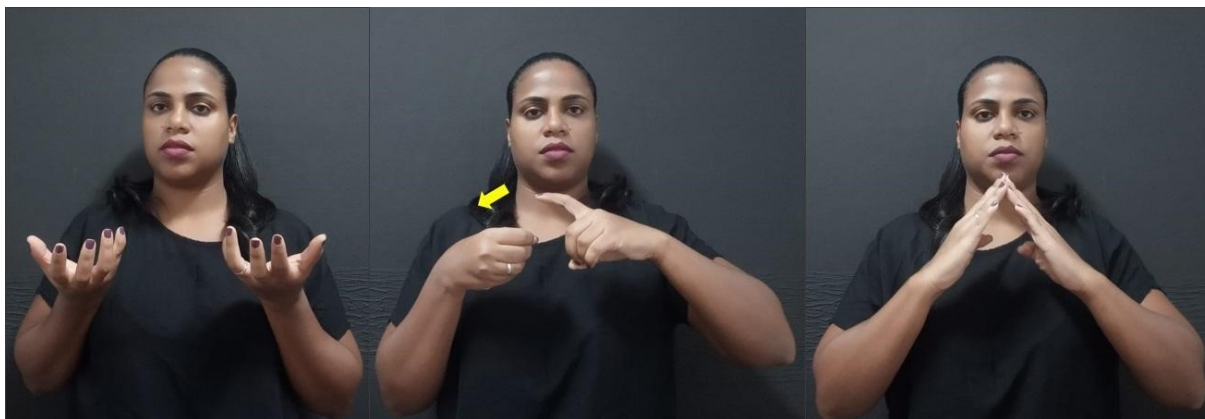
Sendo uma língua visual-espacial, as línguas de sinais também apresentam generalizações em relação ao campo visual. Este pode ser de centro, cuja área espacial é mais bem processada, e de periferia, cujo espaço de execução deve ser mais amplo. Dessa forma, os aspectos fonológicos centrais realizados próximos da face seriam mais bem percebidos, bem como os movimentos mais amplos realizados no corpo ou a frente do tronco (Crasborn, 2012). Quanto maior a amplitude do movimento, maior a necessidade de espaço para executar os sinais, sendo possível percebê-los mantendo um certo conforto visual.

Quanto à estrutura morfológica da Libras, ela pode ser sequencial e simultânea. Para exemplificar, observe as seguintes orações:

- a) Eu quero voltar para casa.
- b) Meu irmão passou por mim e não me viu.

A primeira oração poderá ser realizada com elementos sequenciais em que se utiliza os sinais: QUERER + VOLTAR + CASA.

Figura 25 - Sentença “Quero voltar para casa.” em Libras



Descrição dos sinais da setença: QUERO – CM: 15; L: espaço neutro; M: retilíneo em direção ao corpo.

VOLTAR – CM: 49 e 48; L: espaço neutro na mão de apoio; M: retilíneo em direção a mão de base.

CASA – CM: 2; L: espaço neutro; M: retilíneo uma mão contra a outra.

QUERO: Mão aberta a frente do corpo na altura do peito, palma da mão para cima, todos os dedos semiflexionados. Nessa mesma posição, leve movimento em direção ao próprio corpo.

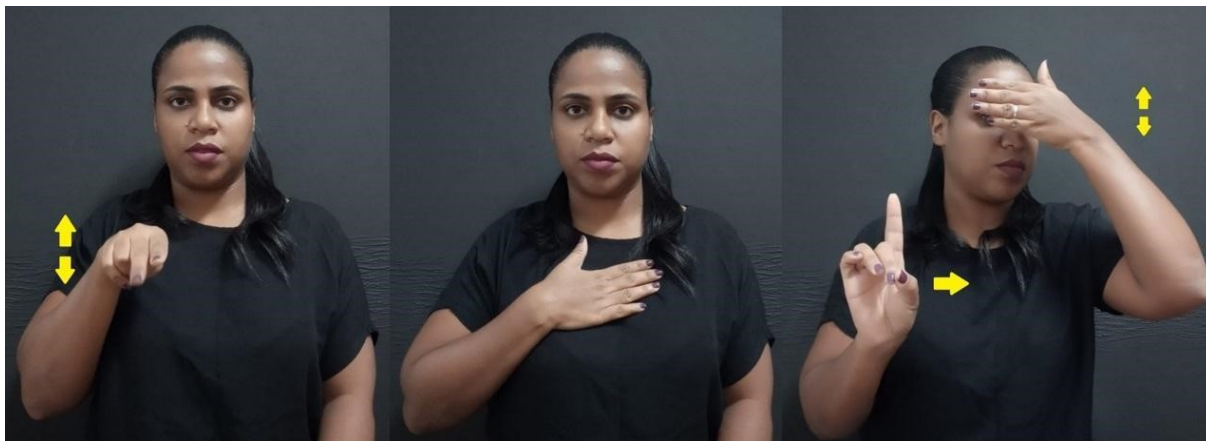
VOLTAR: Sinal composto com as suas mãos, executado na frente do corpo na altura do peito. Mão dominante, indicador em gancho e os outros dedos fechados. Mão auxiliar, em punho não totalmente fechado. Levar o dedo em gancho dentro do pequeno espaço da mão em punho.

CASA: Mãos à frente do corpo na altura do peito, dedos esticados e juntos. Palmas viradas uma para a outra, aproximar as pontas dos dedos das duas mãos simulando um telhado.

Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

No segundo exemplo, pode haver a utilização de sinais simultâneos em que empregariam: MEU + IRMÃO + CLASSIFICADOR DE PESSOA PASSANDO POR MIM + NÃO VER.

Figura 26 - Sentença “Meu irmão passou por mim e não me viu.” em Libras



Descrição dos sinais da sentença: MEU – CM: 2; L: peito; M: retilíneo em direção ao peito.

IRMÃO – CM: 21; L: espaço neutro; M: dedos para cima e para baixo alternados.

PASSOU – CM: 49; L: espaço neutro; M: retilíneo na lateral do corpo.

NÃO VER – CM: 2; L: frente do rosto; M: retilíneo para cima e para baixo.

MEU: Encostar a palma da mão aberta no peito.

IRMÃO: Mão à frente do corpo, indicador e médio esticados, demais dedos fechados. Friccionar os dois dedos alternando-os para cima e para baixo.

PASSOU POR MIM E EU NÃO VI: Sinais executados simultaneamente.

PASSOU POR MIM: Mão dominante à frente do corpo, dedo indicador esticado e apontado para cima, demais fechados. Fazer movimento da lateral do corpo até o centro.

EU NÃO VI: Mão auxiliar aberta a frente do rosto. Movimentar para cima e para baixo na frente dos olhos.

Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Na segunda oração, “passar por mim” será realizado de forma simultânea e ainda acrescido de o sinal “não ver”. Para tanto, um recurso morfológico muito usual na língua de sinais é empregado, o classificador. De acordo com Quadros (2019, p. 30), “os classificadores são também chamados de descrições imagéticas ou descrições visuais, pois apresentam em sua forma uma representação do mundo real”. Nesse caso, o corpo do sinalizante já seria o referente do termo “por mim”, não sendo necessário um sinal específico para isso, enquanto com uma das mãos (CL: 1) faz-se o movimento de passar pelo corpo do sinalizante, com a outra mão realiza-se o sinal de “não ver”.

Os classificadores são elementos morfológicos imprescindíveis na língua de sinais e são constituídos por configurações de mãos associadas a movimentos e representações motivadas iconicamente, ou seja, são vinculados a elementos que “remetem às formas e modos do mundo real e são representados de forma

visualmente semelhante ao que está sendo referido. É uma representação mais direta do mundo real” (Quadros, 2019, p. 34). Esse fator envolve semelhança entre o significante, nesse caso o sinal, e o significado, a coisa ou evento que está sendo representado pelo mesmo.

Outro fator preponderante da Libras são os marcadores não manuais que são as expressões faciais e corporais. Estes elementos são gramaticais, pois trazem consigo informações indispensáveis para a compreensão do signo linguístico e da sentença como um todo. Observa-se, por exemplo, os sinais DESCULPA e PREVENÇÃO. O principal traço distintivo entre os termos será a expressão facial, que influenciará diretamente no processo de significação da mensagem, uma vez que os sinais possuem a mesma configuração de mãos e a mesma localização (figura 27).

Figura 27 - Sinais de desculpa e prevenção em Libras



Descrição do sinal da esquerda: DESCULPA – CM: Y ou 64; L: queixo; M: retilíneo em direção à localização. Polegar e mínimo esticados na frente do queixo com a palma da mão para dentro.
 Descrição do sinal da direita: PREVENÇÃO – CM: Y ou 64; L: queixo; M: retilíneo em direção à localização. Polegar e mínimo esticados na frente do queixo com a palma da mão para dentro.
 Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Além de ser um traço distintivo entre os sinais, as marcas não manuais também exercem outras funções no campo gramatical das línguas visual-espaciais. Nas construções topicalizadas, a estrutura sintática mais comum SVO (sujeito-verbo-objeto) é alterada havendo deslocamento de um termo sintagmático para antecipar uma informação da sentença ou dar destaque, sendo utilizadas expressões não manuais para marcar esse fenômeno. De acordo com Quadros (2019), a elevação de sobrancelhas é uma forma de marca de tópico, independente do termo em destaque ser o sujeito ou o objeto da oração. Ao executar o sinal na posição de tópico,

juntamente com o elemento manual, ergue-se a sobrancelha, ficando evidente o que deve ser destacado ou antecipado na oração.

Em algumas construções, como afirma Quadros (2004), a marcação não manual parece ser obrigatória, como é o caso das sentenças negativas, geralmente marcadas pelo movimento da cabeça para um lado e para o outro. Nesse contexto, a presença do elemento não manual é tão expressiva que, por vezes, apenas o aceno negativo de cabeça é suficiente, não sendo preciso acrescentar algum sinal manual. Além do aceno de cabeça, a marcação não manual de negação também pode ocorrer pela indicação da boca com movimento mais rígido dos lábios para baixo.

As marcações não manuais também são muito importantes nas sentenças interrogativas. Elas podem envolver pronomes interrogativos QUEM, O QUE, COMO, ONDE, POR QUE e QUANDO, como também construções polares que envolvem respostas do tipo sim ou não. Nesse contexto, o emprego de marcações não manuais também parece obrigatório e geralmente são marcadas por abaixamento da cabeça e movimentos para cima e para baixo das sobrancelhas (Quadros, 2014).

A Libras também é usada por pessoas com surdocegueira, sejam elas surdocegas congênitas que tem a Libras como primeira língua (L1), sejam elas adquiridas, como o caso de surdos que já eram usuários da língua e depois perderam a visão ou pessoas com surdocegueira que perderam a visão e a audição na vida adulta e tiveram o interesse em aprender a Libras como segunda língua (L2).

As pessoas surdas que têm a Libras como sua primeira língua não deixam de usá-la em casos de perda ou diminuição da visão, mesmo tratando-se de uma língua visual. Contudo, elas passam a percebê-la de forma distinta. Nos casos em que a pessoa tenha baixa visão, geralmente o espaço de sinalização é reduzido, sendo determinado por seu funcionamento visual. Segundo Cader-Nascimento e Costa (2010),

Geralmente, usa-se um espaço bastante reduzido em função de muitos surdocegos não possuírem resíduo nenhum de visão periférica. [...] Dessa forma, o espaço de sinalização poderá ser periférico (lado esquerdo ou direito do surdo-cego), centralizado (caso haja visão tubular) ou corporal (Cader-Nascimento; Costa, 2010, p. 60).

Em outras circunstâncias, quando não há resíduo de visão ou este já não é capaz de fazer com que a pessoa consiga perceber os sinais no espaço, a Libras é realizada no corpo do sujeito surdocego, principalmente nas mãos, ocorrendo uma

passagem da materialidade visual da língua para a materialidade tátil. Dessa forma, é possível perceber a configuração de mãos, o movimento, a locação e a orientação das mãos (Cader-Nascimento; Costa, 2010). Contudo, aspectos gramaticais da língua de sinais que são marcados por expressões não-manuais devem sofrer alterações para que possam ser apreendidos pelo surdocego por meio dos sentidos remanescentes.

Santiago (2022) apresenta algumas adaptações que são realizadas na Libras tátil, uma vez que os sinais não manuais já não podem ser percebidos pelos sujeitos surdocegos. Um marcador de expressão facial pode ser substituído por repetição, alongamento da duração da execução do sinal ou acréscimo de outro. Em perguntas, por exemplo, ao invés da interrogação ser marcada pela expressão facial, ela pode ser marcada pelo acréscimo do sinal de pergunta antes da sentença. As sentenças negativas também podem ser realizadas pela substituição do aceno negativo de cabeça, pelo sinal negativo com a mão. Assim,

Na interpretação para Libras tátil, palavras/sinais são acrescentados às frases para fazer a função do que não pode ser visto/percebido pelo surdocego na sinalização. [...] Podemos afirmar que na Libras tátil para referência específica a intensidade do movimento, a duração, a extensão da amplitude do movimento e a repetição podem fazer a função de referência específica, ou também a adição de léxico relativo à gradação (Santiago, 2022, p. 16-17).

Para ilustrar melhor essas alterações realizadas quando há mudança (parcial) na materialidade visual para a tátil, Santiago (2022) elabora o seguinte quadro comparativos entre Língua Portuguesa, Libras e Libras tátil:

Quadro 5 - Recorte de sentença negativa Língua Portuguesa/Libras/Libras tátil

SENTENÇA NEGATIVA	
Português	Ninguém aqui acredita nisso! (Movimento negativo com a cabeça, entonação vocal de reprovação ao mesmo tempo que gesticula)
Libras	PESSOAS NÓS ACREDITAR (Expressão não manual) (Movimento negativo com a cabeça e expressão facial de reprovação, séria e com a testa franzida)
Libras tátil	PESSOAS GERAL ACREDITAR <u>NÃO DESCONFIAR</u> (expressão facial realizada não foi considerada, pois não pode ser percebida pelo surdocego)

Fonte: Santiago, 2022.

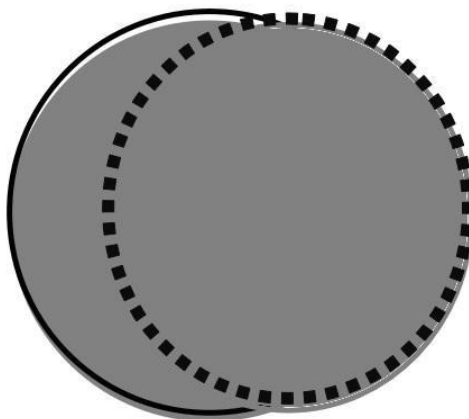
(Cores acrescentadas pela pesquisadora da tese, 2023)

Na sentença negativa em Libras (visual-espacial), observa-se a utilização do aceno negativo da cabeça associado à expressão facial de reprovação e à testa franzida. Estas expressões manuais e não manuais acontecem simultaneamente. Enquanto que na Libras tátil, é necessário o acréscimo de mais dois sinais manuais em compensação à ausência das expressões faciais que não podem ou são pouco percebidas pelos sujeitos surdocegos. Tais alterações podem fazer com que as sentenças levem algumas frações de segundos a mais na modalidade tátil.

Em um dos primeiros estudos sobre a American Sign Language (ASL) tátil, Collins e Petronio (1998) apontaram para esse tipo de substituição (marcadores não manuais por marcadores manuais) na mudança de modalidade da língua, tanto nos casos de sentenças interrogativas, quanto nas sentenças afirmativas e negativas, que usam os sinais SIM/NÃO.

Em estudos posteriores, sobre sentenças afirmativas e negativas (SIM/NÃO), Petronio apresenta um modelo de subconjunto. O círculo de linha contínua indica o que é usado em ASL, já o círculo de linha pontilhada indica o que é empregado em ASL tátil. A parte sobreposta dos círculos corresponde ao que é empregado em comum entre ASL e ASL tátil, já a parte que fica de fora do círculo de bordas pontilhadas correspondem às opções de marcadores não manuais que não são usados com os surdocegos devido a sua impossibilidade de percebê-los pela visão. Como pode ser observado na figura 28:

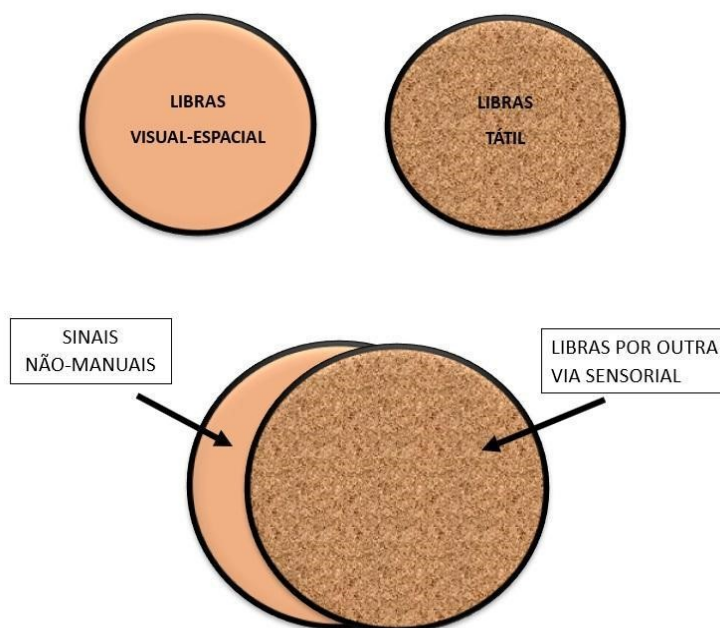
Figura 28 - Um modelo de subconjunto para representar a relação entre ASL e ASL Tátil



Fonte: Petronio, 2010.

Com base nesse gesto de leitura representado pela figura 28, elaborada por Petronio (2010), para esta pesquisa foi criada a figura 29, que apresenta um novo sentido entre as duas modalidades da Libras, considerando também a mudança (parcial) na materialidade significativa da língua.

Figura 29 - Modelo e representação da Libras visual-espacial e da Libras tátil, considerando a mudança de materialidade significativa



Fonte: A autora, 2023.

Nessa representação, ambos os círculos foram preenchidos com a cor laranja para simbolizar que se trata da mesma língua, a Libras. Ao menos, do ponto de vista do linguístico, o círculo laranja (liso) corresponde a Libras visual-espacial e o círculo texturizado corresponde a Libras tátil. A inserção da texturização significa a mudança (parcial) na materialidade da Libras quando usada por um sujeito que passa a percebê-la por meio do tato. Assim como na representação de Petronio (2010), a parte do círculo que não foi sobreposta significa os marcadores não manuais que não podem ser percebidos por um surdocego.

Além dessas distinções apontadas, Petronio (2010) também apresenta outras alterações que incorrem na mudança material da ASL, como a diminuição do espaço de sinalização; a alteração na velocidade da execução dos sinais; a iluminação e o posicionamento na interpretação, que também são aplicadas na Libras.³⁰

Nesse sentido, mesmo tratando-se da mesma língua, as adaptações e novas formas de uso da Libras geram um processo de ressignificação e inscrevem os sujeitos surdocegos na história por outra via do simbólico. Isso implicará também em outras formas de atravessamento por essa língua que os constitui, considerando tudo o que a modalidade tátil da Libras inclui, como os desafios, a mediação/dependência do outro e a invisibilidade social, sentidos esses que serão mobilizados na análise e discussão do *corpus*.

Essa relação do sujeito surdocego com duas modalidades da língua retoma a memória discursiva da noção de sujeito “entre línguas”, cunhado por Coracini³¹, que trabalha a relação do sujeito com sua língua materna e a língua estrangeira, como nos casos de imigrantes ou de pessoas em situação de refúgio.

Ao discorrer sobre sujeitos imigrantes, Eckert-Hoff (2016) observa que essa condição de estar entre-línguas, entre-lugares, entre-culturas e entre-nações provoca movências que forjam “novas malhas de subjetividade” (p. 142) e “cada língua, com sua especificidade e como uma função, irá atravessando o campo dessa

³⁰ Mesmo com a escassez de estudos que descrevam e disseminem as adaptações da Libras visual-espacial para a Libras tátil, há convenções que se estabelecem pelo uso, estabelecido no contato entre os sujeitos surdocegos e aqueles que os cercam.

³¹ Ser-estar-entre-línguas é uma noção cunhada pela Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini, no projeto “O espaço híbrido da subjetividade: o ser (estar) entre línguas” (desenvolvido entre 2003 e 2007), inserido no Projeto Integrado “(Des)construindo identidades: formas de representação de si e do outro nos discursos sobre línguas (materna e estrangeira)”, financiado pelo CNPq e sob sua coordenação (Stübe Netto, 2008, p. 24).

subjetividade” (CELADA, 2013, p. 54), gerando novas formas de assujeitamento e ressignificação.

Na presente tese, estar “entre” suscita um efeito de sentido de estar em conflito, seja entre duas línguas, seja em modalidades distintas da mesma, como é o caso dos sujeitos desta pesquisa.

Eckert-Hoff (2016) afirma que:

[...] acreditamos ser necessário seguir o (per)curso da relação sujeito/língua, lembrando que o sujeito não é qualquer falante: é um sujeito que fala do lugar do sujeito-entre-línguas – marcado por deslocamentos, estranhamentos e ainda encontros, reencontros ou desencontros nas línguas – um sujeito que fala e que falta (p. 140).

Nessa relação particular sujeito/língua, os sujeitos surdocegos estabelecem suas formas de uso considerando suas demandas, em uma relação de encontros, reencontros e deslocamentos com a língua que o constitui. Ao reestabelecer novas formas de linguagem, estando entre modalidades da Libras de materialidades distintas, esses sujeitos se ressignificam e constroem novas formas de identificação, ou seja, novas formas de ser e estar em um mundo, forjadas pela surdocegueira.

Nessa relação entre modalidades da língua (oral, visual, tátil), há urgência em inserir novas materialidades que possam compensar elementos visuais que fazem parte dos dizeres e das cenas enunciativas. Dessa forma, além da Libras tátil, os sujeitos surdocegos vêm utilizando cada vez mais formas de comunicação alternativas como a Comunicação Social Háptica para adentrar o simbólico por outras vias.

2.5 Comunicação Social Háptica

Na ilusão subjetiva da possibilidade de uma compreensão plena do mundo simbólico que nos cerca, os sujeitos surdocegos acionam formas alternativas de linguagem para tamponar uma falta que se encontra no acesso às diversas materialidades significantes que fazem parte do seu cotidiano, sobretudo em ambientes mais formais de socialização.

Para facilitar a interação, otimizar o tempo, diminuir os esforços dos sujeitos surdocegos e aumentar o acesso às materialidades significantes da circunstância de

enunciação são empregadas formas de comunicação complementares chamadas de comunicação aumentativa. Considerando as definições apresentadas *pela American Speech-Language-Hearing Association (ASHA)*, Cesa e Mota (2015) esclarecem que:

Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) destina-se a compensar e facilitar, permanentemente ou não, prejuízos e incapacidades dos sujeitos com graves distúrbios da compreensão e da comunicação expressiva (gestual, falada e/ou escrita). É uma área da prática clínica, educacional e de pesquisa e, acima de tudo, um conjunto de procedimentos e processos que visam maximizar a comunicação, complementando ou substituindo a fala e/ou a escrita (p. 264).

A comunicação alternativa consiste em sistemas alternativos como gestos manuais, expressões faciais e corporais, símbolos gráficos (bi-dimensionais como fotografias, gravuras, desenhos e a linguagem alfabética e tri-dimensionais como objetos reais e miniaturas), voz digitalizada ou sintetizada, em uma forma de substituir uma língua oral (ou de sinais). Já a comunicação aumentativa consiste na utilização de recursos para complementação ou potencialização da fala (ou sinalização) ou da escrita (NUNES, 2003).

Atualmente, os sujeitos surdocegos têm utilizado com mais frequência uma comunicação aumentativa denominada Comunicação Social Háptica (CSH)³². Este é considerado um método com breves mensagens táteis realizadas no corpo da pessoa com surdocegueira, principalmente em áreas como costas, braço, mão, perna, joelho e pé. A proposta é transmitir informações sobre o ambiente e o *feedback* emocional do interlocutor, auxiliando o surdocego a entender o que acontece no ambiente. A Comunicação Social Háptica pode ser usada por qualquer surdocego independente da principal forma de comunicação adotada em seu cotidiano - língua oral ou de sinais (Volpato, 2023).

De acordo com a instituição Hapti-Co (Araújo, 2019), uma senhora surdocega chamada Trine Ness foi a pioneira no uso da Comunicação Social Háptica, na

³² Além da CSH, também há outra forma de comunicação aumentativa similar utilizada nos Estados Unidos denominada Pró-Tátil. Ela foi desenvolvida por Jelica Nuccio e Aj Granda, duas líderes da comunidade Surdocega de Seattle, Washington, e “compreende a utilização de sinais de feedback, chamados backchanneling, que têm como objetivo passar à pessoa com surdocegueira as expressões e reações do palestrante ou das pessoas ao seu redor, da plateia, em tempo real, comunicando por meio do Pró-Tátil a maior quantidade de informações possíveis sobre o ambiente e, principalmente, sobre as expressões e reações das pessoas que nele estão” (Araújo, 2019).

Noruega, pois tinha a intenção de “capturar o ambiente” (p. 16) por meio da nova forma de comunicação.

Os primeiros registros formais da CSH são do início da década de 1990, em que:

A comunicação social-háptica tem sua origem no primeiro encontro de autores na 10ª Conferência da *Deafblind International (DbI)* em 1991 em Orebro, Suécia. O primeiro artigo sobre a comunicação social-háptica foi publicado nos anais da 3ª Conferência *Europea IAEDB (DbI)* em Potsdam, em 1993. (Palmer; Lahtinen, 1994 *apud* Munroe 2013 p.77)³³

Os estudos na área foram aprofundadas pela pesquisadora Riitta Lahtinen, que os apresentou na 6ª Conferência da *Deafblind International (DbI)*, na Eslováquia, em 2005, e, posteriormente, sua tese sobre a temática intitulada “Desenvolvimento de Confirmação de um Sistema Holístico Social-háptico: estudo de caso dos sinais de retorno, sim e não, e como eles se tornam mais comuns e habitualmente usado em uma família com uma pessoa com surdocegueira adquirida” (tradução livre)³⁴, defendida em 2008 (Vilela, 2022).

No Brasil, a CSH começou a ser difundida após o guia-intérprete Hélio Fonseca de Araújo e o surdocego Carlos Júnior participarem da X Conferência Mundial Helen Keller realizada nas Filipinas em 2013. Após conhecerem essa forma complementar de comunicação, começaram a expandir o conhecimento no Brasil por meio de workshops e cursos (Araújo, 2019; Vilela, 2022).

Em 2015, aconteceu o “IV Seminário Internacional sobre a Surdocegueira e Deficiência Múltipla Sensorial” em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em que foram convidados os pesquisadores Riitta Lahtinen e Russ Palmer, este último surdocego, que vieram da Finlândia para discorrer sobre o uso da Comunicação Social Háptica nas atividades das pessoas com surdocegueira adquirida, sendo uma importante ação de divulgação da CSH no Brasil.

³³ *La comunicación social-háptica tiene su origen en el primer encuentro de los autores en la 10ª Conferencia de DbI en 1991 en Orebro, Suecia. El primer artículo sobre comunicación social-háptica se publicó en las actas de la 3ª Conferencia Europea IAEDB (DbI) en Potsdam, en 1993 (Palmer; Lahtinen, 1994 apud Munroe 2013 p.77).*

³⁴ *Development of the holistic social-haptic confirmation system - case study of the yes and no - feedback signals and how they become more commonly and frequently used in a Family with an acquired deafblind person (Lahtinen, 2003).*

Atualmente, as pesquisas sobre a CSH têm sido aprofundadas por meio do Grupo de Pesquisa em Inclusão e Comunicação Social Háptica (GEPICSH), criado e liderado pela pesquisadora Elaine Vilela.

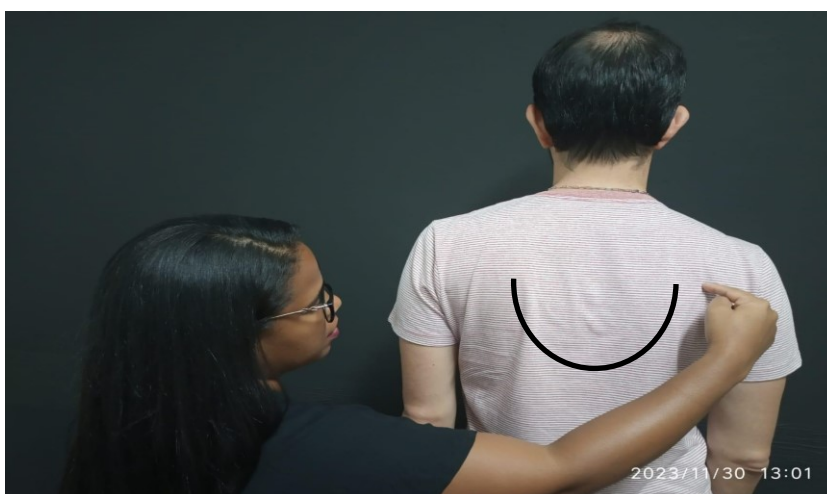
A execução da CSH, a tradução e interpretação para a Libras tátil, a descrição do ambiente e o guiamento do sujeito surdocego são tarefas executadas pelo profissional denominado guia-intérprete, como pode ser observado nas figuras 30 e 31.

Figura 30 - Comunicação Social Háptica. Sinal de “feliz” em Libras



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Figura 31 - Sinal Háptico “feliz”



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Geralmente, a CSH é empregada com a presença de dois guias-intérpretes. Enquanto um concentra-se em interpretar o conteúdo verbal da informação, o outro

profissional posiciona-se ao lado ou atrás do surdocego para produzir elementos não-verbais nas partes do corpo mencionadas anteriormente.

A comunicação Social Háptica não substitui a língua falada ou escrita, trata-se, pois, de mais uma tentativa do sujeito surdocego ter acesso a mais materialidades significantes (tal como apresentado no capítulo 1) que compõem a cena enunciativa. O sujeito guia-intérprete e a CSH funcionam como um liame dessa fissura da ilusão subjetiva de completude do sujeito e da linguagem. Uma forma de tamponar os limites de um corpo que (se) significa com presença de um corpo-adjacente³⁵.

2.6 O Guia-Intérprete e a legislação

Quando há uma forma de comunicação desenvolvida baseada em uma língua oral ou de sinais, o sujeito surdocego deve contar com o apoio de um profissional denominado guia-intérprete, que mediará sua comunicação. A função consiste em traduzir e interpretar enunciados proferidos em outras línguas ou modalidades distintas, descrever o que acontece ao redor e auxiliar a locomoção com segurança. Para tanto, é preciso que o guia-intérprete conheça as técnicas de audiodescrição³⁶ e de orientação e mobilidade, além disso, é imprescindível que conheça as diversas formas de comunicação usadas por esses sujeitos. Desse modo, seu exercício difere de um tradutor e intérprete de Libras, pois exige uma capacitação mais ampla e específica. O guia-intérprete busca tornar possível o acesso e a participação do sujeito com surdocegueira em diferentes espaços sociais (Falkoski e Maia, 2020).

Sobre o processo de transmissão da mensagem, o trabalho do guia-intérprete consiste em realizar a transliteração³⁷ ou a tradução. No primeiro caso, o profissional

³⁵ O discurso do surdocego e seu modo de significar não passam apenas pelo Outro, mas estabelecem uma relação de dependência com o outro (pessoa física), uma vez que precisa adentrar no simbólico pela materialidade desse corpo adjacente. Essa questão será aprofundada no capítulo 4 de análise e discussão do *corpus*.

³⁶ No âmbito dos Estudos de Tradução, a audiodescrição é “um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual (...), por meio de informação sonora. É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultura, social e escolar” (Motta; Romeu, 2010, p.11).

³⁷ A etimologia de *transliteração* é clara quanto à natureza semântica deste termo: o prefixo latino *trans-*, “(para) além de”, mais a raiz *littera*, “letra, maneira de escrever”, formam o verbo *transliterar*, cujo sentido literal é levar a letra a outra condição; transliteração, portanto, é a denominação deste processo.

recebe a informação em uma língua e repassa-a na mesma língua, mas em outra modalidade. Isso ocorre, por exemplo, em uma circunstância em que a informação é em Língua Portuguesa e o profissional faz a transliteração para a escrita em parte sensível do corpo do surdocego, o braille ou a prancha alfabética de comunicação. No caso dos sujeitos da pesquisa, esse processo acontece da Libras para a Libras tátil. A função ocorre dentro de uma mesma língua, mas por meio de materialidades significantes distintas. Já no processo de interpretação, há a transposição de informação de uma língua para outra, como o caso da Língua Portuguesa para a Libras tátil (Rosa *et al.*, 2012 *apud* Almeida, 2019).

Em âmbito nacional, algumas medidas legais mencionam o trabalho de efetuar a comunicação para sujeitos surdocegos sem citar a função do guia-intérprete e a Libras tátil, enquanto que em outras normativas citam o guia-intérprete.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para sujeitos com deficiência ou mobilidade reduzida, no que se refere aos guia-intérpretes:

Art. 18. o Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. (Brasil, 2000).

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamenta a lei anterior e especifica o público que trata o atendimento prioritário, dentre eles:

Art 6º. § 1º. III- serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comunicam

No contexto da tradução escrita, mais especificamente quando se trata da versão de textos a línguas cujo tipo de representação gráfica é diferente daquele de sua língua original, como na conversão de ideogramas à escrita fonética, ou mesmo com escrita de mesmo tipo, mas sistema diverso, e. g. alfabeto diferente, o vocábulo *transliteração* nomeia ainda o produto desse processo.” (Moraes, 2016). No campo de estudos de Língua de Sinais, “também é discutido sobre o uso da estratégia da transliteração, ou seja, transpor uma palavra, letra a letra, de uma língua oral (como o Português, por exemplo) para uma Língua de Sinais (como a Libras). Esse recurso, que para boa parte da equipe de tradutores/atores era conhecido como ‘empréstimo linguístico’, passou a ser mais um elemento embasado teoricamente em nível de Estudos da Tradução, o qual, quando houvesse necessidade, poderia ser utilizado no decorrer do processo tradutório.” (Quadros; Souza, 2008). Ou seja, em um processo de tradução da Língua Portuguesa para a Libras, quando não há um sinal correspondente em língua de sinais, utiliza-se o alfabeto manual, transcrevendo-a. No campo da Guia-Interpretação, utilizam o termo transliteração para as circunstâncias em que o guia-intérprete recebe a informação em uma língua e repassa-a na mesma língua, mas em outra modalidade, como no caso da Libras para a Libras tátil (Almeida, 2019).

em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento (Brasil, 2004).

O Plano Nacional de Educação (2014-2024), com vigência de 10 anos, em uma de suas metas, menciona a garantia de oferta de guias-intérpretes para alunos com surdocegueira no processo de escolarização:

Meta 4.13 - apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngües (Brasil, 2014).

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) cita em um de seus artigos:

Art. 28. XI - caberá ao poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem. (Brasil, 2015).

Como observado, essas são as principais normativas (de âmbito nacional) que mencionam a profissão do guia-intérprete no Brasil. Contudo, como afirma Cury (2005), a existência da lei não garante que o Estado a cumpra, mas é preciso que ela esteja registrada para que possa ser assegurada.

A existência material dessas normativas causa um determinado efeito na formação social que pode ser negativo e/ou de credibilidade. Isso ocorre porque mesmo que haja mobilização dos sujeitos para a criação da lei, é “facultativo” ao Estado executá-la (Cury, 2005), o que interfere no processo de inscrição histórica do sujeito de direito surdocego. Esse efeito de contrariedade pode ser observado em relação ao profissional guia-intérprete.

Sobre a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, a Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010, inclui em seu artigo 6º como atribuição desse profissional “I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa” (Brasil, 2010). Contudo, não há nenhuma menção à

função de guia-intérprete, tampouco a modalidade tátil da Libras, produzindo um efeito de sentido, a partir do gesto de leitura aqui realizado, de que o trabalho desenvolvido com o sujeito surdo e o sujeito surdocego é o mesmo, desconsiderando as especificidades de cada grupo.

Em 25 de outubro de 2023 entrou em vigor a Lei 14.704, que alterou a Lei 12.319/2010, que dispõe sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Libras. Ao acrescentar esse último, considera:

II – guia-intérprete: o profissional que domina, no mínimo, uma das formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas. § 2º A atividade profissional de tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras - Língua Portuguesa é realizada em qualquer área ou situação em que pessoas surdas ou surdocegas precisem estabelecer comunicação com não falantes de sua língua em quaisquer contextos possíveis. (Brasil, 2020).

Com esses registros, um gesto de leitura que se faz é que não há relevância na presença do guia-intérprete para atender aos surdocegos, causando um efeito de indiferença. Mesmo que haja normas exigindo a garantia dos serviços, a demora na criação da lei de regulamentação da profissão, bem como seus requisitos e suas competências foram e continuam sendo um dificultador para a criação de cursos de capacitação, vagas de trabalho privadas e públicas e a oferta do serviço para os sujeitos com surdocegueira.

Na ausência da regulamentação e, atualmente, na falta de especificações, surgiram outros documentos para dar conta das ausências materiais da lei. A Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils), em seu site oficial, divulga as seguintes Notas Técnicas: 01/2017, que discorre sobre atuação do tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras e Língua Portuguesa em Materiais Audiovisuais Televisivos e Virtuais; 02/2017, que esclarece sobre a contratação do serviço de interpretação de Libras/Português – Revezamento e Trabalho em Equipe. Ambas incluem o trabalho do guia-intérprete em seus textos. Além destas, há também um Código de Conduta e Ética (CCE) que abarca o profissional em questão.

Antes de discorrer sobre algumas sequências do CCE, é preciso fazer algumas considerações sobre a ética na perspectiva da AD. Conforme Mariani (2004), ora há um excesso discursivo sobre a ética que gera um esvaziamento dos sentidos, ora há

a pressuposição de que existe um sentido único e já-sabido por todos. Nesse cenário, escapam-se as possibilidades de uma discussão político-social sobre a temática e recai sobre ela um sentido moralizante e de modelo idealizado a ser seguido. “O que resulta desses deslizamentos dos sentidos de ética é uma regulação moralizante dos sentidos em direção ao que é dado de antemão como O bom, como O correto” (Mariani, 2004, p. 14). Esse discurso é concebido como uma verdade única, gerando um apagamento do processo histórico, de seu caráter mutável e atrelado às relações de poder e de valores. Logo, congelar/estagnar o sentido de ética em um código (documento que geralmente tem uma longa validade) é tentar neutralizar os gestos de interpretação que são fruto do contexto socio-histórico-cultural.

Retomando o CCE, em seu início, o código considera:

GI – Guia-Intérprete para Pessoas Surdocegas: profissional que interpreta de acordo com as modalidades de comunicação específicas utilizadas pela pessoa surdocega (língua oral amplificada, escrita na palma da mão, alfabeto manual tátil, língua de sinais tátil, sistema braile tátil ou manual, língua de sinais em campo reduzido, dentre outras); que facilita sua mobilidade; e que descreve o que ocorre nas situações de comunicação em que está atuando. (FEBRAPILS, 2014, p. 2).

Diferentemente do que foi apresentado até o momento em outros documentos, observa-se que há uma explicação mais clara sobre a função e as formas de comunicação utilizadas durante o trabalho de guia-intérprete.

O CCE também evidencia que é dever exclusivamente do guia-intérprete:

Art. 13. I. Conhecer as diferentes formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas e conhecer as tecnologias assistivas. II. Ter conhecimento das especificidades atribuídas às pessoas surdocegas, descrever todos os aspectos visuais e auditivos durante o processo de tradução e interpretação e facilitar sua mobilidade. (FEBRAPILS, 2014, p. 5).

Ao destacar o que é de caráter exclusivo do guia-intérprete, produz-se um efeito de sentido de que os sujeitos com surdocegueira necessitam de um atendimento específico, com diferenças em relação ao atendimento prestado para o sujeito surdo, o que é recorrentemente exigido por pessoas com surdocegueira, seus familiares e profissionais da área.

Outra sequência retirada do documento que discorre sobre o trabalho desempenhado pelo tradutor e intérprete de língua de sinais e guia-intérprete é: “Art.

9º - O TILS e o GI devem buscar a equivalência de sentido no ato de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.”

Na perspectiva da AD, essa equivalência de sentidos é impossível de ser alcançado, pois, como afirma Pêcheux,

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. (...) Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. (Pêcheux, 2002, p.53).

Logo, a movência de sentidos é algo que foge ao controle dos sujeitos, mesmo diante de uma situação formal em que se busca a tradução e/ou interpretação de uma língua para outra.

O texto do artigo 9º ainda revela uma concepção tradicional dos Estudos de Tradução ao recomendar que se busque a “equivalência de sentidos”, o que remete ao Código de Ética publicado 10 anos antes (Quadros, 2004), que mencionava repetidamente a necessidade de haver imparcialidade na prática da função.

Observa-se que a exigência pela “equivalência de sentidos” e “imparcialidade” enquadra-se em uma formação imaginária que Russo (2010) chama de “mito da neutralidade”, que faz parte da formação discursiva de muitos que atuam na área da tradução e interpretação. Em tal visada, há o entendimento de que o sujeito intérprete e o guia-intérprete são capazes de enunciar sem produzir sentidos sobre os discursos no desempenho de seu ofício. Todavia, Russo (2010) destaca que “o sujeito-intérprete, quando realiza a atividade de interpretar, também está, na perspectiva na Análise do Discurso, colocando-se como sujeito interpretante, produzindo sentidos, ou seja, produzindo a sua interpretação” (p. 25).

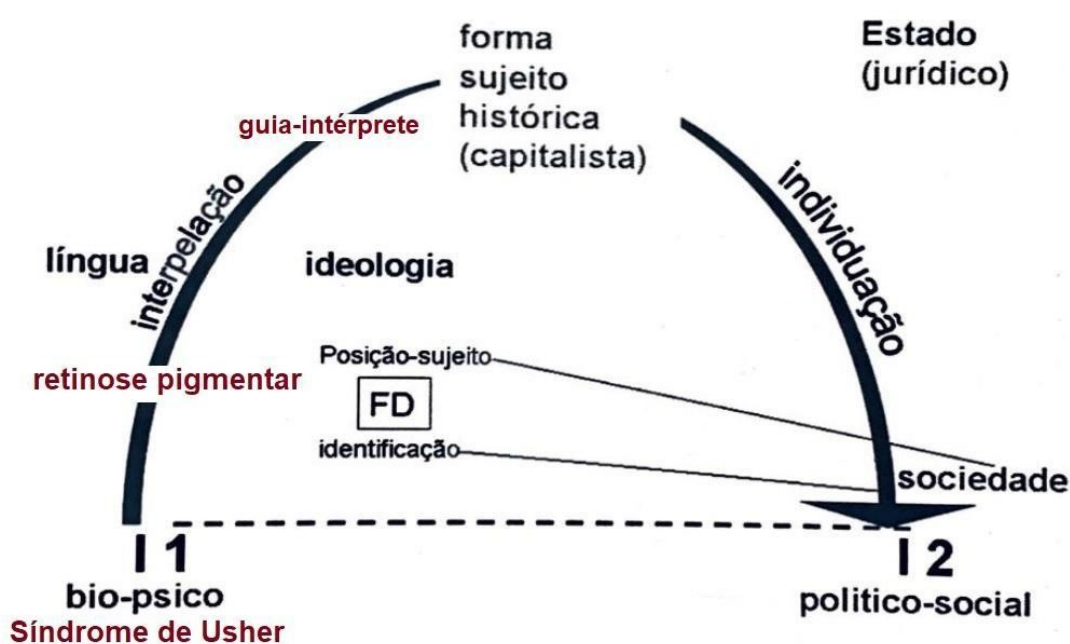
Esse processo de interpretação se complexifica no caso do guia-intérprete, pela quantidade e diversidade de materialidades que podem compor uma cena enunciativa, em que o profissional terá que fazer a transliteração ou interpretação de uma língua e descrever as informações visuais e auditivas que fazem parte do ambiente.

O conteúdo traduzido pelo guia-intérprete já é atravessado por outros dizeres, por outros modos de significação. Além disso, são mais elementos submetidos às escolhas tradutórias com base em distintas formações discursivas, além de ter que considerar o que é mais “pertinente” dentro de um tempo-espço escasso. Essa

reflexão leva a crer que o sujeito surdocego está assujeitado a tantos outros efeitos de sentidos produzidos nesse processo de mediação do que um sujeito surdo, por exemplo, evidenciando a necessidade de um olhar mais atento às suas especificidades.

Outra consideração a ser feita é que, no decurso da guia-interpretação, a noção de individuação de Orlandi (2005a) pode ser retomada e este é um dos gestos de leitura desencadeado:

Figura 32 - Processo de individuação do sujeito surdocego interpelado pelo Guia-Intérprete



Fonte: Baseado em Orlandi (2005a).

O processo de interpelação da língua afeta diretamente a forma sujeito histórico, seja pela patologia, seja pela necessidade da mediação do outro. Nesse processo de transformação do sujeito bio-psico em sujeito político-social, existe a necessidade de um outro corpo para se manter no simbólico, que não deixa de ser uma relação de dependência, uma vez que a figura do sujeito guia-intérprete é indispensável para uma existência político-social do sujeito surdocego.

Por essa razão, pode-se afirmar que o sujeito guia-intérprete, ao assumir tal posição, torna-se mais um dos fatores que interpela o sujeito surdocego. Essa complexidade encontra-se no próprio papel de tradução e interpretação, em que “a ideia de escolha da tradução, assim, também está determinada pelas regularidades

linguísticas e pelas “condições históricas de existência” do texto e do tradutor – agencia[ndo] o tradutor a traduzir.” (Machado, 2022), bem como na responsabilidade de auxiliar um sujeito outro que, sem visão e audição, precisa de sua mediação para significar.

3 METODOLOGIA E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

A Análise de Discurso (AD) é uma área que possibilita a análise de diferentes linguagens, sem deixar de ser consistente em sua teoria específica. Segundo Mittamann (2007), o processo de escolha dependerá do recorte teórico-analítico que, no quadro definido por Pêcheux e Fuchs, unificam o histórico e o linguístico perpassados pela teoria psicanalítica. Nessa perspectiva, não é realizada uma descrição do texto, mas a “análise do funcionamento do discurso e de suas condições históricas de produção/leitura.” (Mittamann, 2007, s/n).

A seleção dos textos pauta-se em um campo discursivo e, a partir daí, o caminho metodológico vai tomando forma. A investigação é afetada pela relação entre história, linguística, ideologia e inconsciente, em que essa formação teórica determina o procedimento metodológico e, por meio de ambos, constitui-se o corpus.

Ainda de acordo com Mittamann (2007), é efetuado um recorte de sequências discursivas, cuja investigação conecta-se entre o linguístico e a memória, entre a Formação Discursiva dominante e as outras Formações Discursivas do Interdiscurso. No meio desse exercício, observa-se as ligações, as oposições, os atravessamentos, os buracos e as falhas dessa teia de memória. Esta mesma memória é associada à descoberta do novo e esse ir e vir entre um e outro mostra que o percurso metodológico não é linear.

Antes de chegar ao percurso metodológico, deve-se compreender que há elementos de domínio do linguístico e outros de domínio do discurso. O texto de Pêcheux e Fuchs (1997), aprofunda-se nesses elementos que serão alvo de análise da AD. O primeiro deles é a superfície linguística que trata do objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 e 2, em que o sujeito-falante enuncia a partir da formação discursiva que o domina e que não é possível pronunciar-se fora dela. Essa mesma superfície linguística passará pela análise e se tornará um objeto teórico e a relação de ambos resultará em um processo discursivo. Ou seja, para selecionar o melhor caminho metodológico, é preciso observar atentamente esses dois domínios e trabalhar sobre as etapas que vão compor o processo discursivo.

Sobre essas questões, Orlandi (1999) discorre sobre a passagem da superfície linguística para um objeto discursivo. Após a seleção dos fragmentos, observa-se a superfície linguística e procura-se compreender como aquele material foi dito, por

quem foi dito, em que circunstâncias entre outras informações. Após respondidas perguntas como essas, o material linguístico passa a ser um objeto discursivo, ou seja, o dado empírico (concreto) é convertido em um objeto teórico. Nesse momento, o analista está investigando especificamente a discursividade.

Após esse primeiro passo, “começamos por observar o modo de construção, a estruturação, o modo de circulação e os diferentes gestos de leitura que constituem os sentidos do texto submetidos à análise.” (Orlandi, 1999, p. 67). Em seguida, passa-se a delinear as formações discursivas e sua relação com a ideologia e a produção de sentido, isto significa pesquisar como a língua se inscreve na história e produz sentido.

De acordo com os autores mencionados, o caminho metodológico passará por processos que têm como objetivo a materialidade da língua e seus efeitos, afetados pela história, linguística, ideologia e pelo inconsciente. Essa trajetória é iniciada pelo recorte de sequências de textos em que a superfície linguística será trabalhada com questões como quem a produziu e em que contexto sócio-histórico para que se transforme em um objeto discursivo. Após essa análise inicial, aprofunda-se na história e na ideologia para que se compreenda os processos discursivos.

Com as alterações na visão, o surdo necessita redescobrir a melhor maneira de interagir com o mundo a sua volta. Como já foi exposto no capítulo 2, a literatura da surdocegueira indica que a Libras em campo reduzido e a Libras tátil são as modalidades usadas por esses indivíduos que têm a Libras como sua primeira língua. A fim de compreender como esse processo de transição linguística afeta a vida das pessoas que eram surdas e tornaram-se surdocegas, optou-se por analisar um *corpus* discursivo que possibilitasse depreender, a partir de dizeres dos próprios sujeitos, suas singularidades nessa trajetória de significações no processo de transição.

Como procedimento para coleta de dados, optou-se pelo *corpus* experimental por meio de entrevista semiestruturada. De acordo com Courtine (2009, p. 77), “os corpora experimentais são constituídos de sequências discursivas produzidas em situação experimental como respostas a uma questão, a uma instrução, à produção de um curto resumo de texto”. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas com a finalidade de observar a prática discursiva dos surdocegos, estes que têm seu lugar de fala enquanto sujeitos usuários da Libras e passam por um processo de ressignificação de sua forma de se expressar por meio dela. Digam-se sujeitos que, por muito, ficam à margem e são silenciados em nossa formação social.

Nas análises que se seguem, foram destacadas algumas regularidades que contam (I) como é a experiência de ser um sujeito surdocego usuário de uma língua em transição da materialidade, (II) como esse fato produz outros efeitos de sentidos em seus dizeres, (III) como realizam os deslocamentos dos aspectos visuais da língua para os táteis, (IV) como a percepção do ambiente pelo tato afeta a constituição dos sentidos e (V) como isso influencia na interação com o Outro.

Considera-se que as respostas dadas em certas condições de produção (como a de uma entrevista para fins acadêmicos) podem funcionar como um testemunho. Aqui entendido tal como definido por Mariani (2016), “[...] o testemunho é da ordem do memorável, esse é um dos seus aspectos. Dar um testemunho aponta para um falar urgente, para o não esquecer e para um não deixar os outros esquecerem.”(p.3). Portanto, o testemunho é um relato de si que se encontra na ordem da memória, em que um sujeito, em determinada função discursiva, enuncia, tendo em vista algo relevante que lhe ocorrera.

3.1 Constituição do *corpus*

O plano inicial de recrutamento de participantes para as entrevistas foi convidar pessoas com surdocegueira adquirida com quem a pesquisadora teve contato em eventos e capacitações na área da surdocegueira. As entrevistas foram organizadas previamente levando em consideração as especificidades de comunicação dos participantes, bem como a escolha de um local que favorecesse a mobilidade da pessoa com surdocegueira.

A proposta inicial era entrevistar de seis a oito pessoas com surdocegueira adquirida que têm a Libras como primeira língua e estão ou já passaram pelo processo de transição da Libras visual-espacial para a Libras tátil. Com isso, uma lista com possíveis participantes foi criada e continha nomes de mulheres e homens surdocegos, contudo, o quantitativo de mulheres era maior.

O procedimento contou com o auxílio comunicacional de um guia-intérprete para a tradução e interpretação das perguntas, bem como as respostas dadas pelos participantes. A fim de que todos os interessados neste estudo compreendessem o

conteúdo das entrevistas, as mesmas foram gravadas em vídeo, traduzidas da Libras para o português e, posteriormente, transcritas.³⁸

Partindo do planejamento traçado, foi estabelecida uma ordem de acordo com a distância entre o local de moradia da pesquisadora e dos convidados, começando pelos mais próximos. As ações seguintes foram o convite por meio de vídeo em Libras em que foi especificado o objetivo da pesquisa e conversa por vídeo chamada para acordos quanto ao local e ao dia das entrevistas. Foi dada a liberdade de os participantes escolherem o lugar que a atividade ocorreria, considerando a dificuldade de deslocamento e a minimização dos riscos de contaminação pelo vírus da COVID-19. Cabe ressaltar que a pesquisadora informou aos participantes que havia tomado as vacinas contra a doença indicadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

As entrevistas foram realizadas após os candidatos a participarem assumirem e aceitarem sua espontânea e livre participação. Antes de dar início a coleta de dados, foram esclarecidos os objetivos, a justificativa, a metodologia da pesquisa e garantido a confidencialidade dos nomes dos entrevistados e a privacidade dos mesmos. Em seguida, foram entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice A) e o Termo de Autorização de Uso de Imagens e Depoimentos para anuência dos informantes³⁹. Estes receberam suas vias dos documentos e tiveram acesso a tradução em Libras (pela intérprete de Libras para a participante com surdocegueira total e uma gravação em vídeo para àquelas que têm baixa visão).

3.2 Critérios para a escolha dos nomes fictícios

Os nomes fictícios foram inspirados em professoras que foram e são referência na educação de pessoas com surdocegueira. A primeira delas é Anne Sullivan, mulher norte-americana que, em 1887, tornou-se a responsável pelo desenvolvimento de linguagem e pela educação de Helen Keller, surdocega conhecida mundialmente, graduada em filosofia, ativista e escritora. A segunda trata-se da professora Nice

³⁸ Apesar de trabalhar diferentes materialidade seja um processo produtivo, neste trabalho, não temos como objetivo ingressar nessa gestão, podendo ser endereçado para trabalhos futuros.

³⁹ A pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética. Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 39657320.0.0000.5282 (ANEXO A).

Thonhosi de Saraiva que, inspirada pela visita de Helen Keller ao Brasil (1953), organizou o primeiro atendimento educacional destinado a pessoas com surdocegueira no país, o Serviço de Atendimento ao Deficiente Audiovisual (Sedav). A terceira é a professora Margarida Aguiar Monteiro, criadora do Programa Piloto de Atendimento ao Deficiente Auditivo-Visual do Instituto Benjamin Constant, primeiro serviço dedicado a esse público no estado do Rio de Janeiro. E, por fim, a professora Shirley Rodrigues Maia, uma das responsáveis pela criação da Ahimsa - Associação Educacional para Múltipla Deficiência, instituição não-governamental situada no estado de São Paulo. A profissional é uma das principais pesquisadoras e formadoras na área da surdocegueira no Brasil na atualidade. Os nomes das professoras aqui mencionados seguiram uma linha cronológica e foram associados às entrevistadas de acordo com a ordem em que foram realizadas. Assim, a primeira entrevistada (piloto) foi designada como Anne; a segunda, Nice; a terceira, Margarida; e a quarta, Shirley⁴⁰.

3.3 O processo das entrevistas

3.3.1 Anne

A primeira entrevistada recebeu o nome fictício de Anne. Ela possui resíduo visual e consegue, com recursos de acessibilidade, utilizar o celular. Além disso, teve o auxílio do companheiro, que é surdo e usuário de Libras, para fazer a chamada de vídeo pelo *Whatsapp* em que foi combinado o dia, o local e a hora da entrevista. Anne preferiu que a entrevista acontecesse no Instituto Benjamin Constant e informou que o esposo a levaria de carro até a instituição.

No dia da entrevista estavam presentes a pesquisadora, a guia-intérprete, a participante e seu esposo. A ação ocorreu no Núcleo de Atendimento Educacional à Pessoa com Surdocegueira (NAEPS) e todos estavam com máscaras faciais de

⁴⁰ Como a comunidade de sujeitos com surdocegueira é pequena, não foram dadas muitas informações sobre as entrevistadas para que elas não fossem identificadas.

proteção. O ambiente foi higienizado e encontrava-se com portas e janelas abertas. Também foi disponibilizado álcool em gel para higienização das mãos.

Após a pesquisadora receber Anne e seu companheiro, explicou mais uma vez o objetivo da pesquisa com o auxílio da guia-intérprete que, em seguida, também traduziu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Imagem. Após a elucidação das informações e a assinatura dos documentos, a entrevistada foi acomodada em uma cadeira, a guia-intérprete em outra, logo a sua frente e dois celulares com tripés foram posicionados em ângulos distintos para registro da atividade. Anne estava tímida e um pouco nervosa com a entrevista, mas todos ao redor buscaram acalmá-la e deixar o ambiente descontraído para que ela pudesse falar da maneira mais natural possível.

As seguintes perguntas foram feitas a Anne:

1. Com quantos anos começou a perceber a perda visual?
2. Qual é a causa?
3. Como a alteração na visão começou a afetar sua comunicação em Libras?
4. Quais as primeiras medidas tomadas para se comunicar melhor?
5. O que você fazia para compreender os sinais não-manuais executados pelas pessoas com quem interagia?
6. Quais estratégias você passou a utilizar com seus pares de comunicação para compensar os aspectos não-manuais da Libras?
7. Outros usuários da Libras compreendiam a nova forma que deviam se comunicar com você?
8. Houve resistência por parte de alguns para realizar a Libras em espaço reduzido ou Libras tátil?
9. A mudança na comunicação afetou de alguma maneira a sua relação com a comunidade surda?
10. A mudança da modalidade da língua afetou alguma outra área da sua vida?

Após esse primeiro contato, as questões foram reformuladas para:

1. Apresentação
2. Com quantos anos começou a perceber a perda visual?
3. Qual é a causa?
4. Como a alteração na visão começou a afetar sua comunicação em Libras?
5. Quais as primeiras medidas tomadas para se comunicar melhor?

6. Outros usuários da Libras compreendiam a nova forma que deviam se comunicar com você?
7. Quando não consegue ver as expressões faciais da outra pessoa, como você percebe as informações? Questões interrogativas, negativas, intensidade.
8. Como consegue perceber o estado do outro sem ver sua expressão facial? Se o outro está triste, feliz, bravo, sorrindo, cansado.
9. Sobre a comunidade surda, como você acha que ela vê a pessoa surdocega? Você se sente acolhida? Se sente parte da comunidade como se sentia antes?
10. O que pode ser feito para você se comunicar melhor com outras pessoas?
11. Tem algo que você não gosta que façam no seu corpo quando está conversando em Libras tátil?
12. Já passou por situações de desconforto usando a Libras tátil?
13. Tem alguma mensagem que queira passar em relação à surdocegueira? O que é importante quando as pessoas usam a Libras tátil?

No decorrer da entrevista, a pesquisadora sentiu-se descontente com os resultados, pois julgava faltar mais informações para compor o *corpus*. Ao elaborar o roteiro, caiu na ilusão de que o sujeito surdocego estaria consciente das adaptações gramaticais que faz ao passar da Libras em modalidade visual-espacial para a modalidade tátil. Contudo, assim como acontece com as línguas orais, esse processo é inconsciente. As alterações ocorrem com a necessidade de se comunicar e no trânsito das interações.

No ímpeto de obter mais respostas para os questionamentos suscitados na e com a pesquisa, o companheiro de Anne também foi convidado a fazer parte do estudo. O artifício foi lançado sem que a pesquisadora tivesse qualquer garantia que daria certo, porém o resultado foi satisfatório e trouxe uma nova perspectiva: o discurso de um homem que vê sua companheira que perdeu ou está perdendo a visão, que constantemente atua como mediador na comunicação e observa de perto suas interações com o outro, na relação de alteridade, e a comunidade surda.

Novas perguntas foram inseridas naquele momento com a intenção de compreender como essa mudança da modalidade da língua afetava a relação de ambos e o que era presenciado pelo cônjuge em relação à interação com outras pessoas, principalmente da comunidade surda.

Após os questionamentos iniciais e consideradas as respostas dessa entrevista piloto, foram formuladas as seguintes perguntas para os cônjuges:

1. Apresentação.
2. Qual foi o seu primeiro contato com uma pessoa surdocega?
3. Conhece muitos surdocegos?
Como se sentiu ao usar a Libras tátil pela primeira vez?
4. Percebe resistência das pessoas surdas em usar a Libras tátil?
5. Percebeu mudança de comportamento dos outros surdos após a sua companheira perder a visão?
6. Qual tipo de pessoa tem mais facilidade e abertura para se comunicar: homem, mulher, jovens, pessoas mais velhas?

A partir dessa experiência com a entrevista piloto, os participantes do estudo passaram a ser: mulheres surdocegas que têm a Libras como sua primeira língua e, em decorrência da perda visual, as utilizam na modalidade tátil e seus companheiros surdos que também são usuários da língua. A entrevista piloto passou a configurar como a primeira a constituir o *corpus* bruto da pesquisa.

Como pode ser observado, a questão do gênero não foi considerada na seleção dos participantes da pesquisa. Foi uma alteração impulsionada pelas condições de produção do contexto imediato em que a entrevista piloto foi realizada. Apesar de não ser um sentido mobilizado no estudo, cabe mencionar que os corpos também são atravessados pelas questões de gênero, uma vez que “diz respeito às maneiras de significar relações de poder [...], uma construção histórica das quais decorrem desigualdades (de oportunidades) entre homens e mulheres justificadas a partir das suas diferenças biológicas (De Tilio, 2021).

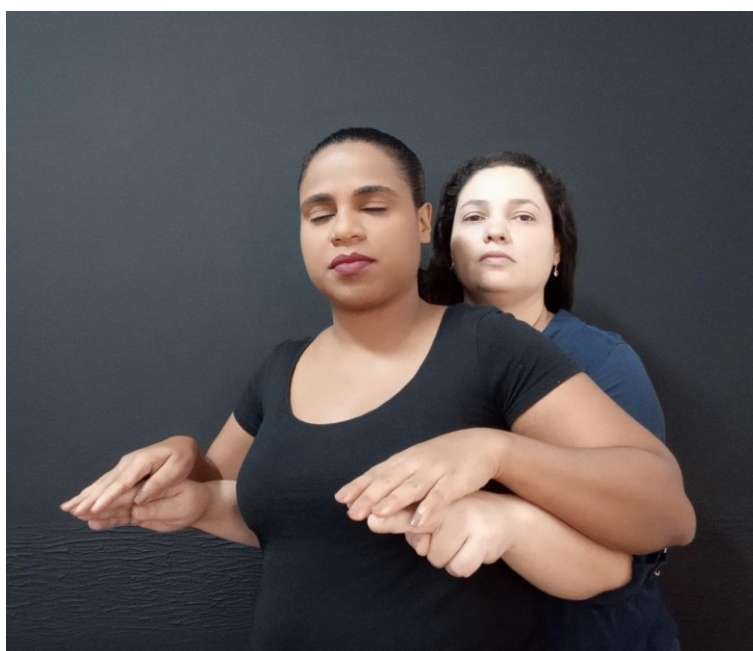
Mesmo sendo uma temática socialmente relevante na contemporaneidade a ser pesquisada, a tese não trará um recorte específico sobre os corpos atravessados pelo gênero, mas sim pela surdocegueira adquirida por Usher e suas implicações.

3.3.2 Nice

O convite para a pesquisa aconteceu pelo *Whatsapp* e a combinação ocorreu por intermédio do esposo de Nice, que, de imediato, iniciou uma chamada de vídeo

para saber do que se tratava. Os convidados já conheciam a pesquisadora e o assunto foi direto para a realização da entrevista. No primeiro momento, o diálogo foi realizado em Libras com o companheiro de Nice, em seguida, ele chamou a esposa e posicionou-a de frente para o celular. O marido se colocou imediatamente atrás de Nice, como se fosse abraçá-la por trás e deixou os braços dela repousados sobre os dele. Nesta posição, começou a sinalizar reproduzindo o que a pesquisadora falava em Libras. Dessa forma, Nice ficava de frente para o interlocutor da chamada de vídeo.

Figura 33 - Posição de Nice e companheiro durante chamada de vídeo



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Dessa forma, seu companheiro tinha uma visão livre e frontal da câmera do celular e reproduzia praticamente em tempo real o que estava sendo proposto pela pesquisadora. Essa ação pode produzir o efeito de protagonista dessa mulher ao enunciar na posição de primeira pessoa, e ao mesmo tempo, o efeito de praticidade para a reprodução do que está sendo sinalizado.

Após compartilhar certos discursos formulados pelas mãos do companheiro, Nice respondeu em Libras que aceitaria participar do estudo. O casal preferiu que a entrevista fosse realizada no IBC e foi acordado que a pesquisadora solicitaria carro de aplicativo para levá-los até a instituição e depois de volta para casa.

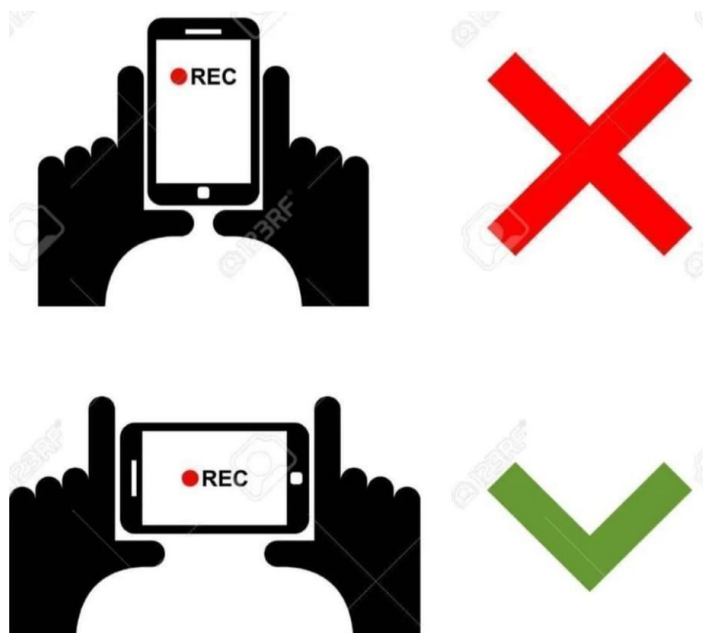
O convite aconteceu no início de abril de 2022 e a entrevista foi agendada para o final do mesmo mês. Chegando o dia, mais uma vez foram tomados os cuidados para evitar o contágio da COVID-19. Pesquisadora e guia-intérprete receberam o casal e posicionaram os celulares para o início das gravações. Nice estava muito à vontade e respondeu o questionário sem intercorrências, enquanto seu cônjuge foi bem sucinto em suas respostas. Nice agradeceu a participação e ambos foram embora.

3.3.3 Margarida

O primeiro contato com Margarida se deu em março de 2022 pela rede social *Instagram*, em que foi enviada uma mensagem explicando brevemente quem era a pesquisadora e que o estudo era voltado para a temática da surdocegueira. prontamente Margarida respondeu dizendo que ficara feliz com a pesquisa na área e que aceitava fazer parte do estudo. Ainda por esse canal, o convite foi estendido a seu cônjuge e também foi solicitada a indicação de um guia-intérprete que fosse da cidade da participante. A mesma sugeriu que a entrevista acontecesse em sua casa e disponibilizou o contato da profissional surda que faria a guia-interpretação.

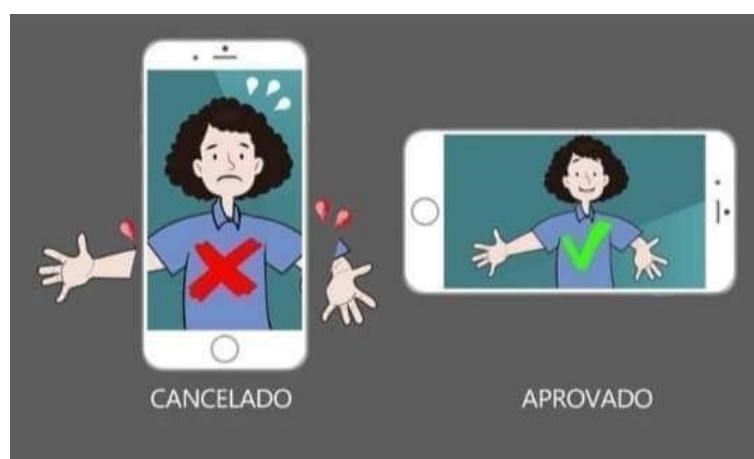
Depois desse contato inicial, a conversa migrou para o *Whatsapp*, em que o teor do assunto foi aprofundado. Cabe ressaltar que Margarida possui resíduo visual e preferiu comunicar-se por vídeos, o que é mais prático por meio do aplicativo de conversação. Com isso, a pesquisadora gravou o primeiro vídeo em Libras em que dizia que era preciso combinar uma data para a realização da entrevista. Margarida respondeu e, logo em seguida, enviou imagens explicitando como os vídeos deveriam ser produzidos, considerando seu campo visual reduzido e sua dificuldade em distinguir cores de tons aproximados. As imagens foram as seguintes (fig. 34, 35 e 36):

Figura 34 - Orientação adequada para gravação de vídeos em Libras para pessoas que tenham campo visual reduzido



Fonte: Disponibilizado por Margarida

Figura 35 - Posição adequada para o vídeo



Fonte: Disponibilizado por Margarida

Figura 36 - Iluminação e vestuário adequados



Fonte: Disponibilizado por Margarida

Margarida destacou na imagem enviada que a pesquisadora deveria produzir o conteúdo com a câmera na horizontal, com base/fundo escuro e vestindo camisa na cor azul marinho ou preta, devido ao contraste com a cor da pele. Após isso, os vídeos foram gravados conforme as instruções da entrevistada.

Neste aspecto mencionado, cabe salientar que a orientação da câmera, a luminosidade, a cor de fundo da filmagem e a cor da roupa significam nessa relação discursiva, uma vez que fazem parte da formulação do discurso e são base material para que o mesmo funcione. Se os elementos não proporcionassem o contraste visual, possivelmente a participante não enxergaria o que estava sendo dito, influenciando negativamente no acesso aos dizeres. Desse modo, a materialidade discursiva não se restringe à língua, sendo necessária a associação aos demais componentes.

Todos esses elementos mencionados fazem parte das condições de produção do vídeo e devem ser considerados, pois, como afirma Dela-Silva (2016), “os vídeos, em sua materialidade específica audiovisual, constituem também discursos, o que significa afirmar que eles não possuem conteúdos em si mesmos, mas produzem efeitos de sentidos para e por sujeitos” (p. 88). Ao realizar as adaptações solicitadas para a elaboração do vídeo, um dos sentidos produzidos é que há a preocupação com

as especificidades das surdocegas e que isso é atravessado pelo discurso da acessibilidade.

Outro fator importante a ser destacado é a indicação de uma guia-intérprete surda. Margarida perguntou se haveria problema com a escolha da profissional, mas isso não seria um fator que prejudicaria o processo, uma vez que a pesquisadora tem fluência na Libras. Contudo, com a impossibilidade de manusear os equipamentos de filmagem e ler as perguntas para que a guia-intérprete fizesse a tradução simultânea, a pesquisadora levou um *notebook* em que havia vídeos com a tradução para Libras do TCLE, do Termo de Autorização de Uso de Imagens e do questionário, assim tudo ocorreu de forma prática, ágil e de acordo com as adaptações indicadas pela entrevistada. Enquanto ela via os vídeos com as perguntas, a guia-intérprete surda ficava ao seu lado para qualquer possível dúvida e a pesquisadora estava próxima ao equipamento de filmagem.

Em seguida, o companheiro de Margarida, respondeu ao questionário de maneira rápida e sucinta. Neste momento, não foi necessária a presença da intérprete, que ficou junto com a participante surdocega. Os documentos e as questões também foram disponibilizados em vídeos traduzidos para Libras.

3.3.4 Shirley

A entrevista com Shirley foi combinada no mês de maio de 2022. Devido aos seus compromissos, só conseguiu agendar a entrevista para seu período de férias em agosto. Primeiro, foram esclarecidos os objetivos do estudo por meio de vídeos, em sequência o agendamento da data e, por último, a sugestão da entrevista acontecer na residência dos participantes.

O processo se deu da mesma forma, sendo utilizados os vídeos com os documentos e as questões traduzidas para Libras. A diferença entre as entrevistas de Margarida e Shirley é que a pesquisadora levou uma pessoa para dar suporte com os equipamentos, enquanto ela mesma desenvolveu a função de guia-intérprete, tendo em conta sua experiência enquanto docente de alunos com surdocegueira e a capacitação em curso de guia-intérprete.

Finalizada a entrevista de Shirley, foi o momento de seu companheiro. Partindo das vivências com as entrevistas anteriores, não houve intercorrências e o casal se mostrou estar bem à vontade com a pesquisadora e com o teor das perguntas. Por fim, cabe salientar que em todas as entrevistas ocorreram ajustes no ambiente em relação às singularidades, atentando para a condição visual e linguística de cada participante.

3.3.5 Sistema de notação

Após o processo de coleta do *corpus* por meio das entrevistas semiestruturadas, registradas em vídeo, foi dado início a outra etapa: a tradução desse material da Libras para a Língua Portuguesa. A tradução foi realizada por uma profissional tradutora e intérprete de Libras, que passou o conteúdo de imagem em Libras para áudio em Língua Portuguesa.

Posteriormente, o áudio foi transcrito para a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO CORPUS

Nesta seção, o corpus será apresentado e analisado de acordo com os princípios e procedimentos da Análise de Discurso materialista. Considerando as perguntas “Como a perda gradual da visão significa no processo de identificação dos sujeitos surdocegos?” e “Como a alteração na materialidade linguística afeta os dizeres, a produção de sentidos e as relações desses sujeitos?”, alguns temas foram destacados e tornaram-se pontos centrais da análise, repercutindo em reflexões acerca do processo de identificação dos sujeitos surdocegos, as informações visuais e seus efeitos de sentidos, os corpos marcados pela língua e pela historicidade, o lugar desse corpo na lógica capitalista e a análise de dizeres dos sujeitos companheiros (corpos adjacentes) de mulheres surdocegas.

4.1 E agora, quem sou eu? Processos de identificação do sujeito e do grupo

Figura 37 - Epígrafe Angústia⁴¹



*“não sabia se era falta de boa iluminação ou se havia algum problema nos meus olhos.
Essa dúvida e a dificuldade em enxergar começaram a me deixar angustiada.”*
(Margarida)

⁴¹ As artes utilizadas como epígrafes dos tópicos de análise foram encomendadas especificamente para esta tese ao artista Daniel Sobral, que teve como inspiração sequências discursivas recortadas das entrevistas.

Durante as entrevistas com as mulheres surdocegas, houve a presença recorrente de dizeres sobre identidade, aceitação e cultura. Considerando a “maior carga de polissemia” (Orlandi, 2003, p. 154), os processos de identificação pessoal e de grupo comporão um dos tópicos de análise desta pesquisa. A apuração deste tópico é impreterível não por se tratar apenas de aspectos mencionados nas entrevistas, mas por serem questões que permeiam a existência de qualquer sujeito: a necessidade de nomear a si próprio e de se identificar socialmente.

Sobre os estudos de Lacan, Correia e Fonseca (2018) afirmam que:

[...] as diversas características que identificam um sujeito, ou seja, que nos remetem ao que podemos chamar de identidade do sujeito, surgem através de identificações simbólicas e imaginárias que lhe integram no campo sócio-simbólico e lhe conferem atributos fenomênicos. Tais identificações nada mais são que tentativas do sujeito de nomear o vazio que lhe constitui. (p. 268-269).

Essa identificação imaginária surge a partir da ilusão de que somos capazes de definir quais são nossas características e as origens das mesmas, acreditando que podemos nos reduzir a uma identidade. Contudo, esse processo não é factível, tampouco consciente, uma vez que somos interpelados pela ideologia e seus aparelhos de Estado, o que confere à identidade um caráter naturalmente incompleto, em constante construção. Isso ocorre pois nascemos em um mundo estruturado, descrito pelo simbólico, em que seremos constantemente afetados pela história, pelas instituições que nos rodeiam e pelo sistema linguístico que materializa todos esses elementos por meio dos discursos.

Coracini (2003) menciona que os sujeitos possuem uma ânsia de preenchimento da falta que os move e os leva a crer em sua própria identidade “resolvida”, decorrente da fantasia de si como uma pessoa unificada. Pode-se dizer que essa ilusão é socialmente necessária e que o desaparecimento de uma dessas características que o designa pode romper com sua identificação imaginária, deixando-o desorientado em relação a sua autoimagem. Vê-se isso na sequência discursiva (SD1) de Margarida:

[SD1] Antes dos meus 40 anos, eu sinalizava normalmente. Com o passar do tempo, comecei a ter dificuldades em enxergar, mas *não sabia se era falta de boa iluminação ou se havia algum problema nos meus olhos. Essa dúvida e a dificuldade em enxergar começaram a me deixar angustiada*⁴². Antes eu já tinha esses problemas de esbarrar nas coisas, mas achei estranha essa mudança na visão em relação a luminosidade. Sempre que conversava com alguém, eu pedia para que se distanciasse para que eu pudesse enxergá-la sinalizando, pois caso chegasse mais perto, não era possível. Ao me afastar às vezes eu batia com a cabeça em algum objeto. *Eu estava angustiada, não sabia sobre a Síndrome de Usher. Eu procurava respostas, mas não me reconhecia mais.* Eu não tinha informação alguma sobre a Síndrome. Eu sabia que tinha retinose pigmentar, mas não tinha informações claras. O tempo foi passando, meu campo visual foi diminuindo e as limitações foram aumentando.

A perda gradual da visão gerou alteração na forma de produção da materialidade linguística e no cotidiano de Margarida e, por conseguinte, uma desordem identitária. Observa-se, pois, uma passagem de sujeito surdo para sujeito surdocego marcada pela angústia do não-reconhecimento. Durante o processo de diminuição da visão que implicou em alterações significativas em sua vida, a surdocega relata que procurava respostas, contudo, não se reconhecia mais, uma vez que as características que lhe davam a sensação de “ancoramento identitário” romperam-se.

Na perspectiva da AD, sobretudo em face à psicanálise, não é viável reduzir o sujeito a uma identidade única e natural, mas como algo em construção. Além disso, ao ser interpelado por dada formação ideológica, existe uma “evidência do sujeito como único, insubstituível e idêntico a si mesmo”, capaz enganosamente de dizer quem é (Pêcheux, 1988, p. 155). Nota-se que há uma necessidade de permanecer nessa “ilusão de inteireza, de totalidade, de coerência” (Coracini, 2017, p. 1950).

As formas de dizer em SD1 demonstram que Margarida, apesar de saber o nome da doença que acometia sua visão, não tinha informações claras sobre a retinose pigmentar e a Síndrome de Usher, o que suscita a reflexão de que um diagnóstico nem sempre é capaz de trazer esclarecimento, certezas, tampouco conforto.

Em uma das sequências de Shirley (SD2), também é possível notar angústia com a ausência de explicações sobre seu quadro clínico, uma vez que a moça buscou vários médicos que pudesse lhe dar um diagnóstico:

⁴² Os trechos centrais das sequências discursivas estão destacados em itálico.

[SD2] Até meus 26 anos, minha família, eu, minha escola de educação básica profissionalizante, pessoas da comunidade surda, todos queriam saber o porquê, e não tinha resposta sobre a minha condição visual. O diagnóstico demorou muito. Otorrinolaringologistas e oftalmologistas não conseguiam responder com precisão o que eu tinha. Eu fui em vários oftalmologistas até que encontrei um especialista em visão subnormal e fui tentar a sorte em busca de uma resposta. Fui ao médico acompanhada da minha mãe. O médico deu a indicação e o contato de outra médica e marcamos uma consulta. Fui novamente com minha mãe e ela explicou tudo detalhadamente e a médica respondeu de forma simples *“É Síndrome de Usher, que significa que leva a pessoa a ter surdocegueira”*. Ela explicou o que significava, sobre a retinose pigmentar associada à deficiência auditiva, também a falta de equilíbrio. *Minha mãe ficou espantada em só ter esse diagnóstico aos 26 anos e nada antes disso. A médica respondeu de forma precisa e foi um susto, um choque. Não esperava que fosse uma doença grave como a retinose pigmentar. “Como isso, a Shirley vai ficar deficiente visual mesmo? Nossa!” Não era uma coisa mais comum como miopia ou algo que precisasse de óculos. Não, era algo que levaria a deficiência visual, a ficar cega. Nossa, nós ficamos assustadas em ter esse diagnóstico tão tardio, ficamos tristes.* Na minha cidade (capital) só tinham três médicos com conhecimento sobre a síndrome de Usher e a surdocegueira, só três médicos entre milhares tinham conhecimento disso. Mas porque eles viajaram para outro país para se aprofundar. *Eu me senti triste pela falta de informação e a falta de estudos mais profundos, por isso descobri só aos 26 anos.*

Percebe-se que há um grande distanciamento temporal entre o aparecimento dos sintomas visuais e o diagnóstico de Síndrome de Usher, mostrando que a doença hereditária ainda é pouco estudada no país e que as pessoas acometidas por ela ficam no limbo e apreensivos por um longo período até compreenderem do que se trata. E mesmo quando isso ocorre, segundo visto na SD1, não é possível ter discernimento sobre a magnitude da situação. Na SD2, a clareza e a objetividade das informações trazidas pela médica geram choque em Shirley e em sua mãe, uma vez que acreditavam se tratar de alguma enfermidade mais branda e passível de correção, como o caso do uso de óculos.

O diagnóstico tardio com a possibilidade de cegueira desencadeia sentimento de frustração e tristeza. O questionamento da mãe apresentado pelas palavras da filha (*“a Shirley vai ficar deficiente visual mesmo? Nossa!”*) denota a ideia de que a partir da descoberta da Síndrome, iniciaria um novo processo para ambas sobre a identificação considerando a nova condição de pessoa com surdocegueira.

A escassez de informações e as incertezas sobre como interagir com o Outro são frequentes e também podem ser vistas nos dizeres de Anne em SD3:

[SD3] Eu não tinha informação sobre aquilo, aos poucos fui me acostumando, conversando com alguns surdos, segurando nas mãos, fazendo a Libras tátil,

eu não tinha o costume de fazer isso, *porque eu tinha muita vergonha e eu não queria me comunicar dessa forma e eu ficava até muitas vezes calada pra não conversar assim*. Depois, mais ou menos no começo de 2017, *eu abri minha mente, mudei, aceitei e aprendi a Libras tátil*. Me acostumei e consigo usar a Libras Tátil.

Tornar-se diferente entre seus pares era algo que desencadeia vergonha e desconforto para Anne, levando-a ao silenciamento. No fio intradiscursivo, ou seja, na formação do dizer, pode-se observar que sua língua se transformou da modalidade visual-espacial para a modalidade tátil de forma compulsória. Desse modo, sua língua estava sendo assujeitada por outra via: a retinose pigmentar, ocasionada pela Síndrome de Usher, que a compelia a “abrir a mente, mudar, aceitar e aprender a Libras Tátil”.

Esse processo de ajustamento (passagem entre duas modalidades linguísticas e da existência material) também é visto em SD4, em que Nice se refere especificamente a sua condição visual:

[SD4] Com a perda da visão, eu batia nas coisas com muita frequência. Tentava me deslocar e me chocava com obstáculos. *Foi aí que entendi que eu estava acostumada a enxergar e não estava me comportando como uma pessoa cega*. Foi então que eu me dei conta que teria que usar o tato, me desviar dos obstáculos e que eu precisava ir com mais calma. *Eu me deslocava com rapidez, mas agora teria que ir devagar, mudar a minha forma de perceber as coisas, porque uma pessoa cega e uma pessoa vidente são diferentes. Eu concluí que teria que me adaptar*. Caminhava, esquecia, me distraía e batia nas coisas na minha frente, era difícil.

Na SD4, um efeito produzido é que o deslocamento espacial de Nice ainda estava atrelado a uma autoimagem não mais condizente com a sua realidade sensorial. Os acidentes fizeram emergir outras formas de estar no mundo, já que não era mais possível se deslocar com segurança “confiando” em seus olhos, mas sim em seu tato. A entrevistada chegou à conclusão que cegos e videntes são marcados por vivências distintas e que era preciso se adaptar a uma outra condição de existência.

A mudança vivenciada obriga essas mulheres a se re-conhecerem, a reformularem sua imagem própria e a se re-identificarem. Vê-se isso em SD5:

[SD5] *Eu ainda não me reconhecia como surdocega*. [...] Um pouco antes da minha formatura, *eu pensei que eu precisava falar a verdade que sou uma pessoa surdocega*, entendeu? Assumir a minha identidade. [...] Eu percebi que eles precisavam saber, que eu não podia esconder isso, me calar. Eu senti que era o certo, que era bobagem eu esconder e que as pessoas

precisam saber. Eu me sinto bem com isso, me deu mais segurança, me respeitaram mais. [...] Então por isso que pouco antes de me formar, *eu me assumi surdocega*.

A SD5 consiste na ocasião em que Shirley já estava na metade do curso de graduação e seus colegas de turma ainda não tinham conhecimento da sua condição visual. Única surda, participava das aulas com o suporte de uma intérprete de Libras. Ao passar por Shirley, um colega acena e ela não retribui o cumprimento. A reação do rapaz foi comentar com os demais da turma, acrescentando que a moça era metida. A intérprete ouve sobre o mal-entendido e conta para Shirley. A partir disso, Shirley revela aos colegas sobre sua baixa visão e todos ficam perplexos, segundo o relato-entrevista.

A necessidade de assumir a identidade, de acordo com a SD5, partiria da inviabilidade de interação com o Outro. Refletindo sobre a estrutura simbólica da qual fazemos parte, a interação torna-se possível quando mais sujeitos têm acesso ao mesmo código social, contudo, essa oportunidade não foi alcançada, porque o aceno não foi realizado dentro do campo visual reduzido de Shirley.

O episódio produziu efeitos na reconstrução da identificação de Shirley, que se sentiu na obrigação de “falar a verdade” e declarar-se surdocega. O fato suscita a reflexão de que ser surda já não condizia com a posição-sujeito que Shirley ocupava. Após sua realocação, sentiu-se bem, mais segura e respeitada.

Mesmo que Shirley e o colega fossem usuários de línguas distintas - Libras e Português, havia elementos em comum que viabilizavam a interação entre eles: a cultura brasileira em que o conhecimento de cumprimentos básicos são compartilhados e o lugar social de estudante de graduação. Essa identificação com o Outro (sujeitos-brasileiros-graduandos-do-curso-X) foi tolhida não pela limitação visual, mas pela falta de conhecimento sobre a surdocegueira, que leva, entre outros aspectos, a uma ausência de acolhimento. Pois, uma vez ciente da deficiência, o rapaz poderia se aproximar e posicionar-se dentro do campo visual específico da colega para cumprimentá-la.

A relação com o Outro é de suma importância no mundo simbólico, como afirmam Correia e Fonseca (2018, p. 267), “um significante só possui uma significação em relação a outro significante”, ou seja, o sujeito só se constitui a partir da relação com o Outro. Sendo assim,

O sujeito, portanto, é o efeito de seu encontro com o Outro, efeito que significa, *a posteriori*, tal encontro, mas sem o qual o sujeito não existiria. Em suma, não há um sujeito *a priori* ao seu encontro com a Ordem social, não há um “sujeito puro” anterior a sua alienação pela linguagem, daí Freud (1921/2011) dizer que toda psicologia individual é também psicologia social. (Correia; Fonseca, 2018, p. 268).

O sujeito produz outra imagem de si a partir do encontro com o Outro, pela identificação pela alteridade, tal como foi definido no capítulo 2. A identidade é sempre fluida, já que, de acordo com Orlandi (2012), se produz em movimento na história, e é construída socialmente, sendo um processo inconsciente e permanente.

Segundo Coracini (2003), em “A celebração do outro na constituição da identidade”, o sujeito é resultado de múltiplas identificações imaginárias e/ou simbólicas com traços do outro que vão formando uma rede complexa e híbrida do inconsciente, por conseguinte, da subjetividade. Essa rede é resultado da falta constitutiva do sujeito que deseja preenchê-la ao longo de sua vida, construindo-se nos e pelos discursos que o atravessam.

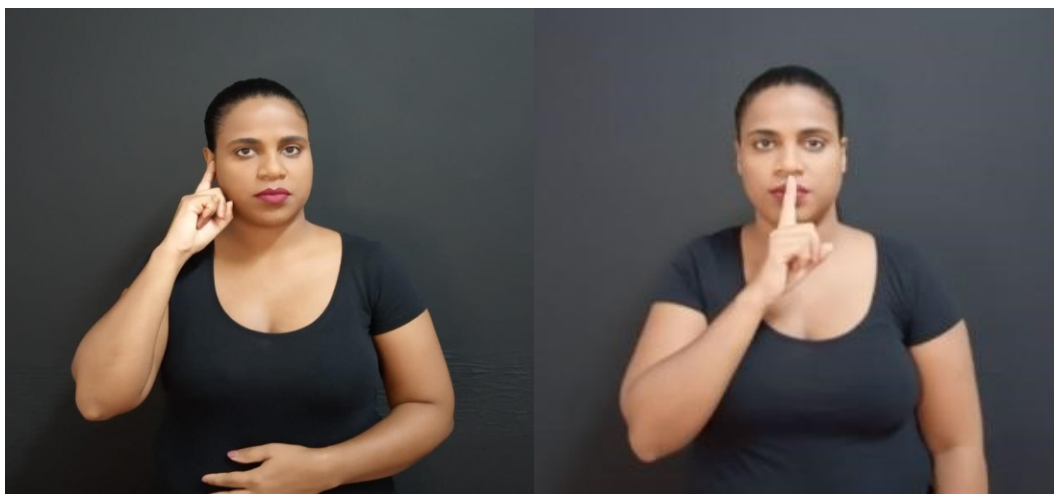
Enquanto Shirley coloca-se em outra posição enquanto pessoa que assume uma “nova identidade surdocega”, Margarida, em SD6, declara possuir “identidade surda” com perda visual:

[SD6] Eu, por exemplo, ia para Associação de Surdos, sou membro da associação de surdos, *tenho identidade surda com a perda visual. Eu sou surda com Síndrome de Usher.*

Em seu dizer, Margarida mostra vínculo com a comunidade surda ao mencionar a associação, instância que sempre representou local de reunião, acolhimento e compartilhamento entre os surdos.

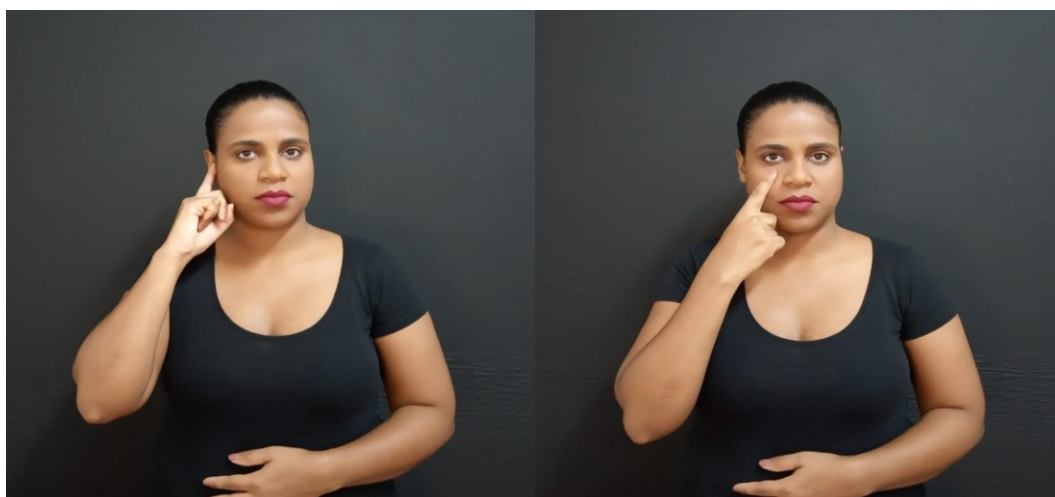
Margarida apresenta-se como surdocega, mas ao discorrer sobre sua forma de identificação, afirma-se ser surda com Síndrome de Usher, como um efeito de somatório. Esse discurso é ratificado pelo sinal que a mesma utiliza para surdocegueira. Sua constituição tem como referência o significante designado para surdo, cuja configuração de mãos é o dedo indicador esticado, movimentando do ponto de articulação da orelha para a boca. Margarida usa a mesma configuração de mãos, entretanto, realiza o movimento do ponto de articulação da orelha para o olho.

Figura 38 - Sinal de surdo



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

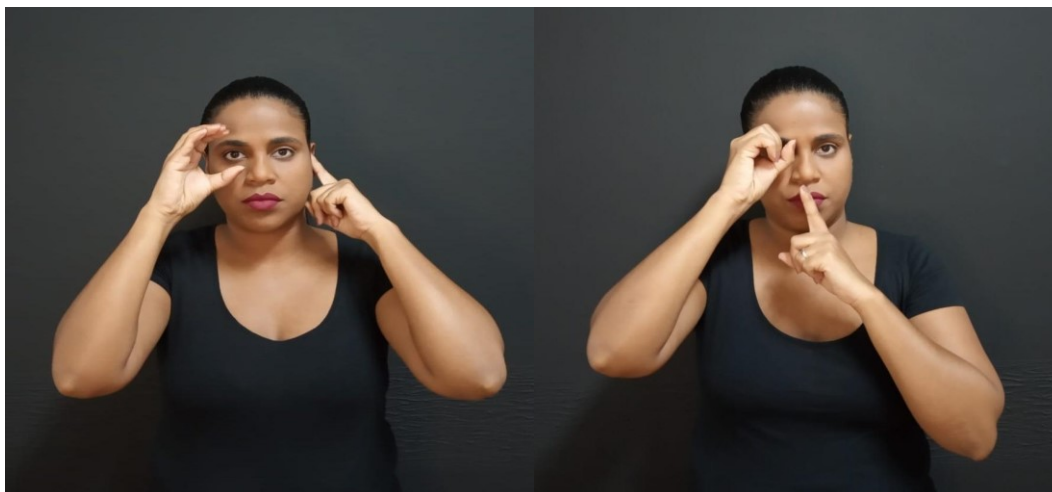
Figura 39 - Sinal de surdocego usado por Margarida



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Além deste sinal, Margarida também inseriu o sinal de surda com o campo visual reduzido durante as entrevistas. Um sinal produzido pelo traço de simultaneidade, em que com uma mão realiza o sinal de campo reduzido e com a outra, o sinal de surdo.

Figura 40 - Sinal de surdo com campo visual reduzido usado por Margarida



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Não obstante, Anne e Shirley utilizaram outro sinal para designar surdocegueira. A diferença é que a configuração de mãos consiste na mão espalmada com quatro dedos juntos e o polegar afastado, como pode ser visto na figura 41:

Figura 41 - Sinal de surdocegueira usado por Anne e Shirley



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

De acordo com Carlos Jorge Wildhagen Rodrigues, um dos responsáveis pela criação da Associação Brasileira de Surdocegos (ABRASC) e ativista da causa das pessoas com surdocegueira no Brasil, em 4 de dezembro de 1998, ocorreu uma reunião entre membros da associação para discussão e definição do sinal (fig. 41). Esse significante teve por base a premissa que a surdocegueira é uma deficiência

única com manifestações distintas. Logo, o sinal foi sendo disseminado e é comumente usado em eventos e por profissionais da área.

Em direção oposta às demais entrevistadas, Nice emprega outro sinal para designar o mesmo termo. Ela utiliza um sinal composto (dois sinais para uma palavra em LP): surdo, já descrito, seguido de cego, em que é usada a configuração de mão V, localizado na altura dos olhos, com movimento de cima para baixo, acompanhando a ação de fechar os olhos (fig. 42).

Figura 42 - Sinal de surdocegueira usado por Nice



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Nice nasceu em 1955, surda e perdeu completamente a visão aos 50 anos. Sua vivência enquanto membro da comunidade surda, usuária de Libras e com perda total da visão na meia idade pode estar atrelado à forma de empregar esse sinal, diferentemente das outras.

A heterogeneidade do sinal “surdocegueira” evidencia que ocupar a mesma posição de mulher surdocega não garantirá um discurso homogêneo. Correia e Fonseca (2018) afirmam que mesmo que os sujeitos compartilhem elementos comuns, eles são interpelados de maneiras distintas e seus discursos devem ser analisados de acordo com a situação e a posição-sujeito. O sinal empregado por cada uma das entrevistadas mostra a identificação e a forma de enunciar seu pertencimento a um grupo.

Apesar de todas conviverem com a comunidade surda, Anne e Shirley são mais jovens e tiveram conhecimento do conceito de surdocegueira mais cedo, inclusive sobre a Síndrome de Usher, o que deve justificar a relação que cada uma delas estabelece com o sinal para representar sua condição. Observa-se, assim, como a língua materializa a identificação de sujeito surdo com perda visual de maneira singular.

Essa relação entre sujeito e língua pode ser verificada em SD7:

[SD7] São duas coisas diferentes: *eu sou uma pessoa com identidade e cultura surda sim e com o campo visual reduzido, porque sou usuária da Libras na modalidade tátil e a minha identidade surda permanece*. Se um surdo já tem conhecimento da Libras tátil ou tem interesse e curiosidade em conhecer, essa preocupação e consciência, a gente consegue se comunicar em Libras tátil, porque *temos a identidade surda em comum*. [...] Se eu encontro um ouvinte que queira se comunicar oralmente, que eu faça leitura labial e não saiba Libras, aí eu peço o apoio de um surdo para usar a Libras tátil, porque *a minha cultura e identidade é surda*. Mas se o surdo não conhece a surdocegueira, fica confuso esse contato, pois procurar conhecimento sobre a surdocegueira, sobre a Libras tátil. O mesmo acontece com o surdo que não sabe Libras e gosta de oralizar, a comunicação fica incompatível. *Eu prefiro a Libras tátil, porque faz parte da minha identidade e cultura surda*.

Nessa sequência discursiva, nota-se que a língua é um ponto de identificação do sujeito. É pela língua que Margarida se identifica como sujeito surdo e não pelo corpo marcado pela perda concomitante da audição e da visão. A língua se sobrepõe, ou melhor, permeia seu corpo e sua inscrição na história.

Mesmo atravessada pela deficiência visual, não há um reposicionamento como visto em SD5, mas sim uma ratificação da identidade surda acrescida de uma diferença, destacada pelo trecho “minha identidade surda permanece”. Outro fator destacado no discurso é o pertencimento à cultura, elemento de grande relevância na construção da identificação dos sujeitos.

Considerando o funcionamento discursivo das entrevistadas e suas especificidades linguísticas enquanto usuárias da Libras, outro aspecto importante a ser elucidado é o conceito de cultura. Contudo, discorrer sobre cultura torna-se uma tarefa complexa, uma vez que seu conceito é amplo e trabalhado de forma distintas por vários grupos e teorias. Santos (2012) afirma que a cultura pode ser relacionada à educação, ao estudo e à formação escolar. Em outros contextos, ela se refere a manifestações artísticas como música, cultura e teatro. Em nossa época, ela também é identificada com os meios de comunicação de massa como a televisão, o rádio e o cinema. E ainda há definições que abarcam as festas, as cerimônias tradicionais, as crenças, o modo de vestir, a comida e o idioma. Ou seja, há uma multiplicidade de sentidos (institucionalizados ou não) para a cultura.

De forma distinta da perspectiva discursiva que se assume nesta tese, os Estudos Surdos têm como elementos basilares as concepções sobre cultura e identidade surda e discutem com diligência sobre essas concepções. A propósito, Strobel (2008) afirma que:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das 'almas' das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (p.22).

Para a autora, a cultura surda concerne à relação do surdo com o mundo, sua maneira de modificá-lo, acessibilizá-lo e torná-lo habitável considerando sua experiência visual. Em consonância com um dos sentidos apresentado por Santos (2012), Strobel (2008) mostra que a cultura surda envolve os hábitos, os costumes, as ideias e a língua.

Considerando a Análise de Discurso como referencial teórico, Barros e Lopes (2016) relatam que se depararam muitas vezes com o termo “cultura surda”, em suas pesquisas,

[...] cujo modo de descrição se dá, regularmente, ao lado da descrição biológica, por meio da apresentação de estereótipo linguístico, seja para definição da falta da fluência nas modalidades oral e escrita da língua brasileira (LB), seja pela definição da língua de sinais como a “língua dos surdos”, definindo, isto é, dando forma a um grupo-cultura como aquele que deve se apropriar dessa língua para que então possa, como apresentado pelos estudos surdos, apreender o mundo de forma peculiar e, ainda, possa apreender os sentidos do grupo-cultura majoritário, cuja língua é de natureza auditiva (p. 121-122).

A perspectiva associada à cultura surda desencadeia a ideia de língua enquanto essência, que determina uma visão de mundo, dando-lhe um *status* de língua completa, fechada e como única via de ingresso no mundo simbólico. Contudo, ao nascer, o sujeito é exposto a diferentes matérias significantes, verbais e não verbais, sendo imerso a diversas possibilidades de produção de sentido e de gestos de interpretação possivelmente distintos.

A visão de língua enquanto algo completo, ancorador da identidade e da cultura, pode levar o sujeito a uma desestabilização, caso o principal elemento identificador do grupo rompa-se, como visto nos fragmentos em que as entrevistadas relatam não se reconhecer. Ao se tornar surdocego, o sujeito foge do estereótipo fixado de sujeito surdo, enquanto usuário de uma língua visual-espacial, que é determinante e central nessa perspectiva de cultura essencializada.

O dizer de Shirley mostra a necessidade de um novo enquadramento de identificação, ao passo que o discurso de Margarida busca ratificar a identidade surda da qual ela já se sentia parte, mas acrescida de uma diferença: a Síndrome de Usher. Tendo em conta a concepção lacaniana, isso ocorre porque o sujeito só é capaz de dar significado a si mesmo a partir de outro significante, ou seja, é no encontro com o Outro. Assim, na identificação com o Outro, que o sujeito se define. Essa inevitável engrenagem social torna-se tangível quando se encaixa em uma cultura (ilusoriamente) clara e delimitada. Além disso, esse enquadramento cultural proporciona ao sujeito uma diretriz de como pretensamente ser e estar numa formação social.

Diferentemente da posição que estabelece um “estereótipo fixista” de cultura, restringindo-a a uma aparente homogeneidade de um grupo de pessoas, para certos teóricos em Análise de Discurso, “a cultura adquire uma dimensão político-histórico-social que lhe atribui um caráter dinâmico, assim como a possibilidade de propor rupturas e de modificar-se”. (Ramos, 2015, p. 222) Assim como os sujeitos são constituídos na e pela ilusão de serem donos de seus dizeres, eles também são constituídos por um imaginário que aponta limites que determinam e cristalizam uma identidade cultural.

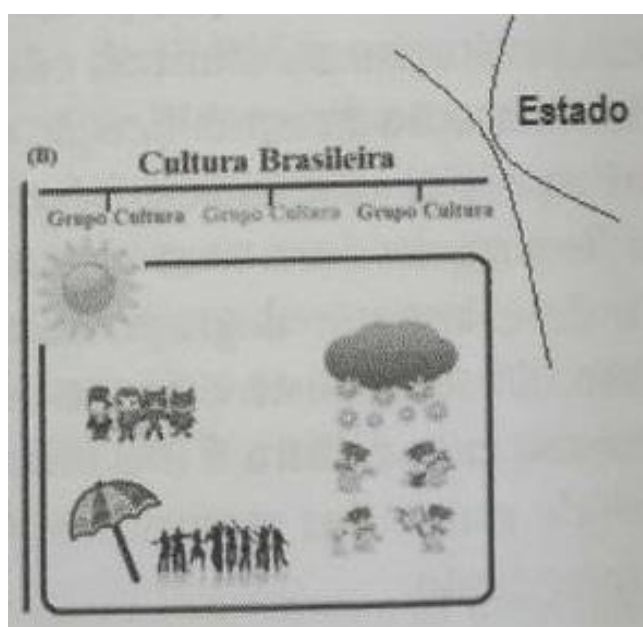
Para a AD, a cultura tem proporções mais abrangentes,

A cultura é a materialização da relação entre os sujeitos e o espaço. Essa relação ideológica, logo, *a cultura é a materialização da relação do espaço com a ideologia, é o modo particular como a ideologia se materializa no espaço, o modo particular como a ideologia se especializa.*

A ideologia se materializa no espaço, no sujeito e na língua de uma maneira particular: é a essa particularidade que se refere a cultura, a esse caráter material, local, particular do espaço, das sociedades, das línguas (pensadas aqui enquanto *idiomas*). *A cultura é a materialidade (materialização) da ideologia num espaço-tempo determinado.* (grifos do autor) (Rodriguez, 2003, p.80)

Observa-se que o conceito de cultura enquanto materialização da ideologia, concebido pela AD, distancia-se do conceito desenvolvido pelos Estudos Surdos. Considerando a definição apresentada por Rodrigues (2003), a cultura surda não deveria restringir-se apenas aos costumes e à língua dos surdos, pois ela também é assujeitada a algo maior que é a ideologia capitalista neoliberal e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) como a família, a religião, a escola entre outros. Retomamos a concepção aqui apresentada e ilustrada por Barros e Lopes (2016),

Figura 43 - Sociedade dos Grupos-Cultura



Fonte: BARROS e LOPES, 2016, p. 124

A partir da ilustração considera-se que os sujeitos brasileiros são, em sua grande maioria, assujeitados pelo Estado, compartilham a cultura brasileira, maior e mais abrangente, e agrupam-se de acordo com aproximação dos estereótipos, separados em grupos-cultura.

Certamente, de acordo com sua especificidade linguística e experiência visual, o sujeito surdo pode se identificar com alguns comportamentos e ou costumes, mas esses elementos (sempre construídos social e historicamente) não são os únicos a forjar uma cultura. Embora compartilhem um mesmo grupo-cultura, como denomina Barros e Lopes (2016), eles não formam uma comunidade homogênea, visto que os sujeitos surdos são interpelados por vários AIE e de formas distintas.

Quando a cultura é compreendida como um elemento de aproximação e não como uma organização completa e delimitada, os sujeitos que fogem ao estereótipo fixado podem encontrar menos resistência em relação a suas diferenças e o modo pelo qual podem se inscrever com menos receio suas novas formas de adentrar o mundo simbólico.

Da posição teórica em que se fundamenta a presente tese, o sujeito surdocego, o surdo com alguma deficiência física que o impossibilite de sinalizar de maneira típica, o surdo que aprendeu Libras na vida adulta entre outros podem se sentir parte da comunidade e se inscrever no simbólico por outras vias, não apenas com a modalidade visual-espacial da língua.

4.2 O que não é visto, não é sabido: condições de produção imediatas e efeitos de sentido

Figura 44 - Epígrafe “Eu não entendo”



“Quem falou? Eu não entendo. Foi esse palestrante ou aquele palestrante?”

*Eu fico alheia a informação, por isso não entendo direito,
parece que a compreensão é ruim.”*

(Shirley)

A necessidade de desenvolver esse tópico parte de uma realidade frequente das pessoas com surdocegueira: a reclamação da ausência de informações visuais que compõem as circunstâncias de enunciação e, conseqüentemente, não constituem no processo de produção de efeito de sentido do discurso.

No decorrer desta tese, viu-se que os sujeitos são interpelados pela ideologia e estão inseridos em um contexto sócio-histórico que é constitutivo do processo de construção de sentidos. Isso denota que o assujeitamento impossibilita que o usuário da língua seja “dono do seu dizer” e decida sobre as possibilidades enunciativas e os sentidos de seu discurso. De acordo com Orlandi (2007), em retorno a Pêcheux, as palavras não ganham sentido autonomamente, mas de acordo com as posições ideológicas que o sujeito ocupa em dada conjuntura teórica.

Sobre os sentidos, Ferreira (2001), igualmente retomando Pêcheux, assevera que:

O sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo, só pode ser constituída em referência às condições de produção de um determinado enunciado, uma vez que muda de acordo com a formação ideológica de quem o (re)produz, bem como de quem o interpreta. O sentido nunca é dado, ele não existe como produto acabado, resultado de uma possível transparência da língua, mas está sempre em curso, é movente e se produz dentro de uma determinação histórico-social, daí a necessidade de se falar em efeitos de sentido. (Ferreira, 2001, p. 22).

Como pode ser observado, as condições de produção são determinantes para o processo de produção de sentidos dos dizeres. Sendo assim, o analista de discurso não pode cair na falácia de que todas as interpretações são livres e possíveis, uma vez que estão condicionadas a essas condições, a determinações sócio-históricas.

O sujeito é atravessado pela ideologia e enuncia a partir das posições assumidas no interior das formações discursivas (FDs). Os sentidos são agregados considerando as formações discursivas de dada formação ideológica, mostrando que linguagem e ideologia não devem ser dissociadas. Desse modo, os sentidos não são aderidos às palavras e às sentenças, mas mudam de acordo com as posições atreladas a determinadas matrizes de sentidos, as formações discursivas. Sobre isso, Orlandi (2007, p. 20) afirma que “as formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes.”.

Ao explicar sobre as condições de produção, Orlandi (1999) ainda estabelece uma distinção e agrupa-as em: condição de produção em sentido amplo e condição de produção em sentido estrito. A primeira ancora-se no contexto sócio-histórico-ideológico, enquanto a segunda abrange as circunstâncias da enunciação, isto é, o momento em que ocorre o dizer, seu contexto imediato.

Com o propósito de compreender as condições de produção em sentido amplo em que os sujeitos surdocegos do estudo encontram-se e como elas afetam a produção de sentido, tem-se as seguintes sequências discursivas de Margarida:

[SD8] Já passei por situações em que meus olhos já estavam cansados, os fechava e usava a Libras tátil, mas sentia que *a informação estava descontextualizada, que faltava as expressões e aquilo me angustiava*. A experiência de interpretação com ouvinte e surdo é diferente. O surdo tem uma forma de sinalização mais expressiva que é própria do “ser surdo”, da nossa mesma identificação com a língua (sinal de empatia). Já com o ouvinte não acontece o mesmo, falta algo. *Isso tem a ver com as identidades que são distintas*.

Quando questionada sobre a forma como o surdocego percebe as expressões faciais gramaticais, uma das questões evocadas por Margarida é sobre o processo de tradução, elemento primordial do contexto sócio-histórico desses sujeitos. Sobre o trabalho tradutório, percebe-se que faz parte da formação imaginária a convicção (inconsciente) de que as palavras são autônomas e, sobretudo, de que para cada palavra de uma língua haverá uma correspondência em todas as outras (Rónai, 1976). Além disso, também concerne a essa formação imaginária a ideia de que a tradução é algo impessoal, neutro, em que não há tomadas de decisão, tampouco identificação do sujeito tradutor a algumas FDs e não a outras.

Nesta discussão não está sendo considerada em que circunstâncias é indicado haver um intérprete surdo ou ouvinte, mas sim a razão pela qual Margarida sente mais expressividade em um profissional em relação ao outro. A observação da entrevistada de que a experiência de tradução com um surdo e um ouvinte são diferentes deve-se também ao fato de que “no trabalho do intérprete não há o apagamento das determinações históricas, culturais, políticas, sociais, ideológicas” (Russo, 2010, p. 47) e linguísticas.

É inigualável a vivência de um surdo que tem a Libras como sua primeira língua com a experiência de um ouvinte que simboliza por meio de uma língua oral. São materialidades linguísticas distintas que fazem com que a forma que cada um deles se inscreve historicamente na produção de sentidos e, conseqüentemente, se exprime em sua atuação profissional.

Nestas condições de produção, o intérprete surdo materializa seu discurso por meio da mesma língua que a surdocega, ambos vivenciam essa língua enquanto base da construção dos efeitos de sentido, da forma de um consenso intersubjetivo

(Pêcheux, 1988) de estar no mundo, gerando uma identificação capaz de ser projetada no processo de interpretação. Desse modo, o sentido desencadeado para o sujeito surdocego é que a interpretação realizada por um sujeito surdo é completa, ideal.

Observa-se, nas sequências discursivas, que há também a construção de um “eu-surdo” que só seria completo com a interação com o grupo (um mesmo, um surdo como eu), o que coloca em jogo o processo tradutório que por si só produz alguns sentidos e não outros. A ilusão de completude da língua, da tradução e, em última instância, do próprio sujeito que se entende como uno, centrado, homogêneo e faz com que o sujeito surdocego considere que algo falta na interpretação (tradução) feita pelo ouvinte. Assim sendo, a tradução realizada por um ouvinte torna-se ilusoriamente “não mais o mesmo”, ou seja, uma tradução que não promoveria, assim, a ilusão de completude.

O início de SD8 abarca outro fato que faz parte da condição de produção em sentido amplo: a ausência das expressões faciais e corporais que compõem parte da cena enunciativa. Por meio do recorte, nota-se que, enquanto está de olhos abertos percebendo a língua por meio da visão em campo reduzido, Margarida afirma obter mais informações do ambiente e os sentidos são produzidos seguindo um dado direcionamento. Após fechar os olhos e receber as informações na modalidade tátil da Libras, a surdocega indica que há descontextualização, ou seja, há outros efeitos de sentido que divergem. A distinção da materialidade linguística gera alterações na produção de sentido, causados por aquilo que se acreditava ter de acesso informacional que antes eram percebidas visualmente.

Cabe destacar que no processo de tradução de uma língua para outra não é possível realizar uma transcrição exata dos textos, o que se torna ainda mais complexo quando se trata de uma língua oral para uma língua de sinais tátil, cuja materialidade linguística perpassa por outras vias sensoriais. Sendo assim, além da incompletude que é própria a todo processo discursivo, há limitações que fazem parte da tradução entre línguas distintas e, no contexto da guia-interpretação, ainda existem outros (des)limites entre a relação do verbal e não-verbal (das várias materialidades significantes envolvidas) em um curto espaço de tempo, compelindo a vários não-ditos.

Como forma de pensar tais não-ditos, retomemos Dela-Silva *et al.* (2022, p. 120) que discorrem sobre o dito e o não dito e afirmam que no campo da linguagem

há diferentes abordagens sobre a temática, incluindo a concepção de silêncio como a mais corrente. Para o Pragmatismo e as teorias da argumentação, “o silêncio é tomado como aquilo que não foi dito, mas que é suscetível de ser dito”, [...] em outros termos, o silêncio “é entendido como um lugar vazio que circunda e limita a palavra.”, tomando o lugar de elipses ou implícitos. Já nos estudos que têm como norte a análise da conversação, o silêncio é entendido como hesitações ou pausas significativas na organização dos turnos de fala dos interlocutores. Ambas as perspectivas mostram que o silêncio tem um espaço nas diferentes abordagens linguísticas.

Contudo, em “As formas do silêncio: nos movimentos dos sentidos”, Orlandi (2007) amplia os horizontes sobre o não dito e o silêncio. Na obra, a autora destaca que “O homem está “condenado” a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à “interpretação”: tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico.” (2007, p. 29-30). Portanto, mesmo que no imaginário social haja um apagamento da significação do silêncio, em um mundo simbólico, inevitavelmente ele abarcará uma materialidade significativa.

O silêncio enquanto espaço de significação marca a condição de incompletude da linguagem e faz parte de todo processo discursivo. Assim,

[...] a incompletude é fundamental no dizer. É a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. E é o silêncio que preside essa possibilidade. A linguagem empurra o que ela não é para o “nada”. Mas o silêncio significa esse “nada” se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentido se apresentam (Orlandi, 2007. 47).

Em suma, diante da relevância e profundidade da noção, Orlandi (2007, p. 24) descreve as formas do silêncio:

- 1) O silêncio fundador que “existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante”, estabelecendo uma relação com o que é dito, anterior ou posterior a palavra. O silêncio fundador não é “identificável”, uma vez que os sentidos são dispersos e podem se desenvolver em várias direções.
- 2) A política do silêncio ou silenciamento que se divide em:
 - a) silêncio constitutivo, cuja forma opta-se por dizer uma coisa, para não dizer outra, apagando alguns sentidos que se quer evitar. Um exemplo seria o emprego dos termos “ataque golpista” e “manifestação” para explicar as invasões ocorridas no

Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal e no Palácio do Planalto em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023. A forma de denominar o ocorrido estará vinculada a formação discursiva com a qual o sujeito se identifica. Assim, há o silenciamento de um termo para dar destaque a outro.

b) silêncio local, que se refere propriamente a censura, em que dentro de uma conjuntura política há a interdição do dizer, a proibição, impedindo o sujeito de se identificar com determinada formação discursiva.

Os sujeitos encontram-se sempre na ilusão de que são capazes de dizer tudo e apreender todos os sentidos de um enunciado, mas o silêncio destaca essa incompletude, uma vez que a falha e o (im)possível são constitutivos e dão margem a sentidos múltiplos e moventes. Contudo, o excesso desse “não-dito” pode engendrar em uma perspectiva negativa ao sujeito, uma vez que quanto maior o não-dito sobre a cena enunciativa, maior as possibilidades de sentido, que indica ser o caso da formulação produzida por Margarida.

Para Orlandi (2007), “O silêncio não é o vazio, ou o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isso nos leva à compreensão do “vazio” da linguagem como um horizonte e não como falta”. (p. 68). Estar no silêncio é uma forma de estar no sentido, ou seja, não é a falta e sim o excesso.

Entretanto, esse horizonte pode se tornar amplo demais e o sujeito surdocego pode ficar perdido em meio a tantas possibilidades de sentidos, o que o levará a um excesso improdutivo. Quanto maior o nível de silêncio, implicará inclusive em sentidos outros que estejam fora do cenário sócio-histórico-cultural da enunciação. Com isso, leva-se a crer que “[...] ao silenciar sobre algo, o locutor prende o interlocutor no quadro discursivo limitado por esse silêncio. Esse compromisso instituído pelo enunciador poderá, ou não, ser cumprido pelo interlocutor”(Orlandi, 2003, p. 264).

Ainda sobre o não-dito e suas interferências nas condições de produção, algumas sequências discursivas com ênfase no contexto imediato retiradas da entrevista de Shirley serão analisadas. Em uma pergunta extra (além do questionário) feita pela pesquisadora sobre a experiência com a Libras tátil em palestras, congressos e eventos, Shirley destaca:

[SD9] Na minha experiência nesses lugares, eu percebo o que... por exemplo, há um palestrante falando, o intérprete traduz, se o palestrante fala muito rápido é ruim, é necessário pedir que ele fale mais devagar para a tradução, isso é igual [para surdos e surdocegos].

Agora, se um palestrante surdo sinalizando, por exemplo, e o intérprete faz a transmissão exata do que está sendo sinalizado, às vezes *eu não entendo, falta complementação. Pode ter mais uma pessoa [intérprete] fazendo a comunicação háptica, porque o palestrante pode estar fazendo apontações [apontar para várias direções] durante a fala e eu pergunto: “O que ele está apontando? Eu não vejo!”*.

Por exemplo, em relação aos slides, o palestrante pode estar apontando para os slides e eu não enxergo o que tem neles. Se o guia-intérprete faz a reprodução exata do que o palestrante sinaliza, eu não sei do que se trata. O guia-intérprete precisa olhar os slides e dizer: “É uma árvore, uma fruta, uma casa”.

Precisa complementar em língua de sinais. É igual a audiodescrição, vai acrescentando informação. Se estiver fazendo exatamente igual ao que está sendo sinalizado pelo palestrante, sem audiodescrição, *sem complementação, o surdocego não entende, fica faltando*. “Se eu não estou vendo, desculpa, precisa informar o que está sendo apontado.”

No trecho “sem audiodescrição, sem complementação, o surdocego não entende, fica faltando.” sugere que a ausência de componentes que fazem parte do contexto imediato pode conduzir a um efeito de sentido muito distinto daquele que se projeta como sendo o alcançado pelos demais sujeitos que têm acesso àquilo que é posto visualmente a significar nos ambientes acadêmicos (como palestras, por exemplo). Esse gesto argumentativo da entrevista parece se sustentar na impossibilidade de acessar a materialidade que é posta na cena enunciativa. Mesmo que a totalidade de compreensão dos sentidos seja algo impossível para qualquer sujeito (seja vidente-ouvinte ou não), pois a incompletude é um elemento constitutivo da linguagem, os sujeitos surdocegos desejam alcançar as diversas materialidades significantes que fazem parte dos ambientes sociais por onde circulam.

Quando Shirley indica a comunicação social háptica, denota que ela deseja ter acesso às várias materialidades significantes, uma no entremeio da outra, (Lagazzi, 2011) que compõem a circunstância de enunciação e produz sentidos. Como afirma Orlandi (1995),

A significação é um movimento, um trabalho na história e as diferentes linguagens com suas diferentes matérias significantes são partes constitutivas dessa história. Mais uma vez se reafirma o caráter de incompletude da linguagem (melhor seria dizer das linguagens). (...) É no conjunto heteróclito das diferentes linguagens que o homem significa. As várias linguagens são assim uma necessidade histórica. (Orlandi, 1995, p. 40).

Assim como os demais sujeitos, Shirley quer acessar as diferentes linguagens daquela cena enunciativa e julga que isso seria possível por meio da comunicação

social háptica, ou seja, por meio de uma descrição háptica dos elementos visuais. Como afirma Orlandi (1995), a descrição abre a possibilidade de interpretação e de acessar essas materialidades por meio dela, oportunizando outros gestos de interpretação.

Como mencionado anteriormente sobre a função social do guia-intérprete, cabe ao profissional, além de traduzir o que está sendo falado/sinalizado, descrever o que ocorre ao redor. No tipo de ambiente exposto, é comum os palestrantes utilizarem slides na intenção de complementar ou ilustrar o que está sendo apresentado. Quando essas informações não são vistas ou não chegam de alguma maneira aos participantes, haverá interferências no processo de significação do dizer. O “não dito” pelo guia-intérprete pode afetar significativamente os elementos que fazem parte da cena enunciativa.

Em outro recorte, Shirley declara:

[SD10] Outra coisa, por exemplo, se tem vários palestrantes na mesa e em cada momento um fala: “Quem falou? Quem?” Vão sinalizando direto sem avisar quem está falando. Precisa falar: “Agora é o primeiro palestrante, agora trocou” Precisa dizer quem está com a palavra. Se não avisa e vai sinalizando direto, eu questiono: “Quem falou? Eu não entendo. Foi esse palestrante ou aquele palestrante?” *Eu fico alheia a informação, por isso não entendo direito, parece que a compreensão é ruim.*

Eu pergunto: “Foi essa pessoa que disse isso? Quem foi?” *Precisa falar, fazer a audiodescrição, é para esclarecer, dizer quem está com a palavra, complementar, é necessária essa informação a mais.* Entende? A informação não é passada da mesma forma, é impossível, é difícil.

Nesse trecho, observa-se que é comum ocorrer a troca de interlocutor e o sujeito surdocego não ser informado de tal alteração. Essa troca de sujeitos que enunciam é um dado relevante para o estabelecimento do sentido e é normalmente verificado por quem pode obter essa informação por meio da visão e/ou audição. O sujeito-palestrante, como qualquer outro sujeito, perpassa pela projeção, como afirma Orlandi (1999, p.40), “em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito)”. Ou seja, o efeito de sentido será diretamente afetado pela posição que o sujeito ocupa e, nesse contexto mencionado, também estará atrelada a sua legitimidade institucional.

Como afirma Zoppi-Fontana (2017),

[...] se é a posição-sujeito que determina os sentidos dos enunciados a partir do funcionamento da memória discursiva, é na enunciação de um sujeito em determinadas condições de produção que esse dizer poderá ser reconhecido como legítimo relativamente a um determinado lugar enunciativo. (p. 66).

Saber o lugar social (empírico) de quem fala aponta para uma questão que não é em si uma posição sujeito, mas como a posição sujeito-palestrante é reconhecida e legitimado como tal, há também a produção de determinados efeitos de sentido que estão vinculados à constatação da presença desse sujeito palestrante e os efeitos de sentido vinculados a ela. Efeitos esses de legitimidade que são considerados importantes para o sujeito, de acordo com suas projeções discursivas. A legitimidade do sujeito-palestrante se dá institucionalmente pelo reconhecimento de seus pares, ou melhor, sua representatividade (Lagazzi, 2007).

Ao analisar as sequências discursivas, considerando também as formas do silêncio, observa-se que o silêncio fundador descrito por Orlandi (2007) pode nos ajudar a compreender os dizeres de Shirley e Margarida, uma vez que o não-dito significa e interfere na produção de sentidos. Sobre a política do silêncio, a autora declara que “há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política.” (2007, p. 53). Já no processo de guia-interpretação, diz-se “uma” coisa porque não é possível dizer “todas as outras”, o que também recorta o dizer e direciona o processo de significação do sujeito surdocego.

O silenciamento dos fatos visuais ocorre pela não-condição de acessar as diversas formas do simbólico (textos, imagem, interações, reações etc) que compõem a cena enunciativa quer seja por uma falta de conhecimento do processo de guia-interpretação, quer seja pela escassez de tempo para a tradução de tantos elementos. O contato com esses sujeitos suscita a compreensão de que essa forma de silêncio ocorre principalmente pela impossibilidade de dizer por meio de um corpo limitado pelo tempo e pela carga excessiva de sentidos possíveis. Dessa forma, o corpo que materializa o discurso também tem suas limitações que são impostas pela linguagem, pelo simbólico.

Deve-se considerar que os efeitos de sentido se darão para cada interlocutor de uma forma, pois compartilhar do mesmo tempo, espaço e formação discursiva não garantirá que as interpretações sejam as mesmas, uma vez que a experiência de cada

um com o mundo é singular. Dito de outra forma, o gesto de interpretação está atrelado, portanto, à própria historicidade na qual o sujeito surdocego está inserido. Ao mudar de sujeito, decerto alteram-se os sentidos, ou melhor, os efeitos de sentidos produzidos. Contudo, é justo que em um ambiente como o acadêmico, todos possam ter acesso às materialidades significantes que compõem as cenas de enunciação. A questão parece ser como mobilizar tantos efeitos de sentidos produzidos pelas diversas materialidades significantes em um determinado espaço temporal.

Com a perda da visão, os sujeitos surdos se deslocam de sua inscrição pela via visual-espacial com a língua para uma experiência tátil. Isso implica em uma nova forma de se inserir no simbólico, o que gera uma série de alterações para a produção de sentidos, que perpassam também pela tradução e interpretação e guiamento de outros na relação entre-línguas. A acessibilidade comunicacional é posta como essencial em todas as instâncias sociais, sobretudo a educacional, para que a partir daí o sujeito surdo que não possui a visão tenha acesso à materialidade discursiva que o circunda e que lhe possibilita produzir efeitos de sentido.

4.3 O corpo que dói: corpo marcado pela língua e pela historicidade

Figura 45 - Epígrafe Troca de braços



*“há a troca de intérpretes para a tradução, mas eu vou permanecer ali,
não tenho como retirar os meus braços e trocar.”*

(Margarida)

Este tópico de análise surge curiosamente a partir de perguntas distintas do questionário das entrevistas, mas que suscitaram uma mesma questão: o corpo que dói, que incomoda, que é afetado por uma língua em trânsito, cuja modalidade se deu de forma compulsória e que deixa suas marcas.

Antes de se debruçar sobre os dizeres das mulheres surdocegas, faz-se necessário compreender como o corpo é considerado pela AD. Consta no Glossário de Termos do Discurso que:

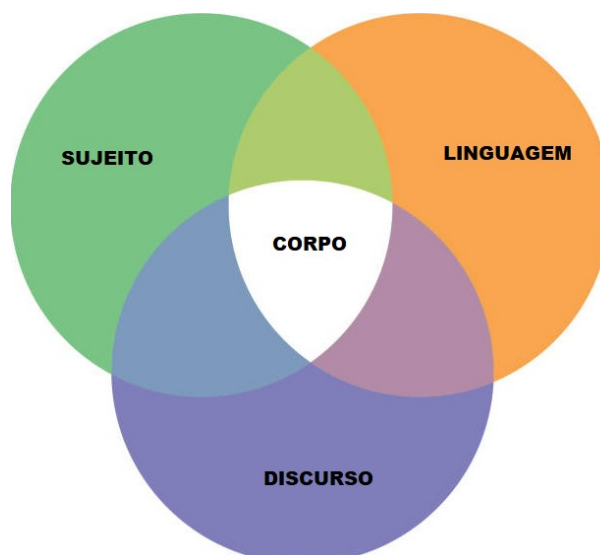
O corpo em AD é considerado como uma materialidade significativa ou materialidade do sujeito. Mais do que carne e osso, o corpo é (e)feito de linguagem, tornando-se *corpodiscurso*, na medida em que passa pelo processo de discursivização. Em sua dimensão real, simbólica e imaginária, o corpo está sujeito à interpretação. Interpelado pela ideologia, marcado pelo significativo e atravessado pela cultura, torna-se, ao mesmo tempo, escritura e lugar de resistência (Bressan, 2020, p. 55).

Nessa perspectiva, corpo passou a ser tomado como objeto discursivo por ser entendido como uma materialidade significativa, capaz de produzir sentidos e tornar (in)visível o sujeito e a cultura. Assim, como afirma Bressan (2020), retomando as considerações de Souza (2010), nas dimensões real, simbólica e imaginária, o corpo é suscetível à interpretação, devido ao fato de ser afetado pela linguagem, interpelado pela ideologia e inscrito na história.

A matéria feita de carne e osso submetida às condições de produção, desencadeia efeitos de sentido. A partir dessa reflexão, Souza (2010) destaca que o corpo se torna *corpodiscurso* ao passar pelo processo de discursivização, ou seja, ao ser interpelado pela ideologia.

De acordo com Ferreira (2015), para os analistas do discurso, o corpo é discurso e forma de subjetivação. Dessa forma, além de ser o lugar em que o sujeito habita, ele também é o próprio sujeito, em que a linguagem se configura como constitutiva do sujeito, do corpo e do discurso. Para ilustrar tal reflexão, Ferreira (2015) elaborou o seguinte diagrama:

Figura 46 - Diagrama



Fonte: Ferreira, 2015, p. 16.
(cores acrescentadas pela Autora da tese)

Nesse esquema, a analista de discurso mostra “o corpo, como discurso, sendo constituído pelo sujeito e pela linguagem” (*ibidem*, p. 16). Observa-se que nessa perspectiva, não há espaço para compartimentação desses elementos, uma vez que um pressupõe a existência, a organização e a manutenção do outro.

Podemos relacionar tal reflexão com nosso *corpus* discursivo. Em um dos momentos da entrevista de Shirley, esse corpodiscurso comparece no fio discursivo mesmo sem que a pesquisadora o tenha introduzido diretamente no roteiro da entrevista. Ao ser questionada sobre o que pode ser feito para se comunicar melhor com as pessoas, dá-se a seguinte resposta:

[SD11] Há problemas em relação ao conforto. *O corpo dói, por causa da posição que ficamos para nos comunicar.* Não é todos os dias que uso a Libras tátil, por exemplo, há dias que eu posso encontrar alguém na escola ou em congressos e eu precise usar a Libras tátil. *É bem cansativo.* Se eu usasse todos os dias, tudo bem, mas eu não uso, pois faço minhas tarefas de casa também, então *o corpo não se acostuma a usar sempre* e, quando é necessário, *ficamos com muitas dores.* Por isso é bom a pessoa surdocega fazer academia, para fortalecer e preparar o corpo para que ele fique melhor, pois quando não frequenta, você sente dores.

O dizer de Shirley produz o efeito de que uma boa comunicação passa pelo conforto do corpo. O uso da língua, ora visual-espacial, ora tátil, reflete diretamente na relação do sujeito com sua morada, o corpo. Este sente-se cansado com essa inconstância causada pela retinose pigmentar, que faz com que em um dado momento

a surdocega faça uso da Libras em campo reduzido e em outros, da Libras tátil. A flutuação entre as duas modalidades da língua gera muitas dores e faz com que Shirley busque fortalecer sua estrutura física e ganhar resistência para que a língua se materialize sem incômodos no corpo.

Shirley continua:

[SD12] Outro aspecto é que *precisamos ter uma mesa para apoiarmos os braços quando nos comunicamos por longos períodos em Libras tátil*, porque depois de horas sentimos muita dor na coluna. Antes de ficar surdocega, quando eu era surda, eu conversava por horas em Libras, por exemplo, fim de semana em bares, restaurantes, shopping, ficava até de madrugada conversando com amigos surdos. Depois que fiquei surdocega, *eu não consigo mais fazer isso, porque eu sinto muitas dores no corpo e quero ir logo embora*. Às vezes as pessoas querem conversar e recuso, porque *estou muito cansada e com dores nos braços...* Eu não consigo. Por isso que precisa de boa luminosidade para eu poder me comunicar em Libras em campo reduzido. *A coluna dói muito e eu não consigo mais conversar, fico quieta*. Por isso que é importante a questão do conforto, da mesa, da luminosidade.

A alteração na materialidade da Libras faz com que Shirley necessite do suporte de uma mesa para sustentar seus braços, assim o corpo é amparado fisicamente para sustentar a linguagem e, por conseguinte, o discurso. A ausência de um encosto para apoiar os braços e possibilitar a comunicação sobrecarrega a coluna e leva-a a sentir muita dor, sendo assim, pode-se dizer que o peso de sustentar essa língua tátil, sem um suporte físico (uma extensão), acarreta malefícios para o corpo. Para além disso, segundo a entrevistada, o desprovemento desse alicerce também gera prejuízos na interação social, uma vez que conversas mais longas se tornam penosas.

Shirley recorda-se que, antes de ficar surdocega, era capaz de conversar por horas em Libras e adentrar a madrugada com seus amigos em bares, restaurantes e shoppings durante os fins de semana, mas que isso já não é mais possível, pois o cansaço causado pelo esforço em se comunicar faz com que ela deseje o retorno precoce para sua casa. Um corpodiscurso que se cala diante da dor, em virtude do esforço que lhe é imposto.

Quando Shirley afirma que “Às vezes as pessoas querem conversar e eu recuso, porque estou muito cansada e com dores nos braços... Eu não consigo.” aponta que ela encerra as conversas não pela falta de vontade para tal, mas pela necessidade de dar trégua a esse corpo que se esforça imensamente para

materializar o seu discurso por meio de uma língua transfigurada, cujo corpo ainda não se adaptou e rompe em silêncio (“fico quieta”), o que pode afetar negativamente as relações sociais.

Uma das maneiras de minimizar os incômodos é estar em um ambiente bem iluminado, já que dessa forma a surdocega pode usar também a Libras em campo reduzido, colocando seu resíduo visual em ação e dando folga para seus braços. Sendo assim, os suportes físicos (boa iluminação e mesa) dão subsídios para que Shirley materialize o discurso, além de prolongar o tempo de interação com o Outro. Corpo que se significa pelo esforço e sobrecarrega o próprio corpo, pelo assujeitamento a duas modalidades da língua (Libras e Libras tátil) que impõem limites outros ao corpo do sujeito surdocego.

Podemos dizer que, considerando que a materialidade do sujeito implica o corpo e o sentido, levando-se em conta as novas formas de assujeitamento, apresenta-se também outra organização na materialidade da língua, e, no mundo, novas formas de articulação entre eu-tu-ele. Novas corporalidades [...] (Orlandi, 2017, p. 235).

Ao alterar a materialidade da língua, alteram-se as formas de articulação entre eu-tu-ele e criam-se novas relações com o corpo surdocego. Desse modo, ao materializar a Libras pela via tátil e não mais pela visual-espacial, muda-se a articulação entre o eu surdocego e o Outro, tal qual o modo como esse corpo se porta, comunica, interage e significa. Em decorrência disso, criam-se novas formas de inscrição no simbólico que produzem outros gestos de interpretação desse corpodiscurso surdocego.

Um outro fato relacionado ao corpo foi verificado durante a entrevista de Margarida, que usava uma luva imobilizadora na mão direita. Fisgada pela estranheza, a pesquisadora lança uma pergunta fora do roteiro pré-estabelecido, questionando se a surdocega passou a ter problemas quando começou a usar a Libras tátil. A entrevistada responde:

[SD13] Verdade, é sofrido. Em eventos que eu fico o dia todo, mais os momentos em que eu bato-papo com os surdos em Libras tátil... *eu tenho que aguentar*. Aí eu me distancio para usar a Libras em campo reduzido, meus olhos cansam e começam a lacrimejar. Precisamos de tempo, porque há essas diferenças entre o surdo e o surdocego. Por exemplo, *há a troca de intérpretes para a tradução, mas eu vou permanecer ali, não tenho como retirar os meus braços e trocar*. Se eu paro para descansar, eu perco conteúdo das palestras, fico com informações fragmentadas. Isso me aborrece. Às vezes, eu fico, insisto porque não quero perder nada, mas

depois *eu sinto muitas dores nos ombros*. Já são três anos em que sinto essas dores nos ombros. Eu procuro intercalar com a Libras em campo reduzido. Agora eu fico três, quatro horas e depois vou para casa dormir (humor).

Logo no início dessa sequência discursiva, observa-se um dizer marcante quando Margarida sinaliza “eu tenho que aguentar”. Tal afirmação desencadeia o efeito de sentido de que é preciso suportar as dores físicas para ser um sujeito capaz de enunciar e se inscrever na história.

Em seguida, assim como acontece com Shirley, a necessidade de dar descanso aos braços, faz com que Margarida use a Libras em campo reduzido, mas também com o tempo começa a ser castigado pelo esforço e lacrimeira, evidenciando que seus olhos já não são mais capazes de manter a interlocução.

Posteriormente, Margarida relata algo que é frequente em espaços de enunciação em que há a presença de surdos e surdocegos: o revezamento dos intérpretes de Libras e guias-intérpretes⁴³. Como se trata de uma prática muito desgastante, há a orientação de regime de revezamento de profissionais em trabalhos que ultrapassem uma hora de duração⁴⁴, para que não comprometa a qualidade do serviço oferecido. Contudo, esquecem-se de que não é apenas os intérpretes e guias-intérpretes que precisam de pausa, mas também o sujeito surdocego. Esse fato mostra o apagamento sofrido pelos sujeitos surdocegos principalmente diante de suas necessidades comunicacionais.

Enunciar para o sujeito surdocego significa dor. Há uma dor física e uma dor social ocasionada pela Síndrome de Usher que limita a permanência no mundo simbólico, uma vez que o cansaço e as dores fazem com que o corpo desista, condenando-o ao silenciamento operado pela deficiência, pela ordem do patológico.

A reflexão de Barros (2014) corrobora com essa análise,

⁴³ “Art. 5º A duração do trabalho dos profissionais de que trata essa Lei será de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta) horas semanais). Parágrafo único. O trabalho de tradução e interpretação superior a uma hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais” (Brasil, 2023).

⁴⁴ De acordo com Nota Técnica da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais-FEBRAPILS (2017), “as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas com esses profissionais recomendam a troca entre as funções de uma equipe de intérpretes num período de 20 até 30 minutos. Estudos indicam que esse período é o tempo adequado para a concentração do intérprete, depois desse tempo (20m-30m), inicia-se um processo de fadiga mental que afeta a produção da mensagem. Quanto mais longa a interpretação, mais erros e omissões podem ocorrer. Essa troca é fundamental para garantir permanentemente um nível elevado na qualidade da produção na língua-alvo.”

Ao circularem os sentidos de normatização, da estabilização e da regulamentação dos sentidos, está posto em funcionamento pelas condições de produção uma prática homogeneizante que implica no apagamento dos sujeitos que não se adequam, ou que não estão aptos por uma situação de deficiência (Barros, 2014, p. 253).

Em um espaço de enunciação em que se espera a produção de formulações em Libras, uma língua visual-espacial, práticas heterogêneas que fogem às formações imaginárias que compõem essa condição de produção são invisibilizadas ou simplesmente esquecidas. Isso contribui para o apagamento daqueles que possuem dupla privação sensorial, ou seja, os que não se adequam em um lugar em que a estabilidade consiste em ser apenas surdo.

Ao explicar sobre o corpo e o espaço urbano, Orlandi (2012) destaca a existência de:

[...] marcas produzidas pela inserção do sujeito com a materialidade em um outro espaço de significação: o urbano e o rural. [...] Comecei a observar o modo como os corpos investidos de sentidos, na materialidade dos sujeitos, textualizavam-se. (p. 86).

A esse processo referente à postura corporal e ao uso de piercings e tatuagens, a autora denominou de “narratividade urbana”, a fim de marcar um espaço de significação. Apropriamo-nos e deslocamos o sentido do termo cunhado por Orlandi (2012), a situação descrita por Margarida marca uma “narratividade da invisibilidade” em um espaço de esquecimento.⁴⁵

Há o descaso desses corpos que se cansam, que não são capazes de “retirar seus braços e trocá-los” e que, por fim, precisam decidir entre o acesso às determinadas condições de produção de sentidos, acompanhadas pelas dores físicas ou o descanso, acompanhado pela exclusão da inserção na história.

O corpo de Margarida mostra as marcas produzidas principalmente pelas formas como esse corpo significa em nossa cultura. Segundo Orlandi (2012),

[...] em sua materialidade, os sujeitos textualizam seu corpo pela maneira mesma como estão nele significados, e se deslocam na sociedade e na história: corpos segregados, corpos legítimos, corpos tatuados. Corpos integrados. Corpos fora do lugar. O comum, o normatizado, o hegemônico. O

⁴⁵ Assim como as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito (Pêcheux, 1988), também são elas a determinarem o que pode e deve ser visível, ou seja, a visibilidade é historicamente determinada pela formação discursiva em que o sujeito a produz (Ernst; Quevedo, 2013).

corpo do rico e do pobre. Temos observado as distintas formas como o corpo significa, se textualiza, circula pela existência de significantes distintos, sendo o homem um sujeito que interpreta e é interpretado (p. 87).

Um corpo de um sujeito surdocego que se textualiza pela dor e por ela é interpelado. Enquanto seres simbólicos e histórico-sociais, o corpo sofre e significa também pela interpretação do Outro, e, na SD de Margarida, vê-se que o corpo surdocego não é significado como parte dos eventos em que há produção de conhecimento, uma vez que disponibilizam profissionais para a tradução da “mensagem”, mas sem todos os aparatos necessários para o acesso às condições de produção, como o tempo para descanso, a mesa para apoio etc.

Posterior ao que foi dito por Margarida na SD13, ela conta que,

[SD14] Quando eu estive na conferência em Boston, eu fiquei admirada, porque *havia intervalo de uma hora para descanso*, banheiro, lanche, para ficar à vontade. E cada surdocego estava acompanhado por um guia-intérprete. *Após duas horas de evento havia intervalo*. Eu fiquei admirada e eram menos horas de evento.

A experiência vivida por Margarida em Boston demonstra como o corpo do surdocego significa na cultura daquele espaço de enunciação outro. Decerto deve-se considerar que se tratava de uma conferência para esse público, mas essa organização temporal pensada na especificidade comunicacional dos sujeitos surdocegos não é vista no Brasil.

Essa relação da cultura com o corpo pode ser vista em Ferreira (2015), em seu diálogo com os estudos antropológicos de Marcel Mauss, que consideram o corpo como objeto cultural. Na perspectiva do antropólogo, “técnicas corporais” correspondem ao mapeamento sociocultural do tempo e do espaço dos homens e de suas respectivas sociedades. Dessa maneira, o corpo é interpretado e interpelado de acordo com a cultura em que o sujeito está inserido.

Por fim, cabe retomar que para a Análise de Discurso,

[...] o corpo, enquanto objeto teórico e categoria de análise encontra-se determinado por novas formas de assujeitamento e, portanto, associado à noção de ideologia. [...] Mais do que objeto teórico, o corpo é comparado como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas condições de produção, sua historicidade e a cultura que o constituem. (Ferreira, 2015, p.22).

Como observado nas sequências discursivas de Shirley e Margarida, o corpo significa de acordo com a ideologia que o interpela. O sentido dado aos corpos surdocegos são significados pelas práticas de seus grupos sociais e culturais e marcados por uma linguagem fora dos padrões de normatização dos sujeitos surdos. As dores relatadas pelas mulheres reservam aos seus corpos um espaço para sua historicização de invisibilidade.

4.4 O lugar do corpo surdocego na lógica capitalista

Figura 47 - Epígrafe “Apertava minhas mãos”



*“eu fiquei muito irritada com a maneira como me puxavam.
Apertavam, puxavam meus dedos e minhas mãos com força,
de qualquer maneira e isso dói, machuca.”
(Margarida)*

Ao discorrer sobre um sujeito que materializa o discurso por meio de uma língua tátil, verificou-se que o corpo comparece como uma temática que merece mais algumas páginas de análise. Enquanto o tópico anterior abrangeu sequências discursivas que tratam das marcas e das dores ocasionadas pela flutuação entre a Libras visual-espacial e a Libras tátil, este tópico abordará com mais ênfase o olhar e o tratamento do Outro para com o corpo surdocego, tal qual consubstanciado pela ideologia capitalista.

Para tanto, é imprescindível rememorar que o discurso não é manifestado apenas pelo dito, mas também por outras formas de ação, conforme Lagazzi (2009),

É importante ressaltar que, na Análise de Discurso, os elementos significantes não são considerados tendo como parâmetro o signo, mas a cadeia signifiante, o que permite ao analista buscá-los sempre em uma relação de movimento, de estabelecimento de relações a_ (p. 67).

Logo, o discurso também é revelado pela forma de agir e tratar o outro em meio aos elementos significantes que perpassam as relações sociais, produzindo sentidos e refletindo as formações ideológicas dominantes.

De acordo com Carrozza e Lambert (2015), no funcionamento de uma ideologia capitalista, a utilidade é uma condição primordial para uma existência social que também se aplica ao corpo. Desse modo, o corpo é categorizado como normal ou anormal relacionando-se diretamente a ser ou não ser útil de acordo com os propósitos da sociedade capitalista.

Em concordância com essa perspectiva, numa organização social em que se preza prevalentemente pela proporção “maior produtividade/menor tempo, maior lucro/menor custo”, os corpos surdocegos estarão constantemente designados a uma posição de anormal e não útil. Nessa conjuntura em que a produtividade e o lucro são considerados elementos basilares, os sujeitos que necessitam de mais tempo e mais recursos humanos para estar no mundo tornam-se incongruentes com a lógica capitalista vigente, refletindo assim na forma como são considerados e tratados nas relações sociais.

Para asseverar esse funcionamento discursivo, observa-se este recorte do dizer de Margarida quando questionada sobre o que não gosta que façam em seu corpo durante uma conversa em Libras tátil:

[SD15] Já aconteceram várias situações que me incomodaram. Mais ou menos no período entre 2010 e 2015, *eu fiquei muito irritada com a maneira como me puxavam. Apertavam, puxavam meus dedos e minhas mãos com força, de qualquer maneira e isso dói, machuca*. Eu ficava chateada e me sentia depreciada.

O dizer de Margarida produz o efeito de que seu corpo é arrastado de um lado para outro, ao invés de ser guiado por algumas pessoas que a acompanham. A forma com que seguram, apertam e puxam suas mãos também demonstra ausência de cuidado e empatia com um sujeito que depende do Outro para se deslocar, acessar informações e se comunicar. Tal tratamento gerou tanto desconforto ao ponto de Margarida destacar o período em que os episódios aconteceram de forma mais acentuada, gerando irritabilidade e incômodos em seu corpo.

A SD15 evidencia o “[...] mal-estar do sujeito contemporâneo e de como o corpo aí figura como o lugar onde o sujeito se sente vulnerável.” (Ferreira, 2015, p. 13). Um corpo que sem visão e audição é manipulado de forma grosseira, sendo destituído de sua subjetivação e tornando-se vulnerável ao controle do Outro, despertando um sentimento de depreciação. Margarida continua dizendo:

[SD16] Ao encontrar um surdocego, você precisa conversar primeiro para entender como deve ser o contato, ser “flexível”, *entender como é essa sobreposição das mãos, porque dói quando puxam*. Surdos e ouvintes se assustavam quando eu reagia de forma mais agressiva, mas é porque me machucavam ao me movimentar e me puxar de um lado para outro.

Margarida conta que ao encontrar um surdocego é preciso compreender como é o funcionamento de sua forma de comunicação para que não gere essas situações de desconforto mencionadas. Pode-se inferir que nesse primeiro contato é necessário abertura, “flexibilidade”, bem como mais tempo para iniciar um diálogo de maneira confortável para esses sujeitos. Cenário esse que se contrapõe a logicidade das relações sociais e de tempo do mundo capitalista.

Para além disso, Margarida percebe surpresa de surdos e ouvintes as suas reações mais enérgicas. Como se, enquanto passivo, esse corpo se tornasse “corpo ausente de sentidos e de sujeito. Um corpo-objeto à mercê do olhar e do querer do outro” (Ferreira, 2015, p.20) sendo movido abruptamente de um lado para outro; quando ativo, significa agressividade, desencadeando estranhamento no Outro.

Margarida relata outros inconvenientes:

[SD17] Incomoda também o surdo que exagera nas expressões faciais e eu não entendo. Isso tudo me incomoda e, olhando para essa situação, eu mudei e percebi que preciso informar as pessoas, *detalhar que esse contato deve ser sutil, leve, que as pessoas não devem bater, apertar ou puxar a mão do surdocego*, porque isso nos deixa estressados e parece que nossa sensibilidade é maior. E nós vamos aguentando esse tipo de coisa, guardando dentro de nós. Por isso que precisa explicar que o contato precisa ser mais leve.

Mesmo se tratando da mesma língua, muitos surdos usuários da Libras visual-espacial não têm conhecimento sobre a Libras tátil e a maneira de se comunicar com sujeitos surdocegos. Na formação imaginária, podemos sugerir que há certas projeções desse sujeito surdo que bastaria exagerar nas expressões faciais para que um sujeito surdocego entenda a informação. A diferença na materialidade da língua provoca desentendimentos que, na maioria das vezes, podem ser, de acordo com Margarida, sanados com uma explicação prévia do funcionamento de sua modalidade tátil. Contudo, na perspectiva discursiva, compreenda-se que os efeitos de sentidos produzidos são muitos e diversos, o que não garante que os sentidos produzidos por esses sujeitos sejam os mesmos projetados por Margarida em relação à modalidade tátil da língua.

Nota-se que Margarida precisa “aguentar” situações desagradáveis e que geram desconforto ao seu corpo para adentrar por outras vias no simbólico e interagir com os demais. Nessa sequência discursiva, um gesto de leitura possível é que os constantes momentos de estresse desencadeiam sentimentos e sensações negativas que são “guardadas” e suportadas pela surdocega. Assim, supõem-se que é quase impossível materializar o seu discurso sem vivenciar em algum momento de sua trajetória os desgostos mencionados.

No dizer de Anne também é possível constatar essa relação de dessubjetivação do corpo do sujeito surdocego. Quando questionada sobre a causa de sua deficiência, responde:

[SD18] Eu não sabia, descobri somente depois com 24 anos. Eu descobri, mas não foi pela minha família, porque *minha família nunca me contou nada*, sempre mantiveram segredo, nunca quiseram me contar. De tanto eu insistir, perguntei sobre o que eu tinha no olho e eles me explicaram que eu tinha uma doença chamada retinose pigmentar.

A omissão dos fatos relativos à sua condição por parte da família foi novamente mencionada quando Anne é questionada sobre como a alteração na visão começou a afetar sua comunicação em Libras:

[SD19] Antes eu enxergava e me comunicava em língua de sinais normalmente, depois com aproximadamente uns 20, 21 anos, se eu não me engano, não lembro ao certo, acredito que tenha sido dentro desse período, minha visão começou a escurecer e eu me sentia diferente. Eu não conseguia ver direito, tentava tocar porque eu não conseguia perceber as coisas. Posteriormente, eu insisti com a minha família pra me dizerem o que eu tinha e *eles não queriam me falar*. Mais ou menos com 24 anos, eu descobri que era surdocega.

A insistência sobre esse fato parece indicar que houve significativo descontentamento em relação à falta de esclarecimentos da família sobre o diagnóstico de Anne. Sentindo em seu corpo as alterações ocasionadas pela retinose pigmentar, não pode ter respostas sobre a doença que a acometia, mostrando assim “o corpo como espaço preferencial a receber a carga controladora” daqueles que se diziam responsáveis por ela (Ferreira, 2015, p. 21). A família, enquanto Aparelho Ideológico do Estado, reforça o controle ao qual somos ideologicamente submetidos, o que parece ser mais acentuado em corpos que não se enquadram em um padrão de normalidade e “utilidade” social e econômica.

O silenciamento dos familiares de Anne pode ser significado como um “discurso em suspenso” (Orlandi, 2002, p. 52). Ao discorrer sobre o modo de existência dos discursos⁴⁶, Orlandi (2002) emprega essa denominação para designar os discursos que são evitados, mas que se encontram ali, à margem, passíveis de virem à tona. O discurso sobre a retinose pigmentar estava em suspenso, rodeava Anne, mas nunca posto. Após muita insistência, o discurso não pode mais ficar à margem e tornou-se um dos elementos centrais que a fez tomar a posição de sujeito surdocego.

Pelo relato de Anne não se sabe se o conhecimento sobre o diagnóstico amenizaria a angústia provocada pela perda gradual da visão, contudo a insistência

⁴⁶ Orlandi (2002) expõe três modos de existência do discurso: “a) Discursos francamente *disponíveis*: o discurso social, o de que se lança mão no cotidiano, automaticamente, e nos preenche quando “não temos palavras”. Disso resulta a 1) discursos que tomamos *emprestado* ao que aí está à mão, à disposição; e a2) discursos com os quais nos identificamos e aos quais *aderimos*; b) há, ainda discursos em *suspenso*: são os evitados, mas que permanecem à margem, passíveis de virem à baila; e c) há os discursos flagrantemente *silenciados*, em que a relação com o “outro” discurso (outra Formação Discursiva) se faz pelo silenciamento: existe, neste caso, absorção da diferença, mecanismo que é o contrário da “deriva” (deslizamento, transferência que leva à produção do “outro” sentido). (Orlandi, 2002, p. 52-53).

em relatar o episódio mostra o quão importante era para ela ter informações do que estava acontecendo com o seu corpo, além de ser um direito. A omissão do diagnóstico significa o apagamento do sujeito surdocego que, enquanto pessoa com deficiência, não se enquadra nos sentidos da normatização, da estabilização e da regulamentação estipulado pelas ideologias dominantes, cujas condições de produção buscam sempre homogeneizar os sujeitos e seus corpos. Barros (2014) chega a essa reflexão a partir de Pfeiffer (2001):

Ao circularem os sentidos da normatização, da estabilização e da regulamentação dos sentidos, está posto em funcionamento pelas condições de produção uma prática homogeneizante que implica no apagamento dos sujeitos que não se adequam, ou que não estão aptos por uma situação de deficiência (Barros, 2014, p. 254).

Como afirma Ferreira (2015, p. 21), “é no corpo e pelo corpo, que o homem, o ser humano, sente todo o seu mal-estar e sensação de desamparo de forma mais aguda.”. É no corpo que essas mulheres percebem a vulnerabilidade, a falta de empatia, o controle e o desamparo. Isso ocorre porque:

[...] o corpo não escapa à determinação histórica, nem à interpelação ideológica do sujeito. O corpo não é infenso à ideologia. Por isso pode ser tão afetado quanto o é, em nossa sociedade de consumo, de mercado, de tecnologias. Ele funciona estruturado pelos modos de produção da vida material que condicionam o conjunto dos processos da vida social e política. (Orlandi, 2012, p. 95).

Corpos normalizados por uma formação social estruturada pela ideologia capitalista, que define a existência material dos sujeitos. Os dizeres de Margarida e Anne evidenciam a dessubjetivação que sofrem, designando-as ao controle, à ignorância e ao apagamento em meio a uma sociedade que preza pela produtividade, normatização e utilidade dos sujeitos.

4.5 O corpo adjacente

Figura 48 - Epígrafe Corpo adjacente



*“Estávamos passeando e eu estava observando algo bonito
e ela bateu com o rosto no poste.”
(Companheiro de Anne)*

Como mencionado anteriormente, na ânsia de obter mais respostas sobre o processo de transição da materialidade linguística das entrevistadas surdocegas, seus companheiros também foram convidados a enunciar e passaram a ter seus dizeres como parte do *corpus* desta pesquisa. Após o convite feito ao marido de Anne, todos

os demais também participaram das entrevistas semiestruturadas, em que foi elaborado um questionário específico para eles (apêndice E).

O discurso sobre as companheiras surdocegas é um lugar importante em que pode ser observado novos sentidos sobre ser um sujeito surdocego, a partir da perspectiva do outro que “caminha ao lado”. De acordo com Mariani (1998, p. 64),

Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja [...] já que o falar sobre transita na correlação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor.

Nessa visada discursiva, os sujeitos surdos descrevem experiências compartilhadas com suas companheiras, enquanto principais pares de comunicação e guias e enquanto espectadores das suas relações com o mundo e com os outros.

Os quatro homens são surdos e, assim como suas companheiras, também têm a Libras como sua língua de identificação. Quando Nice e Margarida começaram a se relacionar com seus então namorados, não se identificavam enquanto pessoas com deficiência visual ou surdocegas e ainda não faziam uso da Libras na modalidade tátil, apesar de já possuírem comprometimentos na visão.

[SD21 – Companheiro de Nice] O meu primeiro contato foi com ela quando ainda éramos namorados. O tempo se passou, casamos e depois ela ficou cega.

[SD20 – Companheiro de Margarida] Quando eu casei com a minha esposa, a gente usava a Libras em campo reduzido a uma certa distância. Com o tempo, o campo visual dela foi ficando cada vez menor, até que *passamos a usar a Libras tátil*.

Após anos juntos e mudanças na condição visual de suas companheiras, esses homens são impulsionados a significar em outra materialidade linguística para adentrar no mundo simbólico delas.

Já Shirley e Anne conheceram seus companheiros em momentos de suas vidas em que já era necessário materializar sua língua por meio do tato. E, mesmo que eles já tivessem tido contato com pessoas surdocegas, a relação com a modalidade tátil da Libras ainda era desconhecida.

[SD22 – Companheiro de Shirley] Antes de conhecê-la, eu conheci um homem que tinha o campo visual reduzido e *eu não sabia como lidar com ele*, mas eu acredito que esse homem não sabia Libras tátil. Às vezes, a gente

tentava se enquadrar no campo de visão dele e era difícil por causa da luz, mas eu nunca mais o encontrei. Depois de um tempo, eu conheci a Shirley e comecei a aprender sobre a Libras tátil e a surdocegueira.

[SD23 – Companheiro de Anne] Eu sou surdo e um dia eu me deparei com uma pessoa surdocega (esposa). Eu não a conhecia, tive o prazer em ter esse primeiro contato com a Libras tátil. *Eu nunca tinha “sentido” a Libras tátil*, achei diferente, legal. Ao usar a Libras tátil, eu era meio bruto, pegava as mãos de maneira errada, puxava, porque *eu não sabia a forma correta*. Por exemplo, basta colocar sua mão embaixo da mão da pessoa surdocega para guiá-la, apenas isso. Esse foi no primeiro contato, nos tornamos amigos. Depois ela sumiu. Depois eu a vi no facebook. Eu conhecia vários surdos, mas nunca tinha tido a experiência com um surdocego. Aí a gente começou a trocar mensagens, a bater papo, até que ela sumiu. Depois nos reencontramos, conversamos até que a gente se olhou de uma forma diferente e começamos a namorar.

Nas SD 22 e 23, percebe-se que mesmo se tratando da língua com a qual se identifica, adentrar o simbólico por outra via sensorial não é uma tarefa trivial. A relação com a língua perpassa pelo corpo e pela história. Compreendemos que os corpos biológicos desses homens não vivenciavam a Libras materialmente como suas esposas, por isso foi preciso tempo e instrução para se adaptarem a modalidade tátil, como observado no dizer do marido de Shirley:

[SD24] Quando eu comecei a usar a Libras tátil, *parecia que eu sentia uma certa dificuldade* ou eu falava de forma rápida e reduzida, mas aí eu percebia que a pessoa surdocega não entendia nada do que eu havia falado. Então *eu tentei fazer algumas adaptações e fui aumentando gradativamente o contato até eu me acostumar*.

Apesar de estar em contato com sua língua de conforto, ele foi atravessado pela incapacidade de significar, por ser uma via do simbólico que não fazia parte de sua história e de seu grupo-cultura.

Quando questionado sobre o primeiro contato com pessoas com surdocegueira, além do companheiro de Anne mencioná-la, ele acrescenta:

[SD25] Me relacionar só com a Anne de surdocega, mas eu conheço algumas outras pessoas, alguns amigos surdos que têm uma visão mais central, e aí quando tocamos na mão deles é que conseguem perceber as coisas, mas *eles não falam que são surdocegos*, [...] há vários por aí, mas *eles não querem aceitar o sinal da surdocegueira e dizem somente que são surdos, porque têm vergonha*.

Podemos afirmar que mesmo havendo o contato linguístico com pessoas que já poderiam se enquadrar no que se compreende como surdocegueira pelo comprometimento significativo da visão e da audição, esses sujeitos não se

identificam como tal e distanciam-se do termo por desconhecimento ou não aceitação. O deslocamento da imagem de sujeito surdo para sujeito surdocego é complexo, pois abrange questões como o esclarecimento sobre a saúde ocular, as limitações e alterações no cotidiano impostas pelo quadro visual, uma nova maneira de enunciar em sua língua visual-espacial, bem como a relação com o Outro. Isso pode ser um longo processo e, como afirma Orlandi (1998),

[...] é preciso deixar um espaço [...] um espaço para que ele [sujeito] possa elaborar sua situação de contato e para que ele possa participar dinamicamente deste trabalho de compreensão de sua situação linguística enquanto sujeito que pratica sua cultura em uma diferença politicamente significada (p. 14).

Essa compreensão da situação linguística é algo que vai além do próprio sujeito surdocego, pois, em seu contato com o meio social, os demais também precisam estar abertos a significar por meio do tato, a estabelecer uma nova relação com a Libras. Ao serem perguntados se notavam alguma resistência por parte dos sujeitos surdos a usarem a Libras tátil, os cônjuges responderam:

[SD26 – Companheiro de Anne] Bem, eu vi que ela era surdocega, achei interessante e fui lá procurar saber, conversar, mas a maioria dos surdos não quer não, *a maioria fala que dá muito trabalho*, então eles nem se aproximam e dizem “*tem que guiar, a cabeça fica cheia*”, então... *os surdos não tem paciência*.

[SD27 – Companheiro de Nice] Existem algumas dificuldades. *As pessoas precisam ter paciência. Alguns aceitam bem, outros não conseguem se comunicar*, é bem diverso. Eu tento auxiliar e depois se saem bem.

[SD28 – Companheiro de Shirley] Na minha opinião, *há pessoas que não têm vontade de se comunicar por meio da Libras tátil*, porque demora mais. Já há outros que amam, mas também tem aqueles que não têm esse amor. É um público bem dividido.

[SD29 – Companheiro de Margarida] Tem algumas pessoas que gostam da Libras tátil, mas *não sabem como fazer*. Eu explico que elas podem tentar conversar e que a pessoa surdocega compreenda a situação e vai posicionar as mãos de maneira correta e mostrar como se faz. *Outras pessoas sentem dificuldade*. Varia, mas eu acredito que a maioria queira tentar essa forma de comunicação. *Uma minoria não se interessa*.

As sequências discursivas de 26 a 29 produzem o sentido de que a “dificuldade” e a “paciência” caminham lado a lado quando se trata do primeiro contato com um sujeito surdocego e a materialidade tátil da Libras. Ferreira (1996) aponta que a língua comporta um espaço para a falha e que o equívoco é estruturante, o que leva a crer

que por propriedade a língua já deixa brechas para essas ocorrências e dificuldades, e que, possivelmente, são mais recorrentes quando se refere de uma língua de entremeio, ou seja, que está entre duas materialidades linguísticas distintas. Ainda sobre a falha, Barbai (2011) afirma:

[...] a falha é sempre significativa, constituída pela ordem do simbólico, tendo a língua o seu lugar de materialização, de irrupção. Já o equívoco é a inscrição da falha na história, mostrando, portanto, o funcionamento da ideologia e do inconsciente (p. 380).

Além da falha, há o equívoco que marca o funcionamento ideológico da Libras tátil enquanto modalidade que não encontra espaço entre as FDs que defendem a Libras como língua natural dos surdos, que, como pôde ser observado neste estudo, é o grupo-cultura que as surdocegas conviveram desde o início de suas vidas e que até determinado momento se identificavam ou ainda se identificam. O discurso que a Libras tátil é uma possibilidade diversa de materializar a Libras ainda sofre apagamentos e expõe a invisibilidade desses sujeitos.

Esse “sem lugar” da Libras tátil pode impor outra condição: a “desfiliação social” do sujeito surdocego. Segundo Klautau *et al.* (2021),

O processo de desfiliação social tem ainda como efeito o desamparo discursivo (Rosa, 2002), o que ocorre quando as estruturas discursivas não são sólidas o suficiente para manter o vínculo social, faltando aos sujeitos recursos subjetivos que permitam a eles a elaboração de estratégias de defesa para a superação das dificuldades que se apresentam. Para Rosa (2013), essas vivências têm como resultado a perda de laços identificatórios dos semelhantes para com os grupos socialmente excluídos. Esse processo é fruto da condição de invisibilidade e do silenciamento mortífero a que são submetidos [...] (, p. 3-4).

Desse modo, a distinção entre as materialidades significantes da Libras visual-espacial e a Libras tátil pode gerar um enfraquecimento do vínculo social e dos laços identificatórios entre sujeitos surdos e surdocegos. Tudo parece indicar que esse sujeito surdocego, de alguma forma, desfaz, faz, refaz os laços sociais na confluência com outros sujeitos usuários da Libras, em uma tentativa de manutenção de “um laço social mínimo que o signifique” (Orlandi, 2010, p. 18).

A falta de visibilidade também pode levar a outro caminho: a compaixão. Ao se encontrar com um outro que é diferente, que é privado dos sentidos da visão e da audição (primordiais para a maioria das culturas) e que, muitas vezes, necessita da

mediação para enunciar e ter seu discurso acessado pelos demais, abre espaço para o que Haroche (1998) chama de amor social e político do outro.

Essa discussão é suscitada a partir do dizer do companheiro de Anne:

[SD30] Eu sempre tive paciência, sempre fiquei firme, levo pra onde tiver que levar, eu tenho um coração bom.

É possível analisar a SD30 com base no conceito de compaixão de Rousseau, trabalhado por Haroche (1998):

Rousseau faz da piedade um sentimento inato, que atenuará em cada um o amor de si mesmo. A piedade é um sentimento espontâneo que “nos leva sem reflexão ao socorro daqueles que vemos sofrer”. Essa repugnância em ver sofrer o outro, essa compaixão ou piedade aparecem como qualidades, disposições naturais, que constituem para Rousseau experiências imediatas que são acompanhadas da espontaneidade e do esquecimento de si mesmo, que repousam sobre a capacidade de abandono e de se perder no sofrimento do outro. Assim, Rousseau coloca que, da piedade inscrita na natureza do homem, nascem todas as virtudes sociais. Na realidade, “o que são a generosidade, a clemência, a humanidade senão a piedade aplicada aos fracos, aos culpados ou à espécie humana em geral” (Haroche, 1998, p. 150-151).

Um efeito de sentido produzido é que a assistência dada a sua esposa surdocega corrobora com sua autoimagem de sujeito de “bom coração”, que esquecendo-se de si, leva-a para todos os lugares e age com paciência, demonstrando assim sua “qualidade” de generoso, clemente e humano para com aquele sujeito que é visto socialmente como fraco e digno de piedade. Essa formação imaginária circunda não apenas os sujeitos surdocegos, mas os sujeitos com deficiência de modo geral, em que suas potencialidades são subjugadas e/ou apagadas e suas diferenças biológicas rotuladas e enfatizadas.

Há séculos essa prática discursiva inscreve os sujeitos com deficiência como frágeis, dignos de compaixão e ineficientes. O ato de discriminar e oprimir uma pessoa em decorrência de sua deficiência, comparando-a e taxando-a de incapaz por causa de diferenças e impedimentos corporais é denominado de capacitismo. Noção centrada na imagem discursiva de que pessoas sem deficiência são capazes e normais, atribuindo ao sujeito com deficiência o lugar de incapaz e anormal.⁴⁷ De acordo com Silva (2022),

⁴⁷ Conceito baseado no Glossário de termos relacionados à acessibilidade e deficiência. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos->

Historicamente, a pessoa com deficiência é inscrita numa rede discursiva vinculada à falta. Isso significa dizer que a alteridade da pessoa com deficiência não é pautada pelo que ela tem, ou acredita ter, mas pelo que falta a ela/nela. A falta se manifesta no corpo. Faltam a fala e a audição, em um mundo em que a comunicação é ordinariamente oral; falta a visão, onde a organização espacial é geralmente visual; faltam os braços que movem o trabalho sob demandas do capital; faltam as pernas na sociedade que exige aceleração. Significar uma pessoa com deficiência a partir do que falta é, atualmente, designado de capacitismo. (p.14).

Essa rede discursiva vinculada à falta conduz ao sentido de que a alteridade do sujeito com deficiência sempre é negativa. E ela agrava-se quando se trará de corpos em que a falta reside não apenas em um, mas em dois dos sentidos sensoriais relacionados à comunicação e à mobilidade.

Um possível gesto de leitura para a SD30 é que o esperado na convivência e no tratamento de um sujeito surdocego é o esgotamento da paciência e até mesmo o distanciamento e o abandono, em oposição ao emprego do enunciado “sempre fiquei firme”. Assim, quem se comporta de maneira contrária a essa formação imaginária recebe o título de sujeito de “bom coração”.

Cabe destacar que a ausência de acessibilidade, de recursos financeiros e humanos torna a vivência do sujeito surdocego, de seus familiares e colaboradores difícil e com muitos desafios, mas reduzir o surdocego a falta e intitular-se como sujeito “redentor” por conviver com ele, pode ser compreendida como uma atitude capacitista que precisa ser repensada e ressignificada.

Outro aspecto relevante presente no discurso desses sujeitos é a necessidade de suas presenças para descrever o mundo ao redor de suas companheiras. Vê-se isso na SD31 do parceiro de Nice, quando indagado sobre o tipo de pessoa que tem mais facilidade e abertura para se comunicar:

[SD31 – Companheiro de Nice] *É preciso ter paciência para se comunicar com um surdocego, porque você precisa orientar para que eles se localizem. Se há grandes mudanças no ambiente, como um prédio que mudou, faliu, passou por obra, eu preciso explicar para o surdocego, atualizar as informações e isso é trabalhoso. E se você não informa, o surdocego fica parado no tempo. É preciso informar, mostrar as novas tecnologias, porque eles ficam satisfeitos em saber das coisas que estão acontecendo na vida.*

Nas SD26 e 31 foi enunciado pelos sujeitos que a comunicação referente aos surdocegos é trabalhosa (*a maioria fala que dá muito trabalho / isso é trabalhoso*). Tanto a interação direta quanto a descrição do ambiente produzem o mesmo sentido. Uma leitura sobre esse fato é que “a vida moderna remete, em um grau cada vez maior, a grande maioria das relações sensoriais entre humanos para o sentido da visão unicamente” (Simmel, 1908, p. 633). Mesmo se tratando de uma reflexão do início do século XX, ela continua sendo atual e talvez tenha sido agravada pelo imediatismo imposto pelas novas relações de produção do capitalismo. Tudo aquilo que foge a fugacidade da visão, é caracterizado como laborioso, desgastante. Além disso, em “*E se você não informa, o surdocego fica parado no tempo*” significa que a ausência dessa descrição deixa o sujeito surdocego estagnado, no limbo, pois é a relação com o outro e com o contexto mais imediato que permitem que o sujeito elabore e construa sentido.

Essas noções também são observadas na SD32 do parceiro de Shirley, no momento em que é perguntado sobre as diferenças entre a Libras visual-espacial e a Libras tátil:

[SD32 – Companheiro de Shirley] Se estivermos batendo papo, em uma conversa informal, é igual, tem pouca diferença. Mas em um contexto mais formal de palestra, entrevista etc, precisa de uma informação mais completa. Precisa descrever as pessoas, descrever os apontamentos, dizer quem está falando e não apenas apontar para quem fala. A comunicação tátil demanda mais informações sobre o ambiente. Por exemplo, se um surdo pergunta onde fica o banheiro, é só você indicar a direção com as mãos que ele vai entender a informação visual. Para um surdocego é preciso informações táteis e mais específicas. Em uma conversa informal é praticamente a mesma coisa, mas em um contexto mais formal e amplo é necessário dar mais informações do ambiente.

Mesmo tratando-se de perguntas diferentes, a questão da descrição do ambiente aparece como algo indispensável para que o sujeito surdocego adentre o mundo simbólico. E essa entrada no simbólico depende da interpretação do Outro.

A comunicação tátil exige que o que é visual na cena enunciativa seja transportado de alguma forma para o tato. Contudo, como afirma Ferreira (2011), que trabalha o corpo como estrutura discursiva, o sujeito encontra na língua a sua forma de simbolizar, mesmo que não seja possível dizer tudo, “para falar do corpo desse lugar de entremeio, é preciso levar em conta tudo não se diz, todo não se é...” (p, 99). Ou seja, mesmo que haja um esforço constante de materializar pelo tato as

materialidades significantes que nos cercam, de acordo com a AD, a própria língua não permite que isso ocorra pela sua natureza incompleta.

Na vivência desses sujeitos, a incompletude da língua não é o único causador da impossibilidade do dizer, como consta em SD33:

[SD33 – Companheiro de Nice] Estávamos passeando e eu estava observando algo bonito e ela bateu com o rosto no poste. Ela brigou muito comigo, por eu estar distraído. Situações em que ela está caminhando e tropeça ou pisa em local molhado, ela reclama. É difícil. Estamos sempre juntos e ela sempre chama minha atenção e reclama. às vezes eu fico nervoso, com a cabeça quente, mas respiro fundo, lembro que tenho que ter paciência e a conduzo.

Nessa sequência, percebe-se que os sentidos sensoriais do companheiro de Nice não são capazes de sustentar a atenção em tantos elementos ao seu redor e ainda os transpor para a sua parceira. A incompletude da língua, as barreiras impostas pelas diferentes materialidades significantes da Libras e a própria limitação do corpo incorrem em falhas, em maior ou menor grau, que afetam tanto os sujeitos surdocegos quanto aqueles que são seus principais pares, ou melhor, seu corpo-adjacente.

Esse corpo adjacente encontra-se em uma relação de alteridade, carregando consigo e em si o outro, também sendo atravessado por ele. Como afirma Coracini (2007) “o sujeito é também alteridade, carrega em si o outro, o estranho, que o transforma e é transformado por ele” (p. 17). Desse modo, não é apenas o sujeito surdocego que é afetado por essa presença constante do sujeito companheiro que se faz guia-intérprete, este também se constitui na e pela presença do o/Outro que, para a AD, é condição constitutiva de existência do discurso (cf. Authier-Revuz, 1990).

Enquanto o sujeito surdocego é duplamente afetado pela alteridade, pois, além de ancorar-se na exterioridade que é própria da existência da linguagem e do discurso, ele também necessita ancorar-se nesse outro para materializar o que não pode ser visto ou ouvido ou o que está distante de suas mãos. Seu ingresso no mundo simbólico, em boa parte de tempo, passa pelo gesto de interpretação do outro, em que este são materialmente seus “olhos-ouvidos”⁴⁸, seu guia, seu tradutor, seu elo com as diversas materialidades significantes que o cercam.

⁴⁸ Companheiro surdos que experienciam o mundo pela visão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na Análise de discurso de perspectiva materialista, buscou-se nesta tese observar como as alterações na materialidade linguística de sujeitos surdos, usuários de Libras visual-espacial, que se tornaram surdocegos, usuários de Libras tátil, acarretam alterações em sua interação com o meio e com o Outro. Com isso, outros dizeres são produzidos.

Inicialmente, foram apresentadas algumas dificuldades encontradas por esses sujeitos, sobretudo no funcionamento da linguagem, devido ao comprometimento sensorial da visão e da audição. Com isso, sentidos remanescentes são ativados e informações visuais e auditivas passam a ser processadas por meio de informações táteis, em um processo que desencadeia no sujeito uma nova forma de adentrar o mundo simbólico.

A pesquisa também apresentou algumas alterações em aspectos gramaticais da Libras para que os surdocegos possam ressignificar elementos não manuais de valor semântico. E que, motivados por uma ilusão subjetiva de completude da linguagem, buscam no guia-intérprete e na Comunicação Social Háptica tamponar uma falta que se encontra tanto na natureza da linguagem, quanto na dificuldade de acessar as diversas materialidades significantes.

A partir do *corpus*, discutiu-se como são os processos de identificação do sujeito e de grupo-cultura, considerando suas formações imaginárias que sustentam a ilusão de que é possível definirmos uma identidade fixa e delimitada. Observou-se que a identificação com um grupo-cultura remete inclusive no sinal utilizado para o termo surdocegueira. Contudo, a perspectiva da AD mostra que apesar dessa ilusão de unidade e inteireza serem socialmente necessárias, os sujeitos nascem em um mundo que se apresenta semanticamente estruturado, descrito pelo simbólico, constantemente afetados pela história, pelas instituições que os rodeiam e pelo sistema linguístico que materializa todos esses elementos por meio dos discursos, sendo impossível limitar-se a uma identidade estável. Mostrou-se também que as especificidades linguísticas e experiências visuais levam os sujeitos surdos, como essas mulheres se identificavam até dado momento, a uma ideia de cultura fixada em um estereótipo, mas, para a AD, a cultura tem um caráter dinâmico com dimensão político-histórico-social que propõem rupturas e modificações. O que ocorre é que os

sujeitos são assujeitados pelo Estado e compartilham de uma cultura maior e mais abrangente que é a do país e, com isso, formam grupos menores (grupos-cultura) por causa de características e costumes construídos social e historicamente que se aproximam, mas nunca em um caráter estático.

Também se destacou na análise que as condições de produção são determinantes para o processo de produção de sentidos dos dizeres. Com isso, a falta de acesso às informações visuais que compõem as cenas enunciativas podem gerar um excesso de não ditos que interferem no processo de significação desses sujeitos, inclusive levando-os para silêncios improdutivos na constituição dos sentidos, a um quadro discursivo limitado e até distante do cenário sócio-histórico-social da enunciação. Mesmo que os efeitos de sentidos estejam atrelados às formações discursivas das quais os sujeitos fazem parte, ainda há algo nessa realidade que se figura pela impossibilidade de o corpo do guia-intérprete materializar tantos ditos verbais e não-verbais do cenário da enunciação. Dessa forma, o corpo que materializa o discurso também tem suas limitações que são impostas pela linguagem, pelo simbólico.

As sequências discursivas também suscitaram ponderações acerca do corpo que é afetado pela linguagem, interpelado pela ideologia, atravessado pela cultura e posto a significar. O corpo se torna *corpodiscurso* e passa pelo processo de discursivização, produzindo efeitos de sentido. Por meio do *corpus*, podemos observar que o corpo dessas mulheres surdocegas carregam as dores físicas causadas pela transição de uma língua visual-espacial para a via tátil, em virtude de grandes esforços para significar. Ao alterar a materialidade linguística, surge uma outra relação com o próprio corpo e com o Outro, que também precisa se adaptar a esse sujeito em trânsito linguístico. Este, quando invisibilizados nos contextos enunciativos, obriga seu corpo a se esforçar mais ainda para adentrar o simbólico, uma vez que suas especificidades são deixadas de lado e a acessibilidade fica adormecida nas projeções imaginárias.

Viu-se que esse processo de invisibilidade dos corpos surdocegos é fruto de uma ideologia capitalista que, em busca de uma relação de maior produtividade e lucro em menor tempo, qualifica esses corpos como anormais e não úteis. Essa relação se materializa na forma como essas mulheres são tratadas e “arrastadas” de um lado para o outro, evidenciando uma dessubjetivação e vulnerabilidade ao controle do outro. O descaso em relação ao acesso à informação por parte de quem os cerca também nos mostra que a família, enquanto Aparelho Ideológico do Estado, pode

reforçar a formação imaginária de que sujeitos surdocegos são incapazes e que precisam ter seus corpos controlados.

Por fim, as últimas sequências discursivas analisadas foram dos sujeitos surdos companheiros das participantes surdocegas. Por acompanhá-las diariamente e serem seus principais corpos-adjacentes, seus dizeres foram considerados e trouxeram a perspectiva de quem observa a relação desse sujeito com o mundo (sempre imaginado), a comunidade surda e os outros em geral. A mudança (parcial) na materialidade significativa dessas mulheres fez com que esses sujeitos surdos também se adaptassem a um mundo mais tátil. A limitação na visão faz com que esses sujeitos surdos sejam um corpo adjacente ao de suas esposas, aumentando a responsabilidade em auxiliá-las a adentrar o mundo simbólico por meio de suas mediações, mas que acabam incorrendo em limitações que são próprias da linguagem e do corpo.

Com base na Análise de Discurso, vimos que não há possibilidade de controlarmos os sentidos produzidos nos e pelos discursos, pois estes são moventes e, enquanto sujeitos, somos interpelados pela ideologia por meio de seus AIE. Contudo, este estudo aponta para a importância do acesso às diversas materialidades discursivas que compõem a cenas enunciativas e que constituem a significação, uma vez que, pelas análises apresentadas, o acesso a essas materialidades significantes não estão sendo possíveis, seja pela falta de compreensão sobre as especificidades da deficiência, seja pelo lugar de invisibilidade que seus corpos são destinados dentro da ideologia capitalista.

A incompletude da linguagem não anula as queixas dessas mulheres surdocegas, que são legítimas e merecem atenção. Os sujeitos surdocegos desejam a existência social e a possibilidade de permanência nos espaços de enunciação. É essa permanência que está em jogo, pois de nada adianta poder transitar pelos ambientes sociais, sem que haja a possibilidade de acessar materialmente as diversas formas de linguagem que os compõem. Esses sujeitos estão demandando pela condição de significação nos espaços de enunciação para que possam se inscrever historicamente e terem seus discursos produzidos e circulando socialmente.

A pretensão desta pesquisa é trazer uma nova perspectiva e reflexão sobre esse sujeito surdocego que vê a sua língua em trânsito entre materialidades distintas e que precisa lutar para adentrar o mundo simbólico, significar e se significar. Certamente, a temática carece de aprofundamento, pois os sujeitos da pesquisa

vivenciavam a Libras pela visão e em um processo urgente e necessário, decorrente da retinose pigmentar, foram postos a significar pelo tato, em um mar de complexidade que merece ter um diálogo mais amplo, a fim desmistificar discursos que reforçam a invisibilidade e a exclusão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. G. *O guia-intérprete e a inclusão da pessoa com surdocegueira*. Ilhéus, BA: Editus, 2019.
- ALMEIDA, C. A. F. de. *A comunicação entre os membros de uma comunidade de surdos(cegos) de Prata (MG)*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- ALMEIDA, C. A. F. de. *A aquisição da linguagem por uma surdocega pré- linguística numa perspectiva sociocognitiva*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1971].
- ARAÚJO, H. F. *Práticas de interpretação tátil e comunicação háptica para pessoas com Surdocegueira*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2019.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, UNICAMP, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez.1990.
- AZEVEDO, A. F. *Sentidos do corpo: metáfora e interdiscurso*. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 2, p. 321-335, maio/ago. 2014.
- BAALBAKI, A. C. F.; RODRIGUES, I. C. . Meio legal de comunicação versus língua oficial: um debate sobre leis. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 27/28, 2011.
- BAALBAKI, A. C. O lugar da Libras e do intérprete no telefornalismo – o caso do Repórter Visual. In: SILVA, S. D.; LUNKES, F. (org.). *Mídia e(m) discurso: percursos de pesquisa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- BAGNO, M. *Uma história da Língua*. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2023.
- BARBAI, M. A. “E suas palavras pousam”: sujeito, ideologia e inconsciente. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; BRANCO, Luiza Katia Andrade Castello. (org.). *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre*. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011.
- BARROS, R. C. B. Traço, corpo, sentido: sobre a escola, a criança e a escrita. In: FERREIRA, E. L.; ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discursos sobre a inclusão*. Niterói: Intertexto, 2014, p. 225-267.
- BARROS, R. C. B.; LOPES, P. C. Os efeitos de sentidos do termo Cultura nos processos de segregação e visibilidade da surdez – A (im)possibilidade de inclusão. In: ORLANDI, E. P.; MASSMANN (org.). *Trilogia Travessia da Diversidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. v. 1.

BARROS, C.G.C.; BITTAR, R. S. M.; BOTTINO, M. A. Recuperação do equilíbrio corporal na arreflexia vestibular bilateral por meio de interface Homem-Máquina (IHM): estudo preliminar. *Arq Int Otorrinolaringol.*, 2007.

BIGATE, T. F. *Práticas pedagógicas no processo de reabilitação de alunos com surdocegueira*. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BIGATE, T. F. Libras tátil e efeitos de sentidos: algumas considerações a respeito das condições de produção. In: RIBEIRO, A. A.; BRAZ, C. R. I.; BARBOSA, F. A. *Vivências em língua portuguesa: leitura, língua não materna e ensino*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras, UERJ, 2023.

BORDINI, C. *Surdocegueira o sinal correto criado pela ABRASC 1998*. Youtube, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FIdUNT2rDcs>. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

BRASIL, *Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *150 anos do Instituto Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Monitor Mercantil, 2007.

BRASIL. *Glossário de Acessibilidade*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: 2000.

BRASIL, *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL, *Lei 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. *Estatuto da Pessoa com Deficiência*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 50 p.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 abr. 2002.

BRASIL. Lei Nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 set. 2010.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 14 dez. 2020.

BRASIL. Lei Nº 14.704, de 25 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). *Diário Oficial da União*, DF, 26 out. 2023.

BRASIL. Lei Nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023. Define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva. *Diário Oficial da União*, DF, 22 dez. 2023.

BRASIL. Lei Nº 14.605, de 20 de junho de 2023. Institui o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira. *Diário Oficial da União*, DF, 21 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/centro_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. Pesquisa apoiada pelo CNPq pode contribuir para avanço no tratamento da retinose pigmentar. *Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação*, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/pesquisa-do-dia/pesquisa-apoiada-pelo-cnpq-pode-contribuir-para-avanco-no-tratamento-da-retinose-pigmentar>. Acesso em: 5 mai. 2024.

BRESSAN, M. Z. Sujeito, corpo e cultura: uma escuta discursiva sobre a anorexia nervosa. In: FERREIRA, M. C. L. (org.). *Oficinas de análise do discurso: conceitos em movimento*. Campinas: Pontes, 2015.

BRESSAN, M. Z. Corpo. In: FERREIRA, M. C. L. (org.). *Glossário de termos do discurso*. Campinas: Pontes, 2020. p. 55-60.

CADER-NASCIMENTO, F. A. A. A.; COSTA, M. P. R. Abdel. *Descobrendo a surdocegueira: educação e comunicação*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

CADER-NASCIMENTO, F. A. A. A. *Surdocegueira e os desafios da escrita*. Curitiba: CRV, 2021.

CAMACHO, E. H. *Necesidades que perciben los educadores para atender a la población con sordoceguera ubicada en aulas especiales*. Costa Rica: Universidad de Costa Rica, 2002.

CAMBRUZZI, R. C. S. *Recursos pedagógicos ao aluno com surdocegueira por síndrome de Usher: um estudo de caso*. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013.

CASTIGLIONE, A.; MOLLER, C. Usher syndrome. *Audiol. Res*, p. 42–65, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/audiolres12010005>. Acesso em: 5 maio 2024.

CELADA, M. T. Linguagem/sujeito: forçando a barra em língua estrangeira. In: CARMAGNANI, A. M. G.; GRIGOLETTO, M. (org.). *Língua, discurso e processos de subjetivação na contemporaneidade*. São Paulo: Humanitas, 2013.

CESA, C. C.; MOTA, Helena B. Comunicação Aumentativa e Alternativa: panorama dos periódicos brasileiros. *Revista CEFAC*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 264-269, jan./fev. 2015.

CHAUÍ, M. *O que é a ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COLINS, S.; PETRONIO, K. *What happens in tactile ASL? in Pinky Extension & Eye Gaze – Language Use in Deaf Community*. Editor Ceil Lucas. Washington DC: Gallaudet University Press, 1998. p. 18-37.

CORACINI, M. J. R. F. A celebração do Outro na Constituição da Identidade. *Organon* (UFRGS), Porto Alegre, v. 17, p. 201-220, 2003.

CORACINI, M. J. *A celebração do outro*. Arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado das Letras, 2007. 247 p.

CORACINI, M. J. R. F. Aspectos linguístico-culturais na relação com o outro: construção da identidade de sujeitos em situação de rua. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA SIMPÓSIO - LÍNGUA, DISCURSO, IDENTIDADE, 2017. [...]. [S.l.]: Università del Salento, 2017. p. 1947-1959.

CARROZZA, G.; LAMBERT, F. H. O. O sujeito capitalista e o corpo transformado. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 44, p. 1053-1063, 2015.

CORREIA, K.; FONSECA, T. Pêcheux entre o sujeito da interpelação e o do inconsciente ou duas saídas para uma mesma questão. *Analytica*, v.7, n.13, p. 259-276, 2018.

COURTINE, J. *O discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad. Patrícia C. R. Reuillard. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2009.

CRASBORN, O. Phonetics. In: PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. *SignLanguage - an international handbook*. Berlim: Walter de Gruyter, 2012.

CURY, C. R. J. *Os fora de série da escola*. Campinas: Armazém do Ipê; Autores Associados, 2005.

DE TILIO, R.; MORE, I. A. A.; SAMPAIO, N. P.; LEANDRO, R. C. R.; COHEN, C. R.; LEONIDAS, C. Corpo feminino e violência de gênero: uma análise do documentário? Chega de Fiu Fiu?. *Psicologia & Sociedade*, v. 33, p. 1-16, 2021.

DELA-SILVA, S. C. . De produtos a processos: pensando a produção em vídeo discursivamente. In: MARIANI, Bethania (org.). *Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em análise do discursos e áreas afins*: investigação, inovação, divulgação. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2016. v. 1, p. 77-91.

DELA-SILVA, S. *et al. Análise de discurso: uma introdução*. Niterói: Eduff, 2022.

DINIZ, H. G. *A história da Língua de Sinais Brasileira (Libras): um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais*. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ECKERT-HOFF, B. M. Sujeitos entre-línguas em contextos de imigração: incidências na subjetividade. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 32, n. 3, p. 135–147, 2016.

ERNST, A.; QUEVEDO, M. Pré-construído e discurso transversal: ferramentas de derrisão em uma charge de Latuff. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 9, n. 2, p. 325-339, jul./dez. 2013.

FALKOSKI, F. C.; MAIA, S. R. *Surdocegueira congênita*: comunicação com o uso de recursos de comunicação alternativa. Curitiba: CRV, 2020.

FALKOSKI, F. C.; COSTA, M. P. R.; MAIA, S. R. *Alfabetização de pessoas com surdocegueira congênita*: a importância da formação docente. Curitiba: CRV, 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIA-INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS. *Nota Técnica 02/2017*: Sobre a contratação do serviço de interpretação de

Libras/Português – Revezamento e Trabalho em Equipe. Gama, DF: A Federação, 2017.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIA-INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS. *Nota Técnica 01/2017*: sobre atuação do tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras e Língua Portuguesa em Materiais Audiovisuais Televisivos e Virtuais. Gama, DF: A Federação, 2017.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIA-INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS. *Código de Ética*. Fortaleza, CE: A Federação, 2014

GIACOMINI, L. *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar*: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

HAROCHE, C. *Da palavra ao gesto*. Campinas: Papirus, 1998.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática o Discurso (1969). *In*: HENRY, P. *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. *Portaria nº 042 de 15 de junho de 1994*. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, [1994].

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. *Programa Piloto de Atendimento e Apoio ao Surdocego*. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 1997.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. *150 anos do Instituto Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Monitor Mercantil, 2008.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*: nota técnica 01/2018 – releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. *As ciências do léxico*: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. da UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 261-272. v. 3.

KLAUTAU, P.; MACEDO, M.M.R.; SINISCALCHI, M. *Juventude e desamparo*: relato de uma pesquisa intervenção. *Educação e Realidade*, v. 46, 2021.

LACAN, J. (1954-55). *O Seminário Livro 2 - O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAGATI, S. "Deaf-Blind" or DEAFBLIND – International Perspectives on Terminology. *Journal of Visual Impairment & Blindness*, May-June 1995. Tradução Laura Lebre Ancilotto. Surdo-cego ou Surdocego– Projeto Ahimsa/Hilton Perkins, 2002.

LAGAZZI, S.M. O político na linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E. (org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 11-18.

LAGAZZI, S. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes [Resumo]. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 23., 2008, Goiás. *Anais [...]*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008.

LAGAZZI, S. O recorte significativo na memória. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.

LAGAZZI, S. Linha de Passe: a materialidade significativa em análise. *Rua*, Campinas, v. 2, n. 16, p. 01-12, fev. 2010.

LAGAZZI, S. M. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v.11, n. 3, p. 497 – 574, set./dez. 2011.

LAHTINEN, R. *Development of the Holistic Social-Haptic Confirmation System*. A case study of the yes & no-feedback signals and how they become more commonly and frequently used in a family with an acquired deafblind person. Licenciante Thesis. Department of Teacher Education. University of Helsinki, 2003.

FERREIRA, M. C. L. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2001.

FERREIRA, M. C. L. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. *Organon* (UFRGS), v. 17, n. 35, p. 189-200, 2003.

FERREIRA, M.C. L. Os desafios de fazer avançar a análise do discurso no Brasil com singularidade e liberdade. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 4, n. 2, 241-249, jul./dez. 2008.

FERREIRA, M. C. L. *Oficinas de análise do discurso: conceitos em movimento*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2015.

FERREIRA, M. C. L. *Glossário de termos do discurso* – edição ampliada. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

LOPES, E. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1976.

MAKHOUL, I. A. *Glossário monolíngue em Língua de Sinais Brasileira: uma importante ferramenta na formação de Guias-Intérpretes Surdos*. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MACHADO, I. Espaço de enunciação: uma ferramenta contra-colonial para traduzir no Sul Global. *Recorte* (UNINCOR), v. 18, p. 16-28, 2022.

MARIANI, B. S. C. . *Ética, pesquisa e análise do discurso*. Rua (UNICAMP), Campinas, v. 10, p. 09-22, 2004.

MARIANI, B. S. C. *Testemunho: acontecimento na estrutura*. *Desenredo* (PPGL/UPF), v. 12, p. 48-63, 2016.

MAGALHÃES, B; MARIANI, B. *Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente*. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010.

MAIA, S. R. *Descobrimos crianças com surdocegueira e com deficiência múltipla sensorial, no brincar*. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MAIA, S. R. *Fundamentos e metodologia da surdocegueira e deficiência múltipla*. Curitiba: Fael, 2021.

MARIANI, B. S. C. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

MARQUEZAN, R. O Discurso da Legislação sobre o Sujeito Deficiente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.14, p. 463-478, 2009.

MAZIÈRE, F. *Análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MAZZOLA, R. B. Análise do discurso: um campo de reformulações. *In: MILANEZ, N.; SANTOS, J.J. Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares*. São Carlos: Claraluz, 2009.

MELLO, M. N. *Tecnologia assistiva: vantagens, desafios e limitações para inclusão de pessoas com surdocegueira*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2021.

MITTMANN, S. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. *In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (org.). Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

MORAES, E. C. *Reflexões sobre a transliteração russo-português à luz da linguística saussuriana*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Porto Alegre, BRRS, 2016.

MOREIRA, L. *Surdez: tipos e graus*. Portal Otorrino, 2024. Disponível em: <https://portalotorrino.com.br/tipos-graus-de-surdez/>. Acesso em: 5 maio 2024.

MOTTA, L. M. V.; ROMEU, P. F. (org.). *Audiodescrição: transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

MUNROE, S.; DUNN, G. *Web DBI. Revista Dbl*, 2013.

NICOLAIEWSKY, C. de A.; CORREA, J. Escrita ortográfica e revisão de texto em Braille: uma história de reconstrução de paradigmas sobre o aprender. *Cadernos CEDES* (Impresso), v. 28, p. 229-244, 2008.

NUNES, L. R. Linguagem e Comunicação Alternativa: Uma introdução. In: NUNES, L. R. (org.). *Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais*. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ORLANDI, E. P. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *Rua*, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 35-47, 1995.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. Ética e política linguística. In: ORLANDI, E. P. *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes, 1998. p. 7-16. (Coleção História das Ideias Linguísticas).

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.). *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 75-88.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005a.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ORLANDI. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: MARIANI, B (org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2007a.

- ORLANDI, E. P. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. *In: ORLANDI, E. P. (org.). Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010. p. 11-42.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP, Pontes, 2012.
- ORLANDI, E. P. A ordem da língua e a dêixis discursiva (uma crítica ao linguisticamente correto). *In: ORLANDI, E. P. Eu, tu, ele: discurso e real da história*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2017. p. 203-235.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (1969). Trad. Eni Orlandi. *In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In: ACHARD, P. et al. (org.). Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- PETRONIO, K. Deaf-Blind Interpreting: Building on What You Already Now. *Cadernos de Tradução*, v. 2, n. 26, 2010. p. 237-273.
- PFEIFFER, C. C. Cidade e sujeito escolarizado. *In: ORLANDI, E. (org.). Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 29-35.
- QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. ArtMed. Porto Alegre. 2004.
- QUADROS, R. M. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC; Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, 2004.
- QUADROS, R.; SOUZA, S. Aspectos da tradução/encenação na língua de sinais brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso Letras Libras. *In: QUADROS, Ronice (org.). Estudos surdos III*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008.
- QUADROS, R. M. de. *Libras: linguística para o ensino superior*. Florianópolis: Parábola Editorial, 2019.
- QUADROS, R. M. de. *Gramática da Libras: estudos introdutórios sobre seus componentes gramaticais [livro eletrônico]*. Florianópolis, SC: Signa, 2020.

RACHED, S. F. S. *Ver e ouvir a surdocegueira: o emergir da comunicação*. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2011.

RAMOS, T. V. Estereótipo cultural na análise do discurso. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). *Oficinas de análise do discurso: conceitos em movimento*. 1 ed. Campinas: Pontes, 2015. v. 1, p. 221-236.

ROCHA, S. *O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: INES, 2007.

RODRÍGUEZ, C. A. Entre o espaço e seus habitantes. In: ORLANDI, E. P. *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes, Labeurb; Unicamp, 2003.

RÓNAI, P. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Educom, 1976.

RUSO, A. *Intérprete de língua brasileira de sinais: uma posição discursiva em construção*. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2010.

SANTIAGO, V. A. A. A entonação expressiva na interpretação para língua de sinais tátil em conferências. *Cadernos de Tradução*, v. 42, p. 1-33, 2022.

SANTOS, J. L. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012. Edição original: 1949.

SILVA, A. K. *“Nada sobre nós, sem nós”*: Análise discursiva de vida de um aluno cego em contexto de formação acadêmica. Tese (Doutorado) – Universidade federal do Tocantins – Curso de Pós-Graduação em Letras Ensino de Língua e Literatura. Araguaína, TO, 2022.

SIMMEL, G. (1908). *Excursus sur la sociologie des sens*. Sociologie. Etudes sur les formes de la socialisation. Paris: PUF, 1999.

SOUZA, L. L. O discurso encarnado: ou a passagem da carne ao corpodiscurso. *Entremeios: Revista de estudos do discurso*, v. 1, n. 1, jul. 2010.

STOKOE, W. Sign language structure: an outline of the visual communication systems of the American deaf. *Studies in linguistic*, n. 8, 1960.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

VILELA, E. G. *Educação de surdocegos: perspectivas e memórias*. Curitiba: Appris, 2020.

VILELA, E. G. *A comunicação social háptica e suas vias de construção: narrativas e experiências de guia-intérpretes e pessoas com surdocegueira em processos*

formativos. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2022.

VINHAS, L. I.; FERREIRA, M. C. L. (org.). Sentido. *Glossário de Termos do Discurso*. Campinas: Pontes, 2020.

VOLPATO, L. The development of a social-haptic communication dictionary, a new communication resource for the deafblind in Italy. *In: INTERNATIONAL TECHNOLOGY, EDUCATION AND DEVELOPMENT CONFERENCE*, 17., 2023, Valencia, Spain. *Anais [...]*. [Valencia: s.n., 2023].

WATANABE, D. R. *O estado da arte da produção científica na área da surdocegueira no Brasil de 1999 a 2015*. 2017. 262 p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

WILCOX, S.; WILCOX, P. P. *Aprender a ver*. Petrópolis: Editora Arara Azul. Tradução: Tarcísio de Arantes Leite. 2005

ZOPPI-FONTANA, M. G. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. *Conexão Letras*, v. 12, n. 18, p. 63-71, 2017.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “A SURDOCEGUEIRA E A INTERAÇÃO COM O MUNDO PELA LIBRAS TÁTIL”, conduzida por Thaís Ferreira Bigate. Este estudo tem por objetivo verificar a opinião de pessoas com surdocegueira usuárias de Língua Brasileira de Sinais (Libras) sobre como as alterações de modalidade da Libras visuo-gestual para Libras tátil podem refletir em sua interação com o mundo.

Você foi selecionado(a) por ser uma pessoa com surdocegueira adquirida usuária da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Os possíveis riscos podem ser de ordem psicológica, como algum constrangimento durante a entrevista; desconforto decorrente de algum tipo de invasão de privacidade; estresse por tomar tempo ao responder à entrevista ou relacionado à divulgação de imagem. No entanto, serão adotadas providências e cautelas para minimizar os riscos possíveis. Se, depois de consentir em sua participação, o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Sua participação na pesquisa não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário sobre o período de aquisição da surdocegueira, a forma de comunicação usada e os reflexos da mesma em sua interação social. As entrevistas ocorrerão em local público de sua escolha, considerando sua mobilidade e facilidade de acesso. As entrevistas não ultrapassarão duas horas de duração e contará com a presença da pesquisadora e de um tradutor e intérprete de Libras.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

A entrevista será gravada para posterior transcrição.

Na divulgação dos resultados será necessário utilizar sua imagem em foto e/ou vídeo e/ou a gravação feita em áudio. Você precisa concordar com esse procedimento.

O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Contatos do pesquisador responsável: Thaís Ferreira Bigate, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Benjamin Constant (IBC), endereço Av. Pasteur, 368 - Urca, Rio de Janeiro ou pelo telefone (21) 3478-4480, contato pessoal (21) 98838-0057, e-mail: thaisbigate@yahoo.com.br.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Nome do(a) participante: _____ Assinatura: _____

Nome do(a) pesquisador: _____ Assinatura: _____

APÊNDICE B - Termo de Imagem



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE EDUCAÇÃO E
HUMANIDADES INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____,
CPF _____ RG _____,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Thaís Ferreira Bigate do projeto de pesquisa intitulado “A SURDOCEGUEIRA E A INTERAÇÃO COM O MUNDO PELA LIBRAS TÁTIL ” a realizar a filmagem necessária e/ou colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização desta filmagem e/ou depoimentos par fins científicos e de estudos (seminários, palestras e congressos), em favor da responsável pela pesquisa, acima identificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20 ____.

Pesquisador responsável pelo projeto

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

APÊNDICE C - Roteiro Piloto de Entrevista Semiestruturada

Objetivo da entrevista: Como as alterações de modalidade da Libras visuo-gestual para Libras tátil podem refletir na comunicação das pessoas com surdocegueira adquirida, usuárias da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua.

BLOCOS TEMÁTICOS	OBJETIVO	PROBLEMA	HIPÓTESE	PERGUNTA/ROTEIRO
Processo de perda da visão por surdos usuários de Libras como L1.	Conhecer o perfil dos entrevistados quanto à aquisição da surdocegueira.	Como se iniciou o processo de perda visual?	Algumas síndromes genéticas, doenças oculares e acidentes podem levar a surdocegueira.	1. Com quantos anos começou a perceber a perda visual? 2. Qual é a causa?
Consequências da perda visual na comunicação em Libras visuo-gestual.	Levantar os primeiros indícios de que a visão começou a afetar a comunicação em Libras visuo-gestual.	Como a perda visual começa a afetar a comunicação do usuário de Libras visuo-gestual?	Pessoas surdas em processo de perda visual sentem a necessidade de realizar ajustes na distância, no campo de execução do sinal e na iluminação para conseguirem enxergar a sinalização de seus pares de comunicação.	3. Como a alteração na visão começou a afetar sua comunicação em Libras? 4. Quais as primeiras medidas tomadas para se comunicar melhor?
Adaptações da Libras	Identificar quais estratégias são empregadas pelos surdocegos para	Quais estratégias são usadas para marcar os aspectos gramaticais não-manuais da Libras?	Aspectos gramaticais da língua de sinais que são marcados por expressões não-manuais devem sofrer alterações para	5. O que você fazia para compreender os sinais não-manuais executados pelas pessoas com quem interagia? 6. Quais estratégias você passou

	compensar os aspectos visuais da Libras que não podem mais ser percebidos.		que possam ser apreendidos pelo surdocego por meio dos sentidos remanescentes	a utilizar com seus pares de comunicação para compensar os aspectos não-manuais da Libras?
Relação com outros usuários da Libras e a comunidade surda.	Procurar compreender se essa mudança na modalidade afeta a relação do surdocego com os usuários da Libras visuo-gestual e a comunidade surda.	A mudança na modalidade da Libras pode afetar a relação com os usuários da modalidade visuo-gestual?	Os sinalizantes da Libras visuo-gestual podem encontrar alguma dificuldade ou resistência em se comunicar com surdocegos sinalizantes de Libras tátil.	7. Outros usuários da Libras compreendiam a nova forma que deviam se comunicar com você? 8. Houve resistência por parte de alguns para realizar a Libras em espaço reduzido ou Libras tátil? 9. A mudança na comunicação afetou de alguma maneira a sua relação com a comunidade surda?
Influência das alterações na comunicação em outras áreas da vida.	Verificar quais outros aspectos da vida são afetados pela mudança na forma de interação com o mundo.	Como a mudança na modalidade da Libras pode afetar o cotidiano do surdocego?	A perda da visão gera problemas de informação, comunicação e mobilidade da pessoa surdocega. Comunicar-se com as mãos e ainda usá-las para se localizar no espaço pode trazer desafios para o sujeito.	10. A mudança da modalidade da língua afetou alguma outra área da sua vida?

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Objetivo da entrevista: Como as alterações de modalidade da Libras visuo-gestual para Libras tátil podem refletir na comunicação das pessoas com surdocegueira adquirida, usuárias da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua.

BLOCOS TEMÁTICOS	OBJETIVO	PROBLEMA	HIPÓTESE	PERGUNTA/ROTEIRO
Processo de perda da visão por surdos usuários de Libras como L1.	Conhecer o perfil dos entrevistados quanto à aquisição da surdocegueira.	Como se iniciou o processo de perda visual?	Algumas síndromes genéticas, doenças oculares e acidentes podem levar a surdocegueira.	1. Apresentação 2. Com quantos anos começou a perceber a perda visual? 3. Qual é a causa?
Consequências da perda visual na comunicação em Libras visuo-gestual.	Levantar os primeiros indícios de que a visão começou a afetar a comunicação em Libras visuo-gestual.	Como a perda visual começa a afetar a comunicação do usuário de Libras visuo-gestual?	Pessoas surdas em processo de perda visual sentem a necessidade de realizar ajustes na distância, no campo de execução do sinal e na iluminação para conseguirem enxergar a sinalização de seus pares de comunicação.	4. Como a alteração na visão começou a afetar sua comunicação em Libras? 5. Quais as primeiras medidas tomadas para se comunicar melhor?
Adaptações da Libras	Identificar quais estratégias são empregadas pelos surdocegos para	Quais estratégias são usadas para marcar os aspectos gramaticais não-manuais da Libras?	Aspectos gramaticais da língua de sinais que são marcados por expressões não-manuais devem sofrer alterações para	6. Outros usuários da Libras compreendiam a nova forma que deviam se comunicar com você? 7. Quando não consegue ver as expressões faciais da

	compensar os aspectos visuais da Libras que não podem mais ser percebidos.		que possam ser apreendidos pelo surdocego por meio dos sentidos remanescentes	outra pessoa, como você percebe as informações? Questões interrogativas, negativas, intensidade. 8. Como consegue perceber o estado do outro sem ver sua expressão facial? Se o outro está triste, feliz, bravo, sorrindo, cansado.
Relação com outros usuários da Libras e a comunidade surda.	Procurar compreender se essa mudança na modalidade afeta a relação do surdocego com os usuários da Libras visuo-gestual e a comunidade surda.	A mudança na modalidade da Libras pode afetar a relação com os usuários da modalidade visuo-gestual?	Os sinalizantes da Libras visuo-gestual podem encontrar alguma dificuldade ou resistência em se comunicar com surdocegos sinalizantes de Libras tátil.	9. Sobre a comunidade surda, como você acha que ela vê a pessoa surdocega? Você se sente acolhida? Se sente parte da comunidade como se sentia antes? 10. O que pode ser feito para você se comunicar melhor com outras pessoas?
Influência das alterações na comunicação em outras áreas da vida.	Verificar quais outros aspectos da vida são afetados pela mudança na forma de interação com o mundo.	Como a mudança na modalidade da Libras pode afetar o cotidiano do surdocego?	A perda da visão gera problemas de informação, comunicação e mobilidade da pessoa surdocega. Comunicar-se com as mãos e ainda usá-las para se localizar no	11. Tem algo que você não gosta que façam no seu corpo quando está conversando em Libras tátil? 12. Já passou por situações de desconforto usando a Libras tátil?

			espaço pode trazer desafios para o sujeito.	
				13. Tem alguma mensagem que queira passar em relação à surdo-cegueira? O que é importante quando as pessoas usam a Libras tátil?

APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista Semiestruturada para Companheiros Surdos

BLOCOS TEMÁTICOS	OBJETIVOS	PROBLEMA	HIPÓTESE	PERGUNTA/ROTEIRO
Processo de perda da visão por surdos usuários de Libras como L1.	Conhecer o perfil dos entrevistados quanto ao contato com pessoas com surdocegueira.	Como foi o contato com pessoas surdocegas?	Os surdos ainda tem pouca informação e contato com pessoas surdocegas que são usuários da Libras tátil.	7. Apresentação. 8. Qual foi o seu primeiro contato com uma pessoa surdocega? 9. Conhece muitos surdocegos? 10. Como se sentiu ao usar a Libras tátil pela primeira vez?
Relação com outros usuários da Libras e a comunidade surda.	Procurar compreender se essa mudança na modalidade afeta a relação do surdocego com os usuários da Libras visuo-gestual e a comunidade surda.	Percebeu se a mudança de modalidade da Libras afetou de sua companheira com a os usuários da modalidade visuo-gestual?	Os sinalizantes da Libras visuo-gestual podem encontrar alguma dificuldade ou resistência em se comunicar com surdocegos sinalizantes de Libras tátil.	11. Percebe resistência das pessoas surdas em usar a Libras tátil? 12. Percebeu mudança de comportamento dos outros surdos após a sua companheira perder a visão? 13. Qual tipo de pessoa tem mais facilidade e abertura para se comunicar: homem, mulher, jovens, pessoas mais velhas?

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A SURDOCEGUEIRA E A INTERAÇÃO COM O MUNDO PELA LIBRAS TÁTIL

Pesquisador: THAIS FERREIRA BIGATE

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 39857320.0.0000.5282

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.518.593

Apresentação do Projeto:

Trata-se de análise interessante no âmbito da perda visual de pessoas surdas usuárias de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e as alterações geradas na sua comunicação. A ferramenta de coleta de dados envolve entrevistas semiestruturadas registradas em vídeo, traduzidas da Libras para a língua portuguesa e posteriormente transcritas por um sistema de notação multimodal. Os dados coletados (dizeres dos sujeitos com surdocegueira) serão analisados com base na teoria da Análise do Discurso Materialista. Os resultados buscam esclarecer os sentidos produzidos pelo indivíduo surdocego adquirido ao alterar a modalidade de sua primeira língua (emprega informações táteis em substituição de aspectos visuais da LIBRAS como as expressões faciais) para se adaptar a nova forma de percepção do mundo, ou seja, às alterações de modalidade da Libras visuo-gestual para Libras tátil e como isso reflete na comunicação desse grupo específico.

Objetivo da Pesquisa:

A proposta de pesquisa visa analisar o discurso de surdocegos sinalizantes de Libras sobre como as alterações de modalidade da Libras visuo-gestual para Libras tátil refletem em sua interação com o mundo. Como objetivos específicos, foram citados: (1) identificar quais estratégias são empregadas pelos surdocegos para compensar os aspectos visuais da Libras que não podem mais ser percebidos; (2) procurar compreender se essa mudança afeta a relação do surdocego com os usuários da Libras

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3º and. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

Continuação do Parecer: 4.518.593

viso-gestual e com a comunidade surda; e, (3) verificar quais outros aspectos da vida do surdocego são afetados pela mudança na forma de interação com o mundo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como possíveis riscos, a pesquisadora cita constrangimento durante a entrevista, desconforto decorrente de algum tipo de invasão de privacidade por conta das perguntas da entrevista, estresse pelo tempo necessário para responder a entrevista e/ou em relação à captura de imagem.

No que se refere aos benefícios, é mencionada a possível contribuição dos resultados do estudo para com a formação continuada e a capacitação de profissionais atuantes com clientela surdocega, sobretudo profissionais da Educação. Acrescenta, ainda, que o referido estudo pode fomentar outras pesquisas nesse campo específico, principalmente no que se refere à linguagem por ser área complexa também na surdocegueira e tão

importante para o desenvolvimento de outros aspectos da vida humana.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa sobre a comunicação na surdocegueira. Interessante por ser a surdocegueira uma deficiência com público muito heterogêneo no que se refere ao período de aquisição da limitação, os níveis variados de perdas sensoriais e as formas de comunicação. Estudar e divulgar informações sobre as especificidades e necessidades de comunicação dessa população favorece diretamente este público uma vez que a atuação com ele implica

saber que se usará a Língua Portuguesa e a Libras em modalidades distintas, além de formas muito particulares de comunicação (expressões, movimento de cabeça e/ou corpo) e que podem ser a única forma expressiva de comunicação. O estudo também pode contribuir para com a melhoria do atendimento educacional e o convívio social dessa parcela específica da população.

Descrita adequadamente a metodologia no que se refere ao contato com os potenciais participantes do estudo e sobre os instrumentos de coleta e análise dos dados obtidos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória (folha de rosto datada, assinada e com carimbo; TCLE com espaço para rubricas, descrição do estudo, riscos e benefícios e contatos do pesquisador e do Comitê de Ética; TAI das instituições onde os participantes serão contatados) estão de acordo com o que preconiza o Comitê de Ética em Pesquisa. A pesquisadora também apresenta termo de uso de imagem, o orçamento e o roteiro de entrevista.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, a COEP deliberou pela aprovação do projeto, visto que não há implicações éticas.

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
 Bairro: Maracanã CEP: 20.559-900
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2334-2180 Fax: (21)2334-2180 E-mail: etica@uerj.br

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



Continuação do Parecer: 4.518.593

Recomendamos que a expressão 'sujeitos' que aparece nas informações básicas do projeto e no projeto detalhado seja substituída por 'participantes'.

Considerações Finais a critério do CEP:

Faz-se necessário apresentar Relatório Anual - previsto para fevereiro de 2022. A COEP deverá ser informada de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

Tendo em vista a legislação vigente, o CEP recomenda ao(à) Pesquisador(a): Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e/ou no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para análise das mudanças; informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa; o comitê de ética solicita a V.S.^a que encaminhe a esta comissão relatórios parciais de andamento a cada 06 (seis) meses da pesquisa e, ao término, encaminhe a esta comissão um sumário dos resultados do projeto; os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1642915.pdf	23/12/2020 20:25:11		Aceito
Outros	IndicacaoDeAlteracoes.docx	23/12/2020 20:24:48	THAIS FERREIRA BIGATE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhadoRevisado.pdf	23/12/2020 20:20:49	THAIS FERREIRA BIGATE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartaDeAnuenciaGrupoBrasil.pdf	08/12/2020 19:44:00	THAIS FERREIRA BIGATE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartaDeAnuencialBC.pdf	08/12/2020 19:43:44	THAIS FERREIRA BIGATE	Aceito
Cronograma	CronogramaRevisado.pdf	15/10/2020 00:18:31	THAIS FERREIRA BIGATE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TermoDeConsentimentoLivreEEclarecidoRevisado.pdf	15/10/2020 00:17:15	THAIS FERREIRA BIGATE	Aceito

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3º and. SI 3018
 Bairro: Maracanã CEP: 20.559-900
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2334-2180 Fax: (21)2334-2180 E-mail: etica@uerj.br

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



Continuação do Parecer: 4.518.593

Justificativa de Ausência	TermoDeConsentimentoLivreEEsclareci doRevisado.pdf	15/10/2020 00:17:15	THAIS FERREIRA BIGATE	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	07/10/2020 15:13:21	THAIS FERREIRA BIGATE	Aceito
Outros	RoteiroDeEntrevista.pdf	07/10/2020 00:24:53	THAIS FERREIRA BIGATE	Aceito
Outros	TermoDeAutorizacaoDeUsoDeImagemE Depoimentos.pdf	07/10/2020 00:24:14	THAIS FERREIRA BIGATE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartaDeAnuenciaUERJ.pdf	06/10/2020 23:53:06	THAIS FERREIRA BIGATE	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoUERJ.pdf	06/10/2020 23:51:58	THAIS FERREIRA BIGATE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 01 de Fevereiro de 2021

Assinado por:

ALBA LUCIA CASTELO BRANCO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ª and. SI 3018
 Bairro: Maracanã CEP: 20.559-900
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2334-2180 Fax: (21)2334-2180 E-mail: etica@uerj.br

ANEXO B – Carta de Anuência da UERJ

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Aceito que a pesquisadora Thaís Ferreira Bigate, pertencente ao Curso de Doutorado em Estudos de Língua, especialidade Linguística, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desenvolva sua pesquisa intitulada **“A SURDOCEGUEIRA E A INTERAÇÃO COM O MUNDO PELA LIBRAS TÁTIL”** tal como foi submetida à Plataforma Brasil, sob a orientação da professora Angela Baalbaki.

Ciente que o objetivo da pesquisa é analisar o discurso sobre como as alterações de modalidade da Libras visuo-gestual para Libras tátil podem refletir na comunicação das pessoas com surdocegueira adquirida, usuárias da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o cumprimento das determinações éticas da Resolução CNS nº 466/2012;

O referido projeto poderá ocorrer somente a partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ.

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2020

Assinatura do responsável pela instituição

ANEXO C – Carta de Anuência do IBC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
DIVISÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA¹

O Instituto Benjamin Constant está de acordo com a execução da pesquisa “A surdocegueira e a interação com o mundo pela Libras Tátil”, coordenada/desenvolvida pelo(a) pesquisador(a) **THAÍS FERREIRA BIGATE**, e assume o compromisso de apoiar o seu desenvolvimento. O Instituto se compromete ainda a colaborar para garantir a segurança e o bem-estar dos participantes, em concordância com as Resoluções de número 466 de 12 de dezembro 2012 e 510 de 07 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde – CONEP.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 2020.


João Ricardo Melo Figueiredo
Diretor Geral do IBC
Matrícula SIAPE 1567418


João Ricardo Melo Figueiredo
Diretor Geral
Instituto Benjamin Constant
Matr. SIAPE nº 1567418

¹ Atenção pesquisador: esta ainda não é a autorização para pesquisar. O desenvolvimento das atividades no IBC só poderá ser iniciado após apresentação a este Centro de Estudos do Parecer Consubstanciado da Plataforma Brasil.